

MARIELDA FERREIRA PRYJMA



**A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR:
A ANÁLISE DA ESCOLA PRIMÁRIA PARANAENSE
NO PERÍODO DE 1930 A 1945**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa em Currículo e Conhecimento, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cecília
Marins de Oliveira

**CURITIBA
1999**

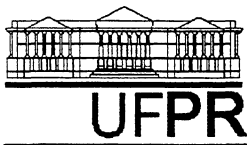
MARIELDA FERREIRA PRYJMA

**A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR:
A ANÁLISE DA ESCOLA PRIMÁRIA PARANAENSE
NO PERÍODO DE 1930 A 1945**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa em Currículo e Conhecimento, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cecília
Marins de Oliveira

**CURITIBA
1999**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PARECER

Defesa de Dissertação de **MARIELDA FERREIRA PRYJMA** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO.

Os abaixo-assinados, DR^a MARIA CECÍLIA MARINS DE OLIVEIRA; DR^a MARIA ELIZABETH BLANCK MIGUEL E DR^a SERLEI MARIA FISCHER RANZI argüiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: “**A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR: A ANÁLISE DA ESCOLA PRIMÁRIA PARANAENSE NO PERÍODO DE 1930 A 1945**”.

Procedida a argüição, segundo o Protocolo, aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

Professores

Apreciação

DR^a MARIA CECÍLIA MARINS DE OLIVEIRA (Presidente)

Parecer A - Aprovada
M. C. Marins de Oliveira

DR^a MARIA ELIZABETH BLANCK MIGUEL (Membro Titular)

Parecer A - Aprovada

DR^a SERLEI MARIA FISCHER RANZI (Membro Titular)

Aprovada
Serlei Fischer Ranzi



Curitiba, 17 de dezembro de 1999

parte
Prof^a Dr^a Maria Auxiliadora M. dos Santos Schmidt
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação

Dedico o meu trabalho àquela que, desde a infância até os dias atuais participou efetivamente da minha formação, proporcionando, com qualidade, os meus estudos: *a escola pública*.

AGRADECIMENTOS

Muitos momentos marcaram o período destinado ao Mestrado, principalmente àqueles em que...

... ouvi palavras de confiança e estímulo, neutralizando tantas outras que, muitas vezes, mostraram-se negativas;

... aprendi, cresci, debati assuntos voltados à educação e com isso, tornei-me uma profissional mais consciente;

... deixei minha família – Luiza, Daniel e Carlos – de lado, para dedicar muitas e muitas horas ao estudo (momentos que, na maioria das vezes, coincidiam justamente com nossos finais de semana!);

... ouvi e falei sobre minha pesquisa e pude conhecer uma pessoa alegre, competente, responsável e otimista como orientadora. Vários momentos com a Prof^a Maria Cecília ficarão marcados; os nossos encontros e conversas foram nota 10!

... compreendi como é difícil estudar e pesquisar num país como o nosso, tendo que conciliar a rotina de profissional e estudante, sem negligenciar nenhum deles;

... senti vontade de largar tudo... mas sempre ouvi palavras de conforto e otimismo;

... chorei de felicidade pelas etapas concluídas e me orgulhei do meu trabalho.

Agradeço a todos, que direta e indiretamente me apoiaram para conquistar e superar uma etapa tão importante. E ofereço o meu trabalho ao meu pai, por sua simplicidade e inteligência e para algumas *mulheres*, tão importantes na minha vida: minhas irmãs – minhas melhores amigas, minha bisavó – que era analfabeta, minha avó – que cursou a escola primária na década de 30 e não continuou seus estudos e minha mãe – que se tornou especialista e meu modelo de profissional...

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	v
LISTA DE QUADROS	vi
LISTA DE GRÁFICOS	vii
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Apresentação do tema e sua justificativa	
1.2. Descrição do problema e da abordagem metodológica	
2. O CONTEXTO POLÍTICO	17
3. OS MOVIMENTOS EM PROL DA EDUCAÇÃO NACIONAL	
3.1. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova	30
3.2. A Constituição de 1934	40
3.3. A Constituição de 1937	43
4. A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	
4.1. As escolas: organização e administração	47
4.2. As escolas rurais	76
5. OS PROGRAMAS ESCOLARES	87
6. OS ALUNOS FREQUENTAVAM A ESCOLA?	102
7. CONCLUSÕES	112
ANEXOS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1	Movimento revolucionário em São Paulo – 1930	21
2	Rua XV de Novembro. Curitiba, 1930	22
3	Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1930	23
4	General Mario Tourinho	24
5	Praça Tiradentes. Curitiba, 1935	25
6	Manoel Ribas	26
7	Rua Cândido Lopes. Curitiba	28
8	Banco do Brasil. Curitiba, 1936	29
9	I Conferência de Educação. Curitiba, 1927	32
10	I Conferência de Educação. Curitiba, 1927	34
11	Getúlio Vargas. 1937	45
12	Grupo Escolar Dr. Lysimaco F. da Costa. 1946	56
13	Grupo Escolar Dias da Rocha. 1938	62
14	Desfile escolar. Curitiba	73
15	Escola Rural Dr. Carlos Cavalcanti. 1935	79
16	Escola Rural Dr. Carlos Cavalcanti. 1935	81

LISTA DE QUADROS

1. Categoria das escolas segundo idade	53
2. Categoria das escolas quanto a sua localização	56
3. Inspetorias de Ensino	57
4. Categoria dos grupos escolares quanto ao número de classes	60
5. Construções de edifícios escolares em 1933 – 1934	61
6. Programa das escolas primárias rurais	83
7. Escola de Trabalhadores Rurais no Paraná em 1944	84
8. Programas escolares para o ensino primário. Linguagem oral – 1º ano ..	90
9. Programas escolares para o ensino primário. Linguagem oral – 2º ano ..	92
10. Programas escolares para o ensino primário. Linguagem oral – 3º ano ..	93
11. Programas escolares para o ensino primário. Linguagem oral – 4º ano ..	93
12. Programas escolares para o ensino primário. Aritmética – 1º e 2º ano ..	94
13. Programas escolares para o ensino primário. Aritmética – 3º e 4º anos..	94
14. Programas escolares para o ensino primário. Geometria	95
15. Programas escolares para o ensino primário. Geografia – 1º ano	98
16. Programas escolares para o ensino primário. História Pátria– 1º ano	98
17. Programas escolares para o ensino primário. Educação Moral e Cívica – 1º e 2º anos	97
18. Programas escolares para o ensino primário. Ciências Naturais – 1º e 2º anos	99
19. Programas escolares para o ensino primário. Trabalhos Manuais	100

LISTA DE GRÁFICOS

1	Taxa de matrículas – 1932 / 1942	104
2	Taxa de evasão – 1932 / 1942	105
3	Taxa de repetência – 1º ano – 1932 / 1937	106
4	Taxa de repetência – 2º ano – 1932 / 1937	107
5	Taxa de repetência – 3º ano – 1932 / 1937	107
6	Taxa de repetência – 4º ano – 1932 / 1937	108
7	Índice de conclusão – 4º ano – 1935 / 1940	109
8	Formação profissional do corpo docente – 1932 / 1941	110

RESUMO

A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR:

a análise da escola paranaense no período de 1930 a 1945.

A proposta deste trabalho é discutir a política educacional do Governo do Estado do Paraná no período de 1930 a 1945, no que se refere à organização escolar do ensino primário. Apresenta o contexto sócio-político e econômico do período estabelecendo a relação entre o papel social da escola e as mudanças ocorridas na sociedade. Analisa a organização escolar, esclarecendo o funcionamento das escolas primárias, suas atribuições e regulamentações. Relaciona a ausência de oferta de vagas, o fluxo escolar e a formação docente com as deficiências econômicas do Estado. Apresenta os programas escolares e investiga suas propostas curriculares.

ABSTRACT

The proposition of this research discusses the educational politics of the government of the state of Paraná. In the period from 1930 to 1945, concerning to primary school organization. It presents the economic and politics context of that period, setting the relation between the social role of the school and the changes that took place in that society. It examines the school organization, clarifying the way primary schools functioned, their attributions and rules. It also connects the lack of school vacancies, school flow and the teachers formation with the economic deficiencies of the state. It presents the school programs and examines their curricular propositions. **SCHOOL ORGANIZATION. The analysis of the primary school of Paraná in the period from 1930 to 1945.**

INTRODUÇÃO

A idéia de pesquisar as escolas primárias no Paraná surgiu com algumas dúvidas sobre a nossa história. Quando tive a oportunidade de trabalhar em uma escola estrangeira, comecei a comparar a proposta educacional brasileira com a européia e algumas questões não puderam ser esclarecidas por falta de informações.

A compreensão sobre a organização escolar do ensino primário paranaense esbarrou num fato muito simples: não havia estudos sistemáticos que explicassem sua formação em décadas mais recentes.

A defesa da escola brasileira passou a fazer parte do meu cotidiano e imaginava encontrar pesquisas que pudessem comprovar a qualidade do ensino e dos profissionais em nosso país. Apesar das questões sociais que assombram o ensino público, gostaria de mostrar aos estrangeiros que se nossas escolas tivessem mais investimentos, seriam mais eficientes, porque temos profissionais conscientes, sérios e criativos.

A pesquisa de OLIVEIRA¹ deu início a este processo. Seu trabalho esclareceu o encaminhamento histórico das escolas primárias paranaenses até a Primeira República.

¹ OLIVEIRA, Maria Cecília. *Ensino primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República*. São Paulo, 1994. Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo.

Os relatos de MIGUEL² sobre suas conquistas com o levantamento histórico da formação dos professores paranaenses até 1960, contribuíram para despertar o interesse em relação às pesquisas históricas.

Ao entrar para o Programa de Pós-Graduação, dei início a busca de novos conhecimentos, tentei dar continuidade ao trabalho de pesquisa iniciado por OLIVEIRA e compreendi, ao longo do tempo, qual era a finalidade da educação.

A compreensão do processo pedagógico nas escolas fundamentais, em dias atuais, tem sido alvo de amplos debates, nas instituições de ensino entre educadores e educandos, com o objetivo de se traçar diretrizes de procedimentos para se atingir, cada vez mais, uma melhor qualidade de ensino. Esse processo tem suas explicações na sua progressão que ocorre ao longo do tempo, com avanços, paradas e saltos, por meio das idéias que germinaram, criaram corpo e, afinal, revelaram-se.

Verifica-se, assim, que todo o processo caminha em etapas sucessivas tendentes ao seu desenvolvimento que terão objetivamente, como produto final, o aprendizado do aluno.

Quando se reporta aos objetivos traçados pelos educadores, em épocas anteriores, constata-se que, embora esses objetivos visassem formações compatíveis com as necessidades e valores sociais desses períodos, o processo pedagógico sofria mudanças, em razão das influências recebidas de centros mais desenvolvidos e preocupados com seu aperfeiçoamento.

A invenção da escola não é mera casualidade, mas, um resultado de necessidades e exigências sociais, que dão caráter indiscutível de historicidade e, por conseguinte, de transitoriedade de cada modalidade de ação formativa existente, de conformidade com as aspirações e objetivos que a sociedade estabelece para a formação de seus cidadãos, tornando a educação um ato político. Na vertente desta formação, a investigação sobre a natureza humana e sua formação individual ampliou-se para sua inserção e existência coletiva, constituindo ponto de partida para a constante renovação da escola.

Daí, a necessidade do conhecimento do processo educativo, numa perspectiva histórica, assentado na análise da organização escolar, para as

² MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck Miguel. *A pedagogia da escola nova na formação do professor primário paranaense: início, consolidação e expansão do movimento*. São Paulo: 1992. Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica.

escolas públicas primárias, existentes no Paraná, a fim de se detectar os procedimentos pedagógicos vigentes.

Os procedimentos pedagógicos podem ser determinados a partir da definição de Pedagogia. SAVIANI define Pedagogia como sendo a *teoria prática da educação* e complementa: “a questão central da pedagogia é o problema das formas, dos processos, dos métodos; certamente, não considerados em si mesmos, pois as formas só fazem sentido na medida que viabilizam o domínio de determinados conteúdos.”³ Com isso, indica que a Pedagogia é uma teoria que se estrutura a partir da ação elaborada e em função de exigências práticas, interessada na execução, na ação e nos seus resultados.

A preocupação com os aspectos práticos da escola passou a fundamentar um movimento de educadores que colocou a pedagogia diante de problemas novos bem mais complexos e mais difíceis do que os que teve de resolver anteriormente, porque apresentou uma proposta progressista de educação, contrastando com a educação tradicional vigente no início deste século.

As idéias do movimento denominado Escola Nova relacionavam-se ao desenvolvimento da criança e suas necessidades básicas, fundamentais na biologia e psicologia, ligando-se o nome de Escola Nova a um novo tratamento educacional.

A revisão crítica do ensino tradicional promoveu alterações nos sistemas educacionais, modificando os objetivos do trabalho escolar, bem como a reformulação da didática, cujos fundamentos gerais teriam que ser revisados. As novas circunstâncias exigiram a transformação dos princípios tradicionais e o movimento da Escola Nova difundiu-se, por todo o mundo, com orientações diferentes. O confronto entre as várias concepções e experiências educacionais tinham pontos comuns, dentre os quais se enfatizava a escola centrada no aluno e a importância da formação dos professores na implantação satisfatória de qualquer reforma.⁴

Na essência da Educação Nova, estava a idéia da grandeza do espírito, da universalidade da cultura, do desenvolvimento integral do ser humano, enfim, do Humanismo.

³SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Autores Associados, 1992. p. 78-9

⁴LOURENÇO FILHO. *Introdução ao estudo da escola nova*. São Paulo: Melhoramentos, 1974. p. 270.

O “entusiasmo pela educação”, afirma Saviani,

sob a inspiração da tendência humanista tradicional, traduz a fase da escola redentora da humanidade. Sobre o pano de fundo das idéias liberais, que são retomadas e debatidas intensamente, advoga-se a extensão do processo de escolarização como grande instrumento de participação política. Diversas correntes de idéias e movimentos sociais agitam a questão da escolaridade obrigatória e gratuita a toda a população.⁵

Idéias respaldadas no pensamento liberal condiziam com a concretização da democracia no ensino, levando-se a bandeira da igualdade e da oportunidade a todos, indistintamente. Questões de ordem política foram invocadas, no decorrer da 1ª República, com o objetivo de se intentar mudanças para um Brasil renovado. A educação, um dos movimentos que agitaram o final deste período, por meio dos defensores do ensino inovado, buscou uma nova fase tendo por lema a democracia na educação.

As implicações de ordem social, econômica e política, considerando os novos rumos, tomados pelo governo, com o advento de Vargas, foram preocupações deste trabalho, em razão do novo momento político, que procurou romper com a velha e tradicional política oligárquica, que se firmou durante a Primeira República.

A organização escolar, que foi se estruturando no período anterior, apresentou, nessa nova fase política, algumas particularidades, em razão de medidas governamentais para a modernização do ensino.

Para compreender a dinâmica escolar e poder elucidar o desenvolvimento desse processo foram necessários estudos sobre o andamento do ensino na rede escolar do Estado do Paraná.

Os acontecimentos de ordem política, inaugurando outra fase administrativa do governo, repercutiram nas decisões sobre a educação no Brasil, e, em particular, no Paraná. Diversos fatores concorreram para essas mudanças, entre eles, aqueles provenientes dos defensores da Escola Nova que interferiram nas novas propostas para a educação brasileira.

⁵ SILVA, Naura Syria F. Corrêa da. cita SAVIANI num texto elaborado para um Curso de Extensão oferecido pela UFPR em 1994. p. 06

IANNI afirma que “o caráter elitista do ensino é questionado após a Primeira Guerra, quando uma incipiente indústria é organizada, mais provocada por mudanças nas relações do Brasil com os países industrializados que propriamente pela guerra”.⁶

A expansão do sistema educacional ocorria gradativamente, visando suprir a necessidade dos trabalhadores, sob a ótica da classe dominante. O analfabetismo reinante entre os trabalhadores estava a exigir medidas mais decisivas em relação à alfabetização. A questão do voto e da alfabetização das massas eram vistos como necessários para a mudança do poder político e conseguir afinal derrotar as oligarquias rurais.⁷

As reformas de ensino, elaboradas na década de 20, representaram um importante rompimento com a escola tradicional, sua ênfase na natureza social do processo escolar, por sua preocupação em renovar o currículo, pela tentativa de modernizar métodos e estratégias de ensino e de avaliação e, ainda, por sua insistência na democratização da sala de aula e da relação professor-aluno.

Entre 1930 e 1937, Getúlio Vargas tentou construir uma democracia de bases populares, fazendo concessões tanto à classe média como ao proletariado. Foram sete anos de agitação que envolveram uma revolta em São Paulo, uma nova constituição, um movimento popular, um movimento fascista e um movimento comunista. Em 1937, Vargas terminou a tentativa democrática e iniciou o período autoritário conhecido como “Estado Novo”.⁸

Durante o ano de 1932, a área de ensino foi objetivo de várias medidas por parte do Governo Provisório e dos Governos dos Estados. Além da preocupação com a reforma dos métodos de ensino, muitos prédios foram construídos e destinados ao funcionamento da escola primária.

O “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932, surgiu como uma tentativa de influenciar as diretrizes educacionais do governo. O documento dedicou-se, em linhas gerais, à defesa da escola pública, obrigatória, laica e gratuita e orientou-se pelos princípios pedagógicos de Dewey, Kilpatlick e outros.

⁶ IANNI, O. *Crisis in Brazil*. Nova Iorque, 1970.

⁷ MOREIRA, Antonio. *Currículos e programas no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995. 2. ed. p. 85

⁸ SKIDMORE, T. E. *Politics in Brazil, 1930 – 1964: an experiment in democracy*. Nova Iorque, 1986.

Os debates pedagógicos marcaram os anos 30, quando os educadores idealistas buscaram e apresentaram inúmeras opções para solucionar a política educacional brasileira.

A Constituição de 1934 mantinha o espírito da Constituição de 1891, mas apresentava características próprias. Era uma carta democrática e, de todas as Constituições, foi a que vigorou por menor tempo.

A Constituição de 1937, elaborada pelo jurista Francisco Campos, que ficou conhecida como *Polaca*, por ter sido inspirada na Constituição fascista que estava em vigor na Polônia, tinha caráter autoritário e altamente centralizador. Foi a primeira Constituição Brasileira a outorgar tanto poder a um presidente.

A criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, destinado a cuidar da instrução pública no país, a Cruzada Nacional da Educação, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, a Constituição de 1934 e, posteriormente, a de 1937, foram importantes acontecimentos que concorreram para a escolha e definição do período que foi pesquisado.

Já existem alguns estudos da educação no Paraná. Todavia, em relação a esta, poucos são aqueles que abordam o estudo da organização escolar das escolas públicas primárias do Paraná.

Assim, o período entre 1930 e 1945, por caracterizar um novo sistema de governo, tornou-se especial na história, no qual ocorreram mudanças sociais e políticas, com repercussões no sistema educacional do país.

Esse período, que se inicia caracterizado pela efervescência de novas idéias na educação ⁹, na política e na economia brasileira, tem como ponto referencial a Revolução de 1930. É a partir desta fase que se pretende direcionar a pesquisa, compreendendo os anos de 1930 a 1945, quando se deu o Governo de Getúlio Dornelles Vargas, a nível nacional e o Governo de Manoel Ribas, no Estado do Paraná, entre os anos de 1932 e 1946.

A atenção dispensada à legislação do ensino primário justifica-se porque nela estão definidos os objetivos e diretrizes da organização do ensino, bem como à documentação coletada, contendo as informações para se entender e dar conhecimento da organização escolar no Paraná.

⁹ As novas idéias na educação, iniciada na década de 20 e concretizadas com as Reformas de Ensino em diversos Estados no mesmo período, inicia-se na década de 30 com conquistas mais significativas no âmbito nacional, como o Manifesto dos Pioneiros e a Assembléia Constituinte 1933-34 e, retrocede, com a implantação da ditadura nos anos seguintes (1937-1945).

As estatísticas educacionais, permitiram que se conhecesse as condições gerais do Estado, a partir de 1932, sob vários aspectos, inclusive a educação pré-escolar e o ensino rural enfatizado no Governo Ribas.

Assim é que, no estudo do ensino primário, procurou-se realizar a análise crítica dos dados qualitativos e quantitativos referentes às informações oficiais encontradas nas seguintes fontes bibliográficas:

- Mensagens do Interventor Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado;
- Relatórios dos Secretários de Estado ao Interventor Manoel Ribas;
- Relatórios apresentados pelo Interventor Manoel Ribas ao Presidente da República Getúlio Vargas;
- Publicações referentes ao levantamento bibliográfico, sobre temas teórico-conceituais e aqueles de caráter histórico que elucidam as problemáticas do período, relativas ao contexto histórico nacional e, particularmente, ao paranaense.

As fontes históricas¹⁰ foram classificadas em fontes primárias e fontes secundárias. De acordo com CARDOSO,

as fontes primárias – que no caso dos documentos escritos podem ser tanto manuscritas quanto impressas (publicadas durante o próprio período estudado) – são as que surgiram como decorrência direta do tema pesquisado; livros e artigo *sobre* o tema em estudo serão tratados como fontes secundárias.¹¹

A metodologia empregada inclui os processos hermenêuticos de interpretação das fontes, que consiste em apreender o conteúdo exato e o sentido de um texto, partindo de um conhecimento prévio da língua da época e das convenções culturais vigentes no período escolhido.

A fase de coleta de dados teve uma longa duração no processo de pesquisa.

O tema estava bem delimitado, porém, na consulta dos repertórios documentais e bibliotecários publicados, na busca de coletâneas de fontes

¹⁰ São consideradas fontes históricas todos os tipos de informação acerca do objeto de estudo.

¹¹ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à história*. Brasiliense: São Paulo, 1982. Coleção Primeiros vãos.

primárias impressas e em jornais a dificuldade encontrada estava na pouca, e em determinados casos, na ausência de fontes bibliográficas.

Para tanto, houve a necessidade de se selecionar e classificar o material levantado, bibliográfico e documental, de maneira a permitir melhor compreensão e desenvolvimento lógico-sequencial dos fenômenos ocorridos.

Com base no material levantado, foram formuladas algumas questões relativas ao processo educacional no Paraná, tendo em vista as mudanças nos rumos da política e da economia, bem como a influência de novas idéias para a educação, fossem elas oriundas de ideologias democráticas, pretendendo a renovação do ensino ou de governos totalitários, enfatizando aspectos cívicos e morais.

São elas:

- ✓ Até que ponto as mudanças no plano econômico, com incentivo à industrialização, repercutiram na esfera educacional?
- ✓ A política educacional do governo do Estado do Paraná, na década de 30, no que se refere a ampliação de oportunidades educacionais no ensino primário, evidenciou um aumento de vagas no sistema educacional?
- ✓ A adaptação do sistema escolar às exigências de uma nova sociedade, com características industriais, foi concebida no Estado do Paraná?
- ✓ Como ocorreu a unificação do sistema educacional paranaense à proposta, que vigorava em âmbito nacional, de uma política nacional de educação?
- ✓ Em termos de conteúdos escolares, como se apresentavam os programas do ensino primário?
- ✓ Como era composto o corpo docente para o ensino primário?

Para responder às questões propostas, o trabalho teve início com o levantamento de dados nos organismos nos quais se encontravam o material necessário para o encaminhamento da pesquisa. Foram eles:

- Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem do Estado do Paraná;
- Biblioteca Pública do Paraná;

- Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná;
- Biblioteca do Museu Paranaense;
- Biblioteca do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná;
- Círculo de Estudos Bandeirantes;
- Arquivos particulares – material cedido por pessoas que se interessavam em contribuir para este trabalho;
- Instituto de Educação do Paraná;
- Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Com base nas informações levantadas, houve a possibilidade de elaborar este trabalho o qual se apresenta dividido em capítulos que, resumidamente, tratam da educação no Estado.

Em primeiro lugar, tentou-se sintetizar a estrutura econômica, política e social do Estado, nas primeiras décadas deste século, caracterizando a crise econômica vivida nesse período e o processo revolucionário do país. A transição da estrutura de estado oligárquico e agro-exportador para a fase de desenvolvimento urbano e industrial foi pano de fundo para a compreensão da nova função da escola primária.

Em segundo lugar, analisou-se o papel social da escola e as mudanças ocorridas na sociedade, influenciada pelas inovações no âmbito escolar, por meio dos movimentos em prol da Educação Nova. A análise partiu do Manifesto dos Pioneiros, das reflexões geradas quanto à questão do analfabetismo, da preparação dos profissionais da educação e do processo de industrialização, este último, para justificar o controle da esfera econômica por parte do Estado.

A Assembléia Nacional Constituinte, o movimento renovador, a Constituição de 1934 e, posteriormente, a de 1937, concluíram a análise das propostas existentes sobre a democratização da escola pública, iniciada há muito no Brasil.

A organização escolar foi analisada no Capítulo III, esclarecendo como funcionavam as escolas primárias no Paraná, suas atribuições, regulamentações, dificuldades e pretensões em consonância com as mudanças ocorridas no sistema educacional a partir de 1930. A expansão do ensino também foi outra

preocupação neste trabalho devido ao crescimento demográfico e à demanda social na educação, bem como retratar o aspecto organizacional das escolas.

No aspecto quantitativo, salientou-se a falta de oferta de vagas nas escolas e a falta de escolas nas regiões afastadas dos centros urbanos. Quanto ao aspecto organizacional, as deficiências econômicas preponderaram, influenciando desde à aquisição de material didático, até ao comprometimento da qualidade na formação dos professores primários.

Os programas escolares foram tratados no IV Capítulo e seu estudo delineou a compreensão de como as escolas paranaenses realizavam sua instrução. Relativamente às alterações nos programas, estes não aconteceram desde a década anterior até o período estudado e sua proposta mostrava-se desvinculada da realidade social do Estado. Seus conteúdos eram abrangentes e complexos, se considerarmos que a escola era o primeiro contato que a criança tinha com o meio social, tornando difícil sua permanência na escola. O corpo docente, na sua maioria, não tinha formação pedagógica.

A análise dos efeitos da escolarização na população escolarizável foi realizada através de levantamentos estatísticos cujos dados, porém, não se apresentam completos. As informações fornecidas pelo I.B.G.E. e Relatórios do Governo referentes à educação limitaram-se ao ano de 1942. Os dados específicos relativos ao Paraná datam de 1937. Após este período, alguns dados isolados foram encontrados em publicações nacionais, mas não ultrapassaram o ano de 1942. No acervo do I.B.G.E., toda a documentação está arquivada e, realmente, não houve levantamento estatístico após o período acima citado. O censo nacional, inclusive, foi realizado somente em 1950.

A busca por informações sobre a formação escolar primária no Estado, demonstrou a fragilidade histórica sobre os nossos antepassados. Apesar de alguns trabalhos terem sido realizados a respeito da educação no Paraná, o estudo realizado por OLIVEIRA¹² (1982), foi o mais completo, tendo como princípio a abordagem conjuntural e estrutural do ensino paranaense. Sua pesquisa iniciou no período provincial do Paraná e sua análise sobre o desenvolvimento do processo educacional e sobre as tendências da população

¹² OLIVEIRA, Maria Cecília. *O ensino primário na Província do Paraná: 1853 – 1889*. Curitiba, 1982. Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná.

participante desse processo elucidaram muitas indagações. Contudo, muito ainda havia para ser esclarecido.

Na tese de doutoramento, OLIVEIRA¹³ demonstra novamente a preocupação com a formação no ensino primário no Paraná. Sua investigação caracteriza o ensino primário no período da Primeira República no Estado. Em uma análise detalhada, o sistema escolar, tanto no aspecto de seu funcionamento como no de sua organização, é compreendido através da relação existente entre o ensino primário e a sociedade paranaense da época. A educação nas diferentes comunidades do Estado (estrangeiras urbanas e rurais) são consideradas, demonstrando grande preocupação com o ensino como um todo. As pesquisas de OLIVEIRA¹⁴, de certa forma, deram origem a este trabalho.

A organização do ensino primário abrange, obrigatoriamente, a formação do professor. MIGUEL¹⁵, ao analisar a formação do professor primário paranaense, a partir de 1920, orientou o sentido do desenvolvimento da escola primária, visto que o despreparo do professor desencadeia processos sociais significativos, como o de evasão e o de repetência, por exemplo. A compreensão do modo como se formaram os cursos normais, sob a influência da Escola Nova, e a formação dos professores primários na realidade paranaense tornaram o trabalho de MIGUEL¹⁶ imprescindível para a fundamentação desta pesquisa.

O entendimento do contexto político, social e econômico nacional vieram a partir de um estudo sistemático de autores relacionados à época e que pesquisaram o período estipulado. Esta análise, dentre todo o processo de elaboração deste trabalho, foi a mais demorada.

No capítulo intitulado *Não era esta a República dos nossos sonhos*, ALENCAR, RAMALHO e RIBEIRO¹⁷ comentam a crise da economia brasileira, da dominação oligárquica e todo o processo revolucionário de 1930. As principais relações entre o Estado e a industrialização no Brasil, no período de 1930-45, são apresentadas, considerando suas relações com as economias capitalistas mais avançadas no contexto internacional.

¹³ OLIVEIRA, Maria Cecília. *Ensino primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República*. São Paulo, 1994. Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck Miguel. *A pedagogia da escola nova na formação do professor primário paranaense: início, consolidação e expansão do movimento*. São Paulo: 1992. Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica.

¹⁶ Ibid.

Um estudo comparativo entre os regimes fascistas europeus e o Estado Novo, elucidou a compreensão das correntes predominantes das forças sociais interessadas na centralização política e as interessadas na descentralização, e as razões das suas divergências, sendo possível entender a situação do proletariado urbano nas primeiras décadas deste século.

PRADO JR.¹⁸ interpreta a história econômica brasileira a partir da sua formação, em 1500, e sua evolução ao longo dos séculos. *A crise de um sistema* aponta o sistema tradicional como o início da estagnação e decadência da economia no país. Todo o processo de recuperação econômica, o desenvolvimento do mercado interno e o progresso tecnológico são considerados como o início da transformação do país, visto na nítida elevação dos padrões médios de vida, na tendência ao desaparecimento das importações e no crescimento da população. A evolução econômica aconteceu frente a grandes dificuldades e às forças de renovação, as quais impulsionaram o país para novos rumos.

As deficiências existentes na rede viária, as limitadas condições de escoamento nos portos de Antonina e Paranaguá e a soma das dívidas em 1930, tornaram o Paraná economicamente debilitado. O *déficit* crônico verificado no orçamento estadual, levou o governo a acumular dívidas que se avolumaram e, permanentemente, dependiam da ajuda do governo central. O quadro econômico paranaense sofreu mudanças a partir da colonização do norte do Estado e do plantio do café. PADIS¹⁹, em seu estudo detalhado sobre a economia paranaense, contribuiu efetivamente para a compreensão da expansão da população, que está diretamente ligada ao aumento de escolas primárias no Estado.

CARONE²⁰, em sua análise política, articula todo o processo revolucionário de 30 a partir dos primeiros movimentos renovadores ocorridos na década de 20. Ao analisar cada período histórico, mostra como a política federal reflete nas políticas estaduais e nas divergências ocorridas nesse processo, como aconteciam as lideranças nos Estados, a luta entre militares e civis, as

¹⁷ ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lúcia; RIBEIRO, Marcus. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

¹⁸ PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 26 ed.

¹⁹ PADIS, Pedro. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981.

²⁰ CARONE, Edgard. *A república velha*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1977. 3 ed.

contestações da pequena burguesia, as dissidências oligárquicas, as crises de crescimento, para explicar o desenvolvimento político do país. A economia norteia seu trabalho. A reconstituição dos processos globais, respeitando as particularidades dos fatos, inclui Carone como referência obrigatória para qualquer análise histórica do país.

A história da educação brasileira é fundamentada em autores imprescindíveis para a percepção da evolução do ensino no Brasil. ROMANELLI²¹, em sua pesquisa sobre história da educação, explica como ocorreu a transição da sociedade oligárquico-tradicional para a urbano-industrial, no período de 1930, redefinindo as estruturas do poder, orientadas pelo modelo econômico. A urbanização crescente fez aumentar a demanda social pela educação e os levantamentos estatísticos deram subsídios para a interpretação e a compreensão da estrutura interna do sistema educacional.

O enfoque dado por GHIRALDELLI²² à história da educação privilegia o das políticas educacionais e o das construções pedagógicas didáticas, envolvendo a relação entre o Estado, a educação, a sociedade e os projetos educacionais relacionados a este contexto.

O levantamento histórico realizado por RIBEIRO²³ destaca, em sua obra *História da Educação Brasileira – a organização escolar*, o reconhecimento da economia como condição central para o desenvolvimento, no sentido de um processo de transformação econômico, político e social, por meio do crescimento do padrão de vida da população, como algo a ser atingido automaticamente. A educação é enfatizada, desta forma, no sentido de se tornar pública e gratuita, através das conseqüentes ações realizadas pelo movimento renovador de 30. A análise constata que, na medida em que o tempo passa, após o advento da República, a cada década, aumenta a pressão dos vários setores da sociedade, enfatizando a permanência na escola.

NISKIER²⁴, conta a história da educação no Brasil, em uma leitura formal, baseada em documentos oficiais e legislações vigentes no país desde 1500. O desenvolvimento do seu trabalho referencia todos os pontos significativos da

²¹ ROMANELLI, Otaíza. *História da educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 18. ed.

²² GHIRALDELLI JR, Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

²³ RIBEIRO, Maria Luísa. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988. 8.ed.

²⁴ NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história. 1500 – 2000*. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

educação, determinando como o ensino foi se estruturando a nível nacional e como as determinações das Constituições brasileiras influenciaram o ensino em âmbito educacional. NISKIER²⁵ enfoca o ensino como um todo, analisando desde o fundamental até as deliberações do ensino superior.

*A educação nas constituintes brasileiras*²⁶ revela a análise das fontes primárias como fundamentais para a utilização de estudos de pesquisa, ressaltando a importância dos estudos jurídicos nas sociedades democráticas. O processo de elaboração das constituições esclareceu o encaminhamento dado ao processo e, no que se refere a Constituinte de 1933-34, revelou a intervenção dada pelos renovadores, em busca do ensino público, gratuito, laico e obrigatório.

MOREIRA²⁷, analisa a evolução e a compreensão do currículo no meio educacional, demonstrando a importância das matérias escolares serem ministradas num sentido instrumental, prático, de meio e não intelectualista e de fim em si mesmas. O sentido do currículo é visto em atividades globais, sob forma de interesse, de projetos ou de problemas. Dessa forma, os currículos e os programas das escolas primárias puderam ser analisados sob a ótica da evolução do currículo escolar brasileiro.

O trabalho de PILOTTO²⁸ está diretamente ligado à história da educação pública no Paraná. Na obra *A educação no Paraná*, o autor paranaense diz que chegou muito cedo às idéias da Escola Nova e explica os reflexos do movimento renovador no Paraná. Os primeiros passos na sua formação pedagógica se iniciaram com Tolstoi, passaram por Rousseau, com *Emílio* e prosseguiram por Langevin e Wallon. A idéia de educação renovada se caracterizava por alguns aspectos marcantes, entre esses, destacava-se, principalmente, a democratização do ensino.

PILOTTO analisa os problemas educacionais e toma como base a matrícula dos alunos na 1ª série primária, como início de sua proposta educacional. Ele propõe que, ao contrário de oferecer mais escolas, é preciso concentrar esforços, fundamentalmente, na permanência e melhor rendimento dos alunos.

²⁵ NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história. 1500 – 2000*. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

²⁶ FÁVARO, Osmar (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras (1823 – 1988)*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

²⁷ MOREIRA, Antonio. *Currículos e programas no Brasil*. Campinas, SP: Papirus, 1995. 2 ed.

²⁸ PILOTTO, Erasmo. *A educação no Paraná*. Rio de Janeiro: CILEM, MEC, INEP, 1954.

Esses estudos, pela importância do método adotado e pelo alcance excepcional de suas conclusões, devem ser considerados fundamentais e clássicos no estudo da educação em nosso país. Surpreendentemente, eles não são referidos com a frequência merecida e necessária: não sei se o fato se deve à vaidade de não quisermos ter mestre brasileiro ou à imaturidade de diletantes ou a preconceitos. Apesar disso, as análises de Teixeira de Freitas estão entre o que mais sério e sagaz se disse da educação brasileira. ²⁹

A análise dos fracassos no ensino da primeira série, o que significa dizer no processo de alfabetização, as considerações necessárias a propósito das condições básicas para este processo de aprendizagem e as atividades preceituadas para o desenvolvimento das mesmas, levam PILOTTO³⁰ a estabelecer correlações entre os índices de repetência e evasão, a analisar o desempenho do professor e o método de alfabetização.

David CARNEIRO e Túlio VARGAS³¹, coletaram dados biográficos sobre os governantes do Estado, no período republicano, para escrever a história da República no Paraná, enfocando aspectos econômicos, políticos e sociais.

RATACHESKI³² expõe as condições das escolas paranaenses, num manuscrito comemorativo aos cem anos de emancipação política do Estado, através de informações que não puderam ser comprovadas de sua veracidade, mas que, de alguma forma, contribuiriam para complementar as informações obtidas em documentos oficiais.

CARDOSO³³ em *Uma introdução à história*, apresenta o problema da cientificidade da história e o caráter científico da ciência. Suas considerações abordam os diversos métodos de pesquisa histórica abrangendo sua evolução e suas novas tendências. O capítulo destinado aos *passos da pesquisa histórica* elucidou, de forma objetiva, como proceder diante da coleta de dados e fontes

²⁹ PILOTTO, Erasmo. *A educação é direito de todos*. Curitiba: Max Roesner, 1966.

³⁰ Ibid.

³¹ CARNEIRO, David. VARGAS, Túlio. *História biográfica da República no Paraná*. Curitiba: Banestado, 1994.

³² RATACHESKI, Alir. *Cem anos de ensino no Paraná*. Curitiba, 1953. (Manuscrito)

³³ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à história*. Brasiliense: São Paulo, 1982. Coleção Primeiros Vãos.

históricas como condição fundamental para a análise e interpretação das informações

Muitos autores poderiam ainda ser citados, principalmente porque, em muitas obras sobre educação, o período estudado é referenciado em breves comentários, que contribuíram para a compreensão do todo.

A História da Educação no Paraná caminha para a formalização de suas pesquisas. Poucos trabalhos são encontrados, para que se possa realizar uma revisão de obras sobre o tema, tornando a história paranaense fonte de preocupação dos educadores para futuras pesquisas.

II

O CONTEXTO POLÍTICO

No Brasil, as desigualdades econômicas e sociais, características do capitalismo, foram se tornando gradativamente evidentes a partir da segunda metade do século passado e, notadamente, nas primeiras décadas deste século, em razão de mudanças nas áreas agrícolas produtivas e investimentos no setor industrial. Tais mudanças, privilegiando determinadas facções da sociedade, começaram a chamar a atenção de grupos políticos e de outros segmentos da sociedade, para promoverem alterações na condução da política brasileira em relação à sua população.

No início do século, cidades como Rio de Janeiro e São Paulo já contavam com um certo desenvolvimento, existindo, inclusive, serviços básicos de água, esgoto e coleta de lixo, bem como um sistema de transportes. Do total da população brasileira, na época, 70% ainda vivia no campo, tornando essa desigualdade mais acentuada, em vista dos recursos no meio rural.¹ Dentre as regiões brasileiras, a Sudeste era a mais próspera, contando com maior concentração de renda, o que a distinguia econômica e socialmente das demais regiões.

Na década de 20, a crise do desenvolvimento no Brasil vinha se acentuando, “tornara-se patente a incompatibilidade substancial entre o novo

¹ ALENCAR, F.; RAMALHO, L.; RIBEIRO, M. *História da Sociedade Brasileira*, 1985. Rio de Janeiro, 1985. p. 214.

ritmo de existência e o progresso material atingido pelo país e sua modesta categoria de meio produtor de um punhado de matérias-primas, destinado ao comércio internacional.”² A estrutura econômica e social brasileira apresentava-se desvinculada do contexto mundial. A cultura cafeeira passou por crises periódicas nos anos que antecederam à década de 30. A economia brasileira precisou modificar seu sistema produtivo para atender às novas demandas, em busca do progresso do país.

A partir de 1930, o processo de transformação acentuou-se. A crise mundial de 1929 afetou seriamente o Brasil. De acordo com PRADO JR, “o valor dos produtos fundamentais em que assentava a sua vida econômica (em particular o café), caiu brusca e consideravelmente. As exportações sofreram em consequência grande redução.”³ A crise retirou do Governo a possibilidade de conseguir financiamentos para a compra de estoques que não eram absorvidos pelo mercado e, principalmente, porque os estoques em grande quantidade dificilmente teriam o devido escoamento de mercado. A saturação no mercado mundial acarretou a queda nas exportações do café brasileiro e a crise geral fez cessar a entrada de capitais.

Em 1929, as economias mundiais tentaram transferir para os países dependentes os efeitos da crise, da qual o Brasil emergiu, utilizando seus próprios recursos provenientes da acumulação primitiva de capital e da ampliação do mercado interno.⁴ Acentuou-se o processo de nacionalização da economia do país e o Brasil arrancou para o seu desenvolvimento industrial em plena crise.

De acordo com PRADO JR, “este progresso não se fez sem tropeços e contra a transformação.”⁵ Forças políticas empenharam-se em desenvolver a produção de novos produtos em substituição aos antigos, em decadência, mas nenhum deles teve importância apreciável.

A economia sofreu mudanças qualitativas e, com o apoio da imigração e do trabalho assalariado, foi possível iniciar uma transferência da renda aplicada no setor agrícola que objetivava as exportações, para a produção industrial que era voltada ao mercado interno.

² PRADO JR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, 1981. p. 287.

³ *Ibid.* p. 291.

⁴ ROMANELLI. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis, 1996. p. 48.

⁵ PRADO JR. *História econômica do Brasil*, p. 292

A economia brasileira reagiu bem aos efeitos da crise: o crescimento do mercado interno e a queda das exportações implicaram a transferência da renda de um para outro setor. O setor industrial se beneficiou muito com esta transferência de renda, pois pôde contar com a disponibilidade do mercado interno, movido por capital nacional e operando em regime de reaproveitamento, devido a concorrência das importações. O desenvolvimento estava em plena ascensão e surgiu a necessidade de um remanejamento de todo o aparelho do Estado, ligado até então aos interesses latifundiários, com vistas a uma adequação de sua estrutura aos novos interesses do setor dinâmico e a uma saída mais eficiente da crise.⁶

A economia paranaense, no final da década de 20, também apresentava-se em crise. A queda das importações, em nível nacional, resultou na falta de capital de giro, afetando os produtores de mate e café. Esta crise foi considerada “a mais prolongada e a mais violenta de todo o período de vida autônoma do Estado do Paraná”.⁷ A crise desencadeou o desemprego elevado, baixou o nível dos salários e provocou uma migração dos operários paranaenses para os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No início dos anos 30, um fenômeno conhecido como populismo surgiu no Brasil, como “etapa de transição de uma estrutura de estado oligárquico e agro-exportador para a fase de desenvolvimento industrial e urbano”.⁸

A Revolução de 30 definiu esta transição. Descontentamentos existiam em vários setores da classe média, bem como o desejo de romper com situações políticas vigentes. As tentativas de rompimento com a oligarquia rural e a busca por eleições livres levou as camadas da classe média, tenentes, funcionários públicos e profissionais liberais, a se unirem e a participarem do processo revolucionário de 30, para acabar com a marginalização política em que se encontravam. De acordo com ROMANELLI, o operariado urbano vinha crescendo em razão do desenvolvimento industrial, gerando com isso o êxodo rural.⁹ A influência de operários de origem européia provocou o surgimento das primeiras

⁶ ROMANELLI. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis, 1996. p. 48.

⁷ PADIS. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo, 1981. p. 62.

⁸ PELLANDA. *Ideologia, educação e repressão no Brasil pós 64*. Porto Alegre, 1986. p. 23

⁹ ROMANELLI. *História da Educação no Brasil*, p. 49.

associações de classe e as primeiras manifestações de protesto, na forma de greves.

Apesar de não ter um projeto político consistente, o Tenentismo ¹⁰ foi um movimento formado por aqueles segmentos da classe média e era liderado pelos elementos mais lúcidos de cada grupo, em busca de seus direitos através de eleições livres. A criação do Partido Comunista e a Semana de Arte Moderna, durante os anos 20, tinham em comum a contestação e a oposição à velha ordem oligárquica latifundiária.

As eleições presidenciais desde a promulgação da Constituição de 1891, geravam grande agitação política a cada quatro anos, porque um presidente estava impedido de reeleger-se.

A indicação do sucessor, quando proposta politicamente, já equivalia às eleições, visto que os governos estaduais não hesitavam em manipular os resultados para enquadrá-los nos seus arranjos pré-eleitorais. ¹¹ O apoio dos líderes dos Estados era fundamental para garantir a maioria eleitoral e o candidato que era indicado temia muito pouco pela derrota. À medida que a população crescia, tornava-se cada vez mais difícil manipular os resultados.

As eleições de 1º de março de 1930 deram a vitória a Júlio Prestes, com 1.027.000 votos, contra 809.307 votos para Getúlio Vargas.¹² O Presidente Washington Luís, pensando ter assegurado apoio suficiente para eleger seu candidato, Júlio Prestes, verificou entretanto uma margem mínima de vitória. A oposição, que fez campanha através da Aliança Liberal, recusou-se em aceitar os resultados oficiais. Esta situação gerou o descontentamento das classes urbanas, o descrédito com o governo, reforçado pela crise econômica de 1929, e deu início a manifestações do operariado e da classe média.

Em maio de 1930, Getúlio lançou um manifesto denunciando fraude nas eleições presidenciais. Alguns revolucionários aceitaram as palavras de Vargas e estavam dispostos a organizarem uma conspiração integral, destinada a tomar o poder pela rebelião armada. ¹³

¹⁰ "Tenentismo: movimento da pequena burguesia urbana na tentativa de luta pelos seus direitos, organiza-se em forma de pressão, reivindicando melhorias do salário, melhores condições de moradia e maiores direitos políticos, onde alguns de seus segmentos civis e militares optam pela luta armada." (CARONE, 1977, p. 410).

¹¹ ROMANELLI. *História da Educação no Brasil*, p. 49.

¹² CARONE. *A república velha*. Rio de Janeiro, 1977. p. 420. Os dados apresentados diferem de autor para autor.

¹³ *Ibid.* p. 425.

O candidato à vice-presidência, João Pessoa, foi assassinado, agravando mais a situação, porque o grupo político ao qual estava ligado o assassino, um inimigo político local, era apoiado por Washington Luís.

Figura 1 ¹⁴



Movimento revolucionário em São Paulo.
1930

A revolta começou com os rebeldes do Rio Grande do Sul, marchando rumo ao Rio de Janeiro sob comando de Vargas.

“Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar o teu destino heróico! O ‘povo’ estava se levantando para adquirir liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano, para a reconstrução nacional”, proclamava Vargas.¹⁵ A conspiração foi apoiada por políticos da Aliança Liberal e por um grupo de jovens oficiais revolucionários, os tenentes.

A crise delineou-se, portanto, como uma necessidade de se ajustar o aparelho do Estado às novas necessidades da política e da economia, ou seja, de se substituir

¹⁴ LAMOUNIER, Bolívar. *Getúlio*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 51.

¹⁵ SKIDMORE. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, 1975. p. 23.

urgentemente toda a estrutura do poder político que contribuiu para criar e manter a crise econômica.¹⁶

A revolução de 30 teve um sentido histórico importante em termos de mudança de rumos e de um certo padrão oligárquico da sociedade como um todo.

A revolução estava a caminho da Capital Federal. O primeiro grupo partiu do Rio Grande do Sul.

No Nordeste, os revolucionários tomaram a maioria dos Estados e o terceiro grupo partiu de Minas Gerais em direção a São Paulo.

Figura 2¹⁷



O povo na Rua XV, na madrugada de 05 de outubro, Curitiba, 1930.

As tropas vindas do Rio Grande chegaram a Curitiba na madrugada de 05 de outubro de 1930 e a revolução conquista o Estado do Paraná. A vitória da revolução era vista pelos paranaenses com simpatia. O Major Plínio Tourinho, oficial responsável pela 5ª Região Militar, indicou o General Mário Tourinho para assumir o governo provisório do Estado, o qual, no mesmo dia, assumiu a presidência do Estado e foi nomeado Interventor Federal.

¹⁶ ROMANELLI. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis, 1996. p. 49.

¹⁷ *Curitiba 300 anos*. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Vol. XLVIII. 1993. p. 286.

A ordem revolucionária foi implantada imediatamente no Estado do Paraná. O Congresso Legislativo Estadual e as Câmaras Municipais foram dissolvidos e os mandatos dos prefeitos cassados e nomeados outros de confiança do governo revolucionário.

Tornava-se, porém, imprescindível e urgente a decretação de uma nova série de medidas radicais, que desarticulasse, de vez, as peças do antigo mecanismo político e administrativo do Estado, para facilitar, de futuro, a sua remodelação, sob as novas bases moralizadoras que o evangelho revolucionário consagrara.¹⁸

A deposição do Presidente Washington Luís foi feita por uma Junta Militar formada pelos Generais Tasso Fragoso, Mena Barreto, Leite de Castro e pelo Almirante Isaías de Noronha. A Junta tentou manter-se no poder, mas Getúlio Vargas, líder revolucionário, assumiu a presidência em caráter provisório.



Getúlio chega ao Rio de Janeiro após a vitória da Revolução de 1930.

Figura 3¹⁹

¹⁸ PARANÁ. Interventor Federal (1931: Tourinho). Mensagem do Interventor Federal do Paraná ao Chefe do Governo Provisório da República, em 5 de outubro de 1931. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público.

¹⁹ LAMOUNIER, Bolívar. *Getúlio*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 34.

A mudança de liderança política, resultado da ascensão de Vargas, tornou-se conhecida como a Revolução de 30.

Nos primeiros anos do Governo Provisório de Vargas, houve uma cisão entre os tenentistas e os constitucionalistas. Os primeiros apoiavam a permanência de Vargas no poder para alcançarem as mudanças radicais, e os outros, mais moderados e conservadores, reivindicavam uma nova constituição. Em 1932, foi deflagrada a Revolução Constitucionalista de São Paulo, revelando uma tendência à descentralização do governo, dando mais autonomia aos Estados, com base na que os mesmos vinham gozando desde a Proclamação da República. Em 1934, o Governo promulgou uma nova Constituição, negligenciando os interesses paulistas.²⁰

No Paraná, a principal preocupação do Governo do General Mario Tourinho foi a recuperação do poder e da estabilidade financeira do Estado, mas apesar de realizar estudos para solucioná-la, não teve tempo para executá-la. Pressionado pelos tenentes para compartilhar o poder, governou de maneira firme, descontentando muitos segmentos partidários e militares. De formação militar, o General Tourinho nunca esteve envolvido com política e sem a devida habilidade para governar, renunciou em 29 de dezembro de 1931.

Figura 4 ²¹

Com a renúncia do General Tourinho, Getúlio Vargas, na intenção de solucionar os confrontos políticos desencadeados por Tourinho durante a intervenção, encontrou na pessoa de Manoel Ribas a solução conciliatória. Este permaneceu durante treze anos no governo paranaense, como interventor de 1932 a 1934, como governador de 1935 a 1937 e, novamente, como



General Mario Tourinho.

²⁰ ROMANELLI. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis, 1996. p. 50.

²¹ PARANÁ – biografia de Governadores. I. Vargas, Túlio. II. Bona, Theodoro de, il.. III. Ozinski, Dulce, il. IV. Título. p. 173.

interventor de 1937 a 1945.

Governou com autoridade e prestígio de uma bem sucedida carreira na área administrativa empresarial.

A ação do governo diante dos problemas surgidos no processo revolucionário, provocou uma radicalização das esquerdas e das direitas e estes movimentos possibilitaram a Getúlio Vargas em 1937, dar o golpe de Estado e instalar o Estado Novo.

No dia 10 de novembro de 1937, o Congresso Nacional foi fechado por ordem do Presidente Getúlio Vargas e outorgada uma nova Constituição para o País. A nova Carta baseou-se na Constituição fascista da Polônia, ficando conhecida por “Constituição Polaca”, tendo como idealizador Francisco Campos, jurista com tendências autoritárias. O Estado Novo regulamentou a implantação da ditadura no país.

O golpe foi recebido pela maioria com simpatia e teve o apoio das Forças Armadas, as quais deram a Vargas amplos poderes, para o remanejamento estrutural do Estado, que era reivindicado pela Revolução de 1930. “O Estado Novo perseguiu e conseguiu conquistar, em grande parte, os ideais revolucionários do desenvolvimento econômico, do trabalhismo e do nacionalismo econômico.”²²

Figura 5²³

A economia no Paraná entrou, na crise de 29, em dificuldades. A condição econômica do Estado era gravíssima e a emissão de notas promissórias pelo Tesouro do Estado contribuía para agravar ainda mais a situação.



Praça Tiradentes, vendo-se a Farmácia Stellfeld, 1935

²² PELLANDA. *Ideologia, educação e repressão no Brasil pós 64*. Porto Alegre, 1986. p. 26.

²³ *Curitiba 300 anos*. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Vol. XLVIII. 1993. p. 362.

O governo argentino vinha interrompendo a importação do mate para o seu país, visto que o mate produzido pelo Estado não era puro e não competia qualitativamente com as produções de outros países, contribuindo para a redução das exportações paranaenses e tornando instável a economia ervateira. Em 1931, o governo argentino, maior mercado de consumo do mate, proibiu sua importação.²⁴ A partir de 1933, não houve mais exportação do mate beneficiado para a Argentina e o governo estadual, na tentativa de resgatar uma das principais fontes de renda, reduziu em 20 % as taxas sobre a exportação do produto. Apesar da redução dos impostos e da campanha para o uso interno do produto, o mate não recuperou sua condição de condutor da economia paranaense.

A exportação da madeira substituiu gradativamente o mate no período

entre 1916 e 1925, decaindo após a crise de 1929. A principal madeira exportada pelo Paraná era o pinho e diversos fatores negativos contribuíram para a sua decadência. As dificuldades nacionais e internacionais advindas da primeira grande guerra, a crise mundial de 1929, a falta de mercado e as altas tarifas ferroviárias reduziram o comércio de madeiras.



Interventor do Paraná, Manoel Ribas

Figura 6 ²⁶

²⁴ PADIS. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo, 1981. p. 63.

²⁵ *Curitiba 300 anos*. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Vol. XLVIII. 1993. p. 362.

O pinho paranaense, de qualidade inferior, devido à baixa tecnologia, tinha seus preços superiores em relação aos importados dos Estados Unidos e Canadá.

[...] o pinho do Paraná é mais difícil de ser preparado [...] Sua grossura é muito desigual [...] O tabuado é grosso [...] é defeituoso e mui desmerecido. Igualmente, a vista da madeira deixa muito a desejar, pois é escura [...] É [...] necessário que seja seca, bem madura, sem rachaduras, como também não ser aventada. Portanto, a madeira para gozar aceitação deve estar em perfeito estado, limpa, sem nós, rachaduras e manchas, nem ser verde e que seja bem serrada.²⁶

A deficiência do sistema viário, em todo o Estado, limitou a circulação de mercadorias e impedia o desenvolvimento econômico. O transporte ferroviário permanecia com altas tarifas, prejudicando as exportações dos produtos paranaenses. A crise dos transportes, gerada por uma deficiente arrecadação estadual, dependia do apoio do Governo Federal para sua solução e expansão.²⁷

O orçamento estadual apresentava um déficit crônico e as dívidas acumuladas pelo poder público inibiram a ação governamental. Em 1930, a soma das dívidas do Estado era oito vezes maior que sua receita. Até 1930, o Paraná não passava de uma economia periférica no sistema econômico brasileiro e em situação muito precária.²⁸

O aumento do preço do café no mercado internacional, estimulou os produtores paranaenses ao plantio desse produto. A região de Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos, em São Paulo, eram áreas tradicionalmente destinadas à produção do café. Porém, o aumento da demanda estimulou a procura de terras, no Norte do Paraná, por paulistas, mineiros e nordestinos, e o Governo do Estado promoveu a venda de lotes a preços baixos para evitar uma ocupação ilegal e predatória do solo e de suas matas por posseiros. O Estado concedeu suas terras no Norte a companhias particulares, com o objetivo de

²⁶ PADIS. *Formação de uma economia periférica*, p. 69.

²⁷ *Ibid.* p. 78.

²⁸ *Ibid.* p. 78.

colonizar este território, a exemplo da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, de origem inglesa.

Para o sucesso da colonização, era necessário ligar a região norte ao resto do Estado. Com a aquisição da Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná, foram construídas rodovias em direção a São Paulo e as ferrovias alcançaram

Figura 7 ²⁹



O prédio Surugi visto pela rua Cândido Lopes
(hoje Edifício Souza Naves).

Cambará, em 1928, Jataizinho, em 1932, e Apucarana em 1943. Até a metade da década de 60, o norte paranaense permanecia praticamente isolado do resto do Estado, com ligação ferroviária e rodoviária para o Estado paulista, que não somente absorvia a produção econômica, exportada através do Porto de Santos, mas, também, servia de atrativo para a população radicada no norte, em razão de melhores condições na prestação de serviços nas áreas de saúde e educação.

O Governo do Estado do Paraná, no final da década de 30, teve a devolução de parte das terras concedidas às companhias estrangeiras, por ato do novo governo. As concessões de terras foram anuladas, declaradas caducas, por inadimplência de cláusulas contratuais, e as terras foram vendidas em pequenos lotes agrícolas, dando origem a novos núcleos urbanos.

²⁹ Curitiba 300 anos. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Vol. XLVIII. 1993. p. 362.

Várias concessões de terras, dentre as quais, à Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, à Companhia Brasileira de Viação e Comércio Braviaco e à Companhia Matte – Laranjeiras, foram anuladas.³⁰

Entre 1930 e 1970, áreas até então despovoadas foram colonizadas, dando origem a centros urbanos que garantiram a ocupação efetiva da região norte paranaense.³¹

O desenvolvimento econômico do Estado permitiu o surgimento de novas casas bancárias, possibilitou o desenvolvimento das cidades e incrementou as atividades comerciais, dando mais vida aos centros urbanos que foram surgindo, ante a ocupação das terras ao norte do Paraná. Curitiba, inclusive, adquiriu maior projeção no cenário paranaense e, aos poucos, além de centro administrativo, foi se tornando centro das decisões econômicas do Estado que, até então, estavam direcionadas para São Paulo.

Figura 8 ³²



Banco do Brasil na esquina da Cândido Leão
Curitiba, 1936.

³⁰ BALHANA MACHADO. WESTPHALEN. *História do Paraná*. Curitiba, 1969.

³¹ PADIS. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo, 1981. p. 94.

³² *Curitiba 300 anos*. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Vol. XLVIII. 1993. p. 363.

III

OS MOVIMENTOS EM PROL DA EDUCAÇÃO NACIONAL

3.1. O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA

A década de 20 foi significativa para o desenvolvimento educacional no Brasil. As reformas educacionais propostas em diversos Estados do país, fundamentadas nas teorias pedagógicas da Escola Nova, contribuíram para o avanço no sistema de educação. Nomes importantes podem ser destacados como no Ceará, Lourenço Filho e, mais tarde, em São Paulo; na Bahia, Anísio Teixeira; em Minas Gerais e em São Paulo, Francisco Campos; no Distrito Federal e Pernambuco, Carneiro Leão; em São Paulo, Fernando de Azevedo e Sampaio Dória.¹

O Movimento da Escola Nova enfatizou os *métodos ativos* de ensino aprendizagem, deu importância substancial à liberdade da criança e ao interesse do educando, adotou métodos de trabalho em grupo e incentivou a prática de trabalhos manuais nas escolas; além disso, valorizou os estudos de psicologia experimental e, finalmente, procurou colocar a criança (e não mais o professor) no centro do processo educacional.²

¹ ROMANELLI, Otaíza. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 25.

² Ibid. p. 25.

Porém, nos anos de 1930, ainda persistia o grave problema não solucionado na década de 20: a educação da população em geral.

Em 02 de julho de 1927, na Conferência realizada pela Associação Brasileira de Educação, foi proposto por Miguel Couto e determinado pelo Conselho Municipal do Rio de Janeiro que à União caberia expandir o ensino primário e a higiene pelo interior do país, destinando, como subsídio, o produto integral do imposto sobre a renda e o imposto sobre o consumo de bebidas alcoólicas. A preocupação da Conferência era tornar o problema da educação uma questão nacional.³

A Associação Brasileira de Educação, apoiada pelos profissionais da educação, como eram conhecidos os educadores de vanguarda, organizou conferências nacionais, visando promover discussões sobre a política educacional brasileira.

A ABE foi fundada pelo idealismo do Professor Heitor Lyra da Silva para tratar do desenvolvimento e aprimoramento da educação no Brasil. O Professor, além de fundador, foi o primeiro Presidente da ABE.⁴ O sonho dos educadores do Brasil era enfrentar e solucionar os graves problemas educacionais do país.

CARVALHO não confirma essa versão sobre o grupo intitulado de *profissionais em educação* porque

Nele predominavam médicos, advogados e sobretudo engenheiros, professores da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, cujos interesses e campo de trabalho abrangiam questões de siderurgia, urbanismo, economia política, finanças, política, astronomia, física, etc. Em segundo lugar, porque tal grupo guardou do entusiasmo a priorização da educação como grande problema nacional, cuja solução transformaria política, social e economicamente o país. Em terceiro – razão principal – porque a ênfase do grupo na qualidade do ensino em detrimento da simples difusão da escola – o que faria deles *otimistas* – não foi decorrente de razões pedagógicas, mas políticas. Dependendo de sua *qualidade*, a educação foi explicitamente

³ NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história. 1500 – 2000*. São Paulo: Melhoramentos, 1989. p. 243.

⁴ COSTA, Maria José. *Lysimaco Ferreira da Costa: a dimensão de um homem*. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1987. p. 271.

valorizada como instrumento político de controle social.⁵

Analisando as cartas recebidas e escritas pelo Professor Lysimaco Ferreira da Costa, Diretor Geral da Instrução Pública no Paraná, foi possível antever os objetivos da fundação de uma associação nacional, composta com os grandes nomes da educação no Brasil, no final da década de 20, preocupada com os problemas educacionais, tendo em vista a sua recuperação em âmbito nacional.

Figura 9⁶



Professor Lysimaco Ferreira da Costa, no discurso de abertura da I Conferência Nacional de Educação

Em 1925, aconteceu em Santiago, no Chile, um Congresso de Educação, para o qual o Brasil enviaria um grupo representativo. Em outubro de 1924 decidiu-se pela fundação de uma Associação Brasileira de Educação,⁷ cujo objetivo inicial concentrou-se na campanha para despertar a

⁵ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. Coleção Tudo é história. p.50.

⁶ COSTA, Maria José. *Lysimaco Ferreira da Costa: a dimensão de um homem*. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1987. p. 310.

⁷ *Ibid.* p. 273.

atenção da população brasileira quanto aos problemas nacionais da educação.⁸

Sediada originalmente no Rio de Janeiro, a ABE foi projetada como organização nacional. Seus organizadores esperavam que em cada Estado brasileiro fossem criados núcleos similares ao instalado no Distrito Federal. A ação local desses núcleos deveria ser integrada por Conferências Nacionais realizadas anualmente, de forma que o debate e a troca de informações pudessem constituir a Associação como 'órgão legítimo de opinião das classes cultas' em matéria educacional. Embora tenha malogrado o objetivo de organizar núcleos estaduais, a ABE consolidou-se como entidade nacional quando, a partir de 1927, passou a promover as projetadas Conferências Nacionais.⁹

Curitiba, no final da década de 20, era considerada um dos centros culturais do Brasil, por contar com escolas desde o Jardim de Infância, até os cursos universitários, mantidos pela Universidade do Paraná.¹⁰ A primeira Conferência Nacional de Educação foi realizada em Curitiba, em 1927, dando início a uma nova fase nos estudos dos problemas educacionais brasileiros. A Capital do Estado do Paraná sediou a I Conferência em razão da figura de Lysimaco Ferreira da Costa, membro da ABE, promotor de idéias renovadoras para solucionar a crise da educação nacional¹¹. A opção da realização da Conferência em Curitiba deveu-se a personalidade de educador de Lysimaco, preocupado com os problemas da educação nacional.¹²

⁸ O estudo de CARVALHO (1989) sobre esse tema é particularmente interessante, oferecendo inúmeras informações sobre a fundação da A.B.E. e esclarecimentos sobre o grupo dos católicos (educação subordinada à doutrina religiosa) e o grupos dos liberais (educadores influenciados pelas idéias da Escola Nova) e suas influências nas diretrizes educacionais do país.

⁹ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. Coleção Tudo é história. p.45.

¹⁰ COSTA, Maria José. *Lysimaco Ferreira da Costa: a dimensão de um homem*. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1987. p. 277.

¹¹ Cabe ressaltar, que os intelectuais que adotam uma posição ideológica e um conjunto de práticas materiais que sustentam a sociedade dominante e os grupos de elite, não estão, geralmente conscientes desse processo, definem sua postura política promovendo os interesses das classes dominantes. Sendo assim, a escolha da cidade de Curitiba para a realização da I Conferência, tinha um cunho político.

¹² COSTA, Maria José. *Lysimaco Ferreira da Costa: a dimensão de um homem*. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1987. p. 287.

Conforme COSTA,¹³ ampla foi a divulgação da Conferência, da qual participaram educadores e representantes de diversos Estados, tendo os seguintes temas de discussão:

- 1º *A Unidade Nacional*
 - a) pela cultura literária
 - b) pela cultura cívica
 - c) pela cultura moral

Relatora: D. Isabel Jacobina Lacombe

- 2º *A uniformização do Ensino Primário nas suas idéias capitais mantida a liberdade de programas*

Relatora: D. Zélia Braume

- 3º *A criação de Escolas Normais Superiores em diferentes pontos do país, para preparo pedagógico*

Relator: Prof. Barbosa de Oliveira

- 4º *A organização dos quadros nacionais, corporações de aperfeiçoamento técnico, científico e literário*

Relator: Prof. Fernando Magalhães



Figura 10¹⁴ Sessão de encerramento da I Conferência Nacional de Educação. Curitiba, 1927.

¹³ COSTA, Maria José. *Lysimaco Ferreira da Costa: a dimensão de um homem*. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1987. p. 293.

¹⁴ *Ibid.* p. 367.

No mesmo ano, foi fundada a Associação Brasileira de Educação, seção Paraná, em 19 de dezembro, para unificar as duas entidades educativas (ABE e APE).

Em anos subseqüentes, outras conferências do gênero ocorreram, em diversas Capitais de Estados, objetivando soluções para a educação no Brasil, com propostas de atribuições de responsabilidades às diferentes esferas do poder federal, estadual e municipal, para a canalização de recursos e compromissos com a promoção e disseminação do ensino em geral.

A 5ª Conferência, realizada em Niterói, no Rio de Janeiro, em 1933, defendeu a necessidade de um plano geral de educação, notificando as responsabilidades das três esferas governamentais. Propunham, os educadores, uma educação nacional, democrática, destinada à formação integral do homem e do cidadão.¹⁵

As idéias circulantes, nesses encontros, influenciaram os debates da Constituinte de 1934.¹⁶

A grande contribuição dessas conferências foi refletir sobre as questões da educação, dentre elas aquelas concernentes à questão do analfabetismo, à formação do professorado e às dificuldades no plano econômico, geradas pela falta de uma educação adequada à preparação profissional. A exaltação ao nacionalismo, visando a formação moral e cívica dos educandos, respaldava as pretensões dos conferencistas.

A escola é uma instituição essencialmente social, pertence à sociedade que lhe deu origem e mantém com sua estrutura global relações de mútua influência.¹⁷

O papel social da escola se vê limitado por fatores existentes no contexto da sociedade em geral. As mudanças, que ocorrem na sociedade, implicam em mudanças para a escola, visto que as exigências da sociedade para com a escola definem sua função social. A medida que se industrializam, as sociedades exigem um aproveitamento cada vez mais rigoroso dos sistemas escolares, em busca de profissionais qualificados.

¹⁵ COSTA, Maria José. *Lysimaco Ferreira da Costa: a dimensão de um homem*. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1987. p. 396.

¹⁶ *Ibid.* p.400.

¹⁷ MARTINEZ, Maria Josefina. *Planejamento Escolar*. São Paulo: Saraiva, 1977. p. 41.

As transformações sofridas pelas sociedades abrangem todas as suas facetas, e, por certo, incidem em exigências novas de educação que a escola deve satisfazer. “O ensino se converte então em uma forma fundamental de inversão para a economia, e as formas tradicionais de educação passam a ser objeto de preocupação dos economistas”¹⁸

No Brasil, o processo de industrialização foi considerado como principal instrumento para o desenvolvimento econômico e a autonomia do país. Uma ideologia nacionalista foi utilizada para justificar o controle da esfera econômica por parte do Estado, que se tornou uma forte força produtiva e procurou esconder as fronteiras entre as classes sociais, considerando como inimigos e retrógrados os oligarcas e os imperialistas.¹⁹

O desenvolvimento da industrialização e do processo produtivo, em meados da década de 30, passou a exigir do trabalhador hábitos, atitudes e conhecimentos, em busca de uma capacitação profissional, que passou a ser adquirida na escola. A escola atua, então, na sociedade capitalista, como força coadjuvante, à medida que reproduz a força de trabalho.

A República acrescentou, no plano do reconhecimento público formal, a exigência de um ensino para o povo, elementar e profissional, separado do ensino de formação cultural.

Do ponto de vista estritamente educacional, o movimento renovador pós 30 criticava a escola existente, pela seletividade social do grupo a que se dirigia, pela formação educacional de tipo apenas propedêutico, por conteúdos pedagógicos de caráter formalista, pela separação entre o ensino e as atividades humanas.²⁰

Os renovadores propunham: uma escola única, que superasse toda a seletividade social; compreensão do papel social da escola, na constituição da sociabilidade; uma pedagogia voltada para a individualização do ser humano e

¹⁸ ASHBY, E. *On universities and the scientific revolution*. In: Halsey, Floud & Anderson, op. Cit. 466.

¹⁹ IANNI. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro, 1975.

²⁰ ROCHA, Marlos. *Tradição e modernidade na educação: o processo constituinte de 1933-34*. In: FÁVERO, Osmar. *A educação nas constituintes brasileiras – 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 122.

na conscientização do ser social; ensino público, entendido como exigência de sustentação financeira do Estado.²¹ “O Manifesto dos Pioneiros de 1932 foi o pensamento educacional mais completo e coerente, articulado naquele espaço constituinte”.²²

Em 1932, um grupo de educadores, em defesa da escola pública, obrigatória, laica e gratuita, propuseram num documento intitulado *A reconstrução educacional no Brasil*, um manifesto em prol da reformulação das propostas educacionais do país. Este movimento ficou conhecido como o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. O texto foi escrito por Fernando de Azevedo²³ e assinado por vinte e seis educadores²⁴. A principal reivindicação do Manifesto era a reformulação da política educacional. No texto a seguir, é possível verificar em que bases se fundamentaram as teses dos educadores para o ensino primário (especialmente o item c):

- I. Estabelecimento de um sistema completo, com uma estrutura orgânica, conforme as necessidades brasileiras, as novas diretrizes econômicas e sociais da civilização atual e os seguintes princípios gerais:
 - a. A educação é considerada em todos os seus graus como uma função social e um serviço essencialmente político que o Estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais;
 - b. Cabe aos estados federados organizar, custear e ministrar o ensino em todos os graus, de acordo com os princípios e as normas gerais estabelecidos na Constituição e em leis ordinárias pela União, a quem compete a educação na capital do país, uma ação supletiva onde quer que haja deficiência de meios e a ação fiscalizadora, coordenadora e estimuladora pelo Ministério da Educação;
 - c. O sistema escolar deve ser estabelecido nas bases de uma educação integral; em comum para os alunos de um e outro sexo e de acordo com suas aptidões naturais; única para todos, e leiga, sendo a educação primária (7 a 12 anos)

²¹ O processo constituinte, de 1933-34, passou pelas reformas educacionais ocorridas, na década de 20, nos diversos estados brasileiros e expressou o chamada movimento renovador da educação.

²² ROCHA, Marlos. *Tradição e modernidade na educação: o processo constituinte de 1933-34*. In: FÁVERO, Osmar. *A educação nas constituintes brasileiras – 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 122.

²³ RIBEIRO, Maria Luisa. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988. p. 97.

²⁴ GHIRALDELLI, Paulo JR. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 78.

gratuita e obrigatória; o ensino deve tender progressivamente à obrigatoriedade até 18 anos e à gratuidade em todos os graus.²⁵

O Manifesto de 32 ganhou um tom elitista com a propagação dos ideais de Fernando de Azevedo²⁶. Ele acreditava que a escola tinha um cunho elitista e a educação somente rearranjaria os indivíduos na sociedade de acordo com suas aptidões. Uns iriam para o trabalho manual e outros para o trabalho intelectual. Para Azevedo, a escola seria democrática se proporcionasse mobilidade social, de acordo com uma hierarquização provinda da competência.²⁷

Este debate pedagógico dividiu e confundiu a opinião pública. Os escolanovistas passaram a ser vistos como materialistas, comunistas e educadores pró-soviéticos, contra a opinião dos educadores católicos, que buscavam na família o apoio necessário para contrariar a idéias escolanovista de ensino, visto pelos católicos como um sentido equivocado de educação, já que os métodos fortaleciam a liberdade da criança, forjando assim a sua formação.

O discurso dos liberais atraíram o governo por suas idéias, já que propunham soluções. Para o governo, a *questão social* havia se agravado devido à migração interna, provocando o inchamento dos grandes centros. Uma solução viável, do ponto de vista do governo, era fixar o homem no campo e, daí, emergiam as idéias de organizar escolas profissionalizantes, nas quais seria possível proporcionar ensino profissional aos filhos de trabalhadores rurais. Assim, o governo teria que concordar com as propostas liberais²⁸.

As mediações entre os liberais e os católicos se efetivou na Assembléia Nacional Constituinte. Até 1934, as Constituições sempre se apresentaram quase que omissas quanto à educação.

A escola pública, gratuita e leiga era vista pelos educadores como a situação ideal, justamente com vistas ao atendimento às aspirações individuais

²⁵ GHIRALDELLI, Paulo JR. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 98.

²⁶ *Ibid.* p. 43.

²⁷ *Ibid.* p. 43.

²⁸ *Ibid.* p. 44.

e sociais, ao contrário de qualquer imposição orientadora, quer seja de ordem religiosa, quer seja de ordem política. Ao indivíduo caberia fazer a opção.

De um modo geral, todas as reformas de ensino realizadas no Brasil, na década de 20, com maior ou menor êxito, buscavam denunciar os graves problemas existentes na organização escolar brasileira. A escola pode e deve ser um ponto de partida para a renovação e o progresso brasileiro. A liberdade de uma nação e a sua ignorância são incompatíveis, não podendo isso significar que o tipo de escola necessária à uma sociedade democrática seja apenas a que forneça informações e difunda conhecimentos já prontos.

Ora, se a educação está intimamente vinculada à filosofia de cada época, que lhe define o caráter, rasgando sempre novas perspectivas ao pensamento pedagógico, a educação nova não pode deixar de ser uma reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial, verbalista, montada para uma concepção vencida. Desprendendo-se dos interesses de classes, a que ela tem servido, a educação perde o *sentido aristológico*... deixa de construir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um *caráter biológico* com que ela se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar a *hierarquia democrática pela hierarquia das capacidades*, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação.²⁹

O Manifesto dos Pioneiros desencadeou um processo de reflexão séria, coerente e *elitizável*³⁰. A busca pela escola democrática, iniciada há muito no Brasil, permanece ainda entre os nossos desejos atuais e ao ler a citação acima, diria que se fosse datada nos dias atuais, refletiria muitas questões

²⁹ Parte do texto do Manifesto do Pioneiro da Educação Nova, no trecho referente às finalidades da educação, citado por GHIRALDELLI JR, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 59.

³⁰ GHIRALDELLI (1994, p. 43) afirma que Fernando de Azevedo defendia uma escola formadora de elites, deixando para a educação o papel de reorganizar os indivíduos na sociedade de acordo com suas aptidões – a escola redistribuiria as pessoas de acordo com seu talento. Uns iriam para o trabalho manual e outros para a produção intelectual. Como Fernando de Azevedo redigiu o Manifesto, indiretamente influenciou seu texto.

reivindicadas no movimento, apesar dos quase setenta anos que nos separa do Manifesto.

A questão do tempo é explicada por CARVALHO, a partir da sua pesquisa sobre a política educacional dos anos 30:

O movimento dos educadores não se traduziu em realizações porque seus projetos se antecipavam à realidade social brasileira, inspirados que eram na ideologia forjada no estrangeiro. Constituiu-se novo caso de transplante cultural e de antecipação dos projetos educacionais das elites brasileiras.³¹

A fragilidade do sistema educacional é percebida, através da história, pela impossibilidade da implantação de projetos educacionais, ora por falta de interesse, ora pela ausência de estudos das reais determinações sociais do país³².

3.2. A Constituição de 1934

O movimento renovador, iniciado nos anos 20, criticava a escola existente, por ser seletiva, por ministrar conteúdos formalistas e pela separação entre o ensino e as atividades humanas.

A proposta liberal (movimento renovador) de uma educação integral, resultante da democratização do ensino, aberta a todas as camadas e classes sociais, buscando a construção de uma nova sociedade, contrapunha-se a proposta católica (movimento conservador), que alegava que se a escola fosse pública, obrigatória, gratuita e laica, retiraria a educação das mãos da família e destruiria assim, a liberdade de ensino³³.

³¹ CARVALHO, Marta. Notas para reavaliação do Movimento Educacional Brasileiro (1920 – 1930). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 66, p. 04-11, ago. 1988.

³² O texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova é apresentado no ANEXO 1.

³³ GHIRALDELLI JR, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994. p.43.

Este debate pedagógico dividiu e confundiu a opinião pública e as mediações entre os liberais e católicos se efetivou na Assembléia Nacional Constituinte.

A Assembléia Nacional Constituinte foi responsável pela elaboração da nova Constituição do país. O pensamento educacional, que norteou a Constituinte de 1933-34 teve início na V Conferência Nacional da A.B.E.³⁴, em 1933, e as principais questões tratadas no processo constituinte foram:³⁵

1. a participação da União em todos os ramos e níveis de ensino;
2. o direito à educação;
3. a ação supletiva da União aos estados e municípios;
4. a aplicação dos recursos públicos em educação;
5. o ensino religioso.

A Assembléia Nacional Constituinte elegeu Getúlio Vargas presidente da República e, três meses após a sua eleição, houve eleições para a escolha dos deputados estaduais e dos governadores.

A Constituição de 1934, promulgada em 16 de julho, era uma Carta liberal e foi a primeira a regulamentar as questões referentes à educação e à cultura em seus artigos.

Artigo 148 – Cabe a União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, artes e a cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

Artigo 149 – A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e estrangeiros domiciliados no país (...)

Artigo 150 – À União compete:

- a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país;
- b) determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior, exercendo sobre eles a necessária fiscalização;

³⁴ A.B.E. – Associação Brasileira de Educação.

³⁵ ROCHA, Marlos. *Tradição e modernidade na educação: o processo constituinte de 1933-34*. In: FÁVERO, Osmar. *A educação nas constituintes brasileiras – 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 122.

- c) organizar e manter nos Territórios sistemas educativos apropriados aos mesmos;
- d) manter no Distrito Federal ensino secundário e complementar deste, superior e universitário;
- e) exercer ação supletiva, onde se faça necessário por deficiência de iniciativa ou de recursos e estimular a obra educativa em todo o país, por meio de estudos, inquéritos, demonstrações e subvenções.

Parágrafo Único – a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensiva aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível (...)

Artigo 151 – Compete aos Estados e ao Distrito Federal organizar e manter sistemas educativos nos territórios respectivos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União.

Artigo 152 – Compete privativamente ao Conselho Nacional de Educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos, bem como a distribuição adequada de fundos especiais...

Artigo 153 – O ensino religioso é facultativo nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

Artigo 154 – Os estabelecimentos particulares de ensino e educação gratuita, com professores idôneos, serão isentos de qualquer tributo...

Artigo 156 – determinava que a União e os municípios investiriam 10% de sua receita na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos e os Estado e o Distrito Federal nunca menos de 20%. (...) ³⁶

HORTA cita Celso Kelly para definir o papel do Estado e dos profissionais da educação, afirmando que

dar o sentido nacional da educação, de estabelecer a diretriz política e definir o sentido filosófico ou social da educação, competiria aos representantes da sociedade no Congresso Nacional, enquanto a tarefa do estabelecimento do plano de caráter técnico caberia aos educadores no Conselho Nacional de Educação ³⁷.

³⁶ NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história. 1500 – 2000*. São Paulo: Melhoramentos, 1989. p. 261.

³⁷ HORTA, José. *A constituinte de 1934: comentários*. In: FÁVERO, Osmar. *A educação nas constituintes brasileiras – 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 143.

A Carta de 34, apesar de trazer pontos contraditórios ao atender reivindicações de reformadores e de católicos, deu ênfase à educação, definindo as funções do Estado e determinando as atribuições da escola.

De todas as Constituições do país, foi a que esteve em vigor menos tempo. Seu texto foi substituído em 1937, com o golpe que deu início ao Estado Novo e a nova Constituição outorgada por Getúlio Vargas.

3.3. A Constituição de 1937

A Constituição de 1937 foi consequência do golpe de Estado e difere das constituições anteriores, porque dispensava o sistema representativo, acabando com o federalismo, com os governos estaduais, as representações sindicais e outros segmentos da sociedade. No Artigo 177, era permitido a demissão de funcionários públicos considerados contrários ao governo.³⁸

Na educação, preocupou-se com o caráter profissionalizante do ensino, para garantir a formação de mão-de-obra para suprir a necessidade do mercado de trabalho. A preparação da mão-de-obra foi destinada, primeiramente, às classes menos favorecidas, citado no Artigo 129. O Governo federal não definiu suas atribuições quanto à educação de forma clara, delegando as obrigações aos Estados e aos Municípios.

Na Carta de 37, os Artigos 128 a 134 dispõem sobre a educação, invertendo as tendências democratizantes da Constituição de 1934. O Estado Novo repassou a responsabilidade da educação pública aos estados e municípios e a gratuidade do ensino, conseguida anteriormente, ficou camuflada no Artigo 130:

O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar,

³⁸ RIBEIRO, Maria Luisa. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988. p. 114.

escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.³⁹

O ensino profissionalizante surge como uma condição de ensino para as classes menos favorecidas, como aparece no Artigo 132:

O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outra por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhes a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento de seus deveres para com a economia e a defesa da Nação.⁴⁰

O Estado Novo, apesar de contar com a colaboração de muitos renovadores, rompeu com o pensamento educacional proposto a partir das reformas e que se concretizaram na Carta de 34. Utilizou-se de artifícios para tentar implementar propostas educacionais sugeridas pelo próprio Governo, mas que esbarravam nas suas regulamentações.

Dessa forma, as intenções iniciais do Estado Novo de fazer, por exemplo, do ensino elementar um recurso de legitimação do poder, através de uma política de alfabetização massiva, fora dos sistemas escolares regulares, com conteúdos pedagógicos simplificados, eram barradas nos próprios aparelhos incumbidos de implementá-las. Fazia-se com que o governo se redefinisse, incorporando em suas políticas, preocupações não intencionadas, inicialmente, pela cúpula do regime.⁴¹

Para CAPANEMA⁴², a aceitação dos renovadores pelo Estado Novo, justificava-se porque

³⁹ GHIRALDELLI JR, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 82.

⁴⁰ NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história. 1500 – 2000*. São Paulo: Melhoramentos, 1989. p. 279.

⁴¹ ROCHA, Marlos. *Tradição e modernidade na educação: o processo constituinte de 1933-34*. In: FÁVERO, Osmar. *A educação nas constituintes brasileiras – 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 135.

⁴² Gustavo Capanema foi o ministro que mais tempo ficou à frente do MEC: 11 anos, durante todo o primeiro governo de Getúlio Vargas. NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história. 1500 – 2000*. São Paulo: Melhoramentos, 1989. p. 284

a participação de quadros renovadores no regime autoritário, bem como a flexibilidade do regime em aceitá-los – apesar até de graves dissonâncias doutrinárias – explicar-se-ia porque o Estado Novo se via na contingência de levar em consideração, em suas implementações educacionais, o campo complexo de questões abordadas pelos renovadores.⁴³



Figura 11 ⁴⁴

Getúlio anuncia, pelo rádio, a Constituição de 1937.

⁴³ NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história. 1500 – 2000*. São Paulo: Melhoramentos, 1989. p. 135. Discurso de Gustavo Capanema em comemoração ao Centenário do Colégio Pedro II, em dezembro de 1937. *Ibid.* p. 135.

⁴⁴ LAMOUNIER, Bolívar. *Getúlio*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 74.

O percurso do ensino público, com a Carta de 37, passou a ser diferente para os alunos. Ou seja, para os alunos vindos das classes sociais mais abastadas, seu percurso seria normal e previsível: ensino primário, ginásio, colégio e, possivelmente, curso superior. Para os alunos das classes populares, o percurso seria simplificado, isto é, sairia diretamente do ensino primário para o ensino profissionalizante e deste, para o mercado de trabalho.

Em termos educacionais, a Carta de 37 inverteu as tendências democratizantes da Carta de 34. Com o Artigo 130, o Estado Novo demonstrou sua tendência pelo ensino privado e institucionalizou, através da Caixa Escolar, que os mais ricos deveriam financiar a educação dos mais pobres.

A aplicação da renda dos impostos no ensino público não foi prevista, e a Carta de 37 simplesmente não legislou sobre a dotação orçamentária para a educação.

O novo texto constitucional restringiu as atribuições do Judiciário, diminuiu a autonomia dos Estados e Municípios e estabeleceu a censura prévia. Getúlio foi além de suas atribuições previstas na Constituição e, como ditador, expediu decretos-leis sobre diferentes setores da sociedade, alterando o texto constitucional sem nenhum impedimento legal.

IV

A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

4.1. AS ESCOLAS: ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

A crise geral, instalada no início da década de 30, nos diversos setores da sociedade brasileira, também atingiu a educação. No Paraná, a situação não era melhor que em outros Estados. A educação sofria os reflexos da instabilidade política e no dizer de RATACHESKI, “inúmeros professores abandonaram suas cadeiras para ingressarem nos corpos revolucionários, outros fugiram das suas escolas e a maioria as conservou fechadas, até que a ordem se restabelecesse”¹

Em 14 de janeiro de 1930, Ermelino de Leão, então Deputado Estadual, em Sessão da Congresso Legislativo do Estado do Paraná, solicitou aos membros da Casa um projeto visando a reforma do ensino público.²

Membro da Comissão da Instrução Pública, Ermelino de Leão ressaltou a necessidade de reformas no ensino público, para colaborar com a proposta presidencial para a educação nacional, independente da imposição de idéias político-partidárias, visando objetivos comuns para banir a ignorância da população. Argumentava que a União deveria auxiliar os Estados e Municípios e exigir deles o

¹ RATACHESKI, Alir. *Cem anos de ensino no Estado do Paraná*. Curitiba, 1953. pág. 42.

² PARANÁ. Projeto nº 30 de 14 de janeiro de 1930. Aprova a Reforma do Ensino no Estado. Diário Oficial do. Estado do Paraná, [S.l.: s.n.], de de jan 1930.

cumprimento da obrigatoriedade de ensino popular. Era necessário mudanças profundas de âmbito constitucional pois, nos moldes da vigente Constituição, era impossível promover qualquer mudança.

A Constituição em vigor delegava aos Estados a responsabilidade de promover o ensino. Dentro das principais propostas de Ermelino de Leão, estava a substituição gradativa dos métodos pedagógicos vigentes, pelos novos processos de ensino, propostos por Decroly, como sugeria a Associação Paranaense de Educação³. As teorias de Decroly, naquele momento, apresentavam a evolução da ciência pedagógica, por valorizar o contato com as manifestações da vida, dos seres em geral e dos homens em particular, no esforço para adaptar as condições de vida que eram impostas ao homem. Para Leão, uma escola que tivesse oficinas, laboratórios e pessoal capacitado seria a maior motivação para atrair a frequência de alunos. Assim, seria possível alcançar os novos objetivos da instrução pública.

O Paraná trilhando o caminho do progresso, em busca de melhores condições para acompanhar o desenvolvimento do país, necessitava de uma urgente reforma de ensino.

O Projeto nº 30, de 14 de janeiro de 1930⁴, autorizava a reforma do ensino público, visando a criação de novas instituições que atendessem às exigências dos modernos processos pedagógicos.

O Projeto era inovador, prevendo a criação de escolas complementares que estivessem vinculadas às escolas que não tivessem o ensino secundário ou escolas normais⁵, onde os modernos processos de pedagogia seriam aplicados aos alunos das instituições de ensino. Para tanto, autorizava ao Governo a enviar até cinco professores normalistas ao Estado de Minas Gerais ou à Bélgica, para estudarem o método Decroly e outros modernos processos de ensino.

Outra questão se impunha à localização das escolas públicas. Deveriam elas se situar próximas aos domicílios dos alunos para melhor inspeção paterna e que contassem com escolas complementares para aperfeiçoar os estudos e dinamizar os

³ A.P.E. – A Associação foi fundada em 1927 e seus estatutos estão citados no Anexo 2.

⁴ PARANÁ. Projeto nº 30 de 14 de janeiro de 1930. Aprova a Reforma do Ensino no Estado. **Diário Oficial. Estado do Paraná**, [S.l.: s. n.], 16 jan. 1930.

⁵ PARANÁ. Projeto nº 30 de 14 de janeiro de 1930. Aprova a Reforma do Ensino no Estado. **Diário Oficial. Estado do Paraná**, [S.l.: s. n.], 16 jan. 1930.

métodos de ensino e, também, preparar os alunos para as exigências da vida prática, em lugar de um ensino livresco e teórico.

A principal proposta era garantir a obrigatoriedade do ensino para atender às exigências da Plataforma do Governo Federal e delegar aos Estados a responsabilidade do ensino público.⁶

A história recente do país indica que o Brasil ainda enfrenta graves problemas educacionais. Atualmente, a sociedade brasileira toma consciência de que sua condição cultural e o atual sistema educacional como um todo, não são compatíveis com as exigências de desenvolvimento que deseja para o país.

Em 1994, a Conferência Nacional de Educação para Todos definiu, num projeto, um acordo nacional entre as esferas governamentais e as entidades representativas dos educadores e de outros segmentos da sociedade, durante o processo de discussão do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), para a garantia do acesso e permanência do aluno na escola.⁷

No plano federal, ao assumir o governo, Getúlio Vargas prometeu, em sua plataforma, zelar pelos problemas da educação nacional. A criação do Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, em 14 de novembro de 1930, através do Decreto nº 19.402, pelo qual Francisco Campos assumiu o Ministério, foi o primeiro passo em prol da educação.⁸

Na Mensagem encaminhada pelo Interventor Federal do Paraná, General Mário Tourinho, ao Chefe do Governo Provisório da República, Getúlio Vargas, em 05 de outubro de 1931, foram citados os problemas referentes à administração da instrução pública, principalmente no tocante ao ensino primário e à preparação profissional, como um dos desafios a serem superados. As precárias condições financeiras do Governo impediam o desenvolvimento conveniente do setor. A organização escolar não havia sido alterada desde a implantação do Código do Ensino, promulgado em 1917. Excetuando a seleção dos professores para atuarem

⁶ PARANÁ. Projeto nº 30 de 14 de janeiro de 1930. Aprova a Reforma do Ensino no Estado. *Diário Oficial. Estado do Paraná*, [S.l.: s. n.], 16 jan. 1930. (Art. 2º)

⁷ Conferência Nacional de Educação para Todos. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, nº121, p.07-11, nov/dez. 1994.

⁸ NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história*. São Paulo: Melhoramentos, 1989. p. 244.

nas escolas públicas, por meio do Decreto nº 589⁹, mediante concurso público para o ingresso de professores nas Escolas Normais do Estado e no Ginásio Regente Feijó, em Ponta Grossa, nenhuma outra medida foi tomada pelo Governo. Salientava a necessidade de uma melhor redistribuição das escolas primárias no interior do Estado, para facilitar o seu acesso pela população.

O Estado mantinha, na Capital, uma Escola Normal Secundária e mais duas primárias no interior. Uma em Paranaguá, para atender às necessidades do litoral e outra em Ponta Grossa, para a população do interior.

A Escola Normal da Capital estava instalada em prédio próprio, com acomodações suficientes, contendo um Jardim da Infância, um curso anexo primário e um complementar, de maneira que as aulas práticas se faziam nessas escolas. Por sua vez, as Escolas Normais de Paranaguá e Ponta Grossa também cumpriam

o seu papel de formadoras de professores para o ensino primário.

A Mensagem do Interventor Mário Tourinho trazia ainda as seguintes informações, relativas ao ensino primário, público e particular do Estado:

- ✓ em 1931, nove grupos escolares funcionavam na Capital, com um total de 3.621 alunos;
- ✓ as escolas isoladas do Município, bem como as dos demais cursos diurnos e noturnos de Curitiba contavam com 904 alunos, totalizando 4.525 alunos matriculados em escolas no Município de Curitiba;
- ✓ neste ano, o número de matrículas no ensino primário, em estabelecimentos públicos e particulares no Estado, totalizaram 52.631 alunos;
- ✓ o total de alunos matriculados em escolas públicas era 46.892 alunos e em escolas particulares de 5.739 alunos, totalizando 52.631 alunos.¹⁰

Embora o setor educacional, no Paraná, apresentasse razoáveis condições de funcionamento, muito ainda teria-se que fazer. O mesmo não se poderia afirmar,

⁹ PARANÁ. Decreto nº589, de 09 de março de 1931. Institue o concurso para professores. *Leis e Decretos-leis do Estado do Paraná de 1930 a 1937*. Imprensa Oficial do Estado, Curitiba, 1954.

¹⁰ PARANÁ. Mensagem do Interventor Mário Tourinho a Getúlio Vargas. Curitiba, 05 de outubro de 1931. [S.l. : s. n.].

porém, em relação ao setor administrativo. Por ocasião da posse do Interventor Federal, Manoel Ribas, no Governo do Estado, o setor político administrativo encontrava-se desequilibrado e desorganizado. A reestruturação financeira, a reorganização econômica, o reaparelhamento da máquina do governo, a necessidade de tornar mais eficiente o organismo fiscal, empregar corretamente o dinheiro público, o controle dos gastos e o atendimento às necessidades de primeira categoria eram as ações mais urgentes para se colocar em ordem todo o setor administrativo estadual.

Na educação, planos racionais foram propostos para estabilizar o ensino público primário, procurando Manoel Ribas dar nova feição à rotina escolar. O serviço de inspeção escolar foi restabelecido e punidos, severamente, os professores faltosos.”¹¹ Durante o Governo Ribas, nenhuma inovação pedagógica foi introduzida nas escolas de ensino primário, porém, o seu funcionamento foi garantido a partir da reimpressão dos programas escolares, através da orientação de Pietro Martinez, que vigoraram até 1953. A inspeção escolar também foi remodelada, para garantir a supervisão nas escolas de instrução pública do Estado.¹²

O ensino passou por mudanças significativas e o Governo do Estado regulamentou diversos procedimentos do cotidiano, alterando algumas regulamentações já existentes no Código de Ensino, vigente desde 1917.

O Decreto nº 616, de 28 de novembro de 1930, alterou o período de férias para o ensino primário em geral e para as Escola Normais, em duas épocas iguais, sendo a primeira de 1º de junho até 15 de julho e a segunda de 1º de dezembro a 15 de janeiro. A data para os exames de promoção ficou definida a partir de 16 de novembro de cada ano, podendo ser prorrogado de acordo com as necessidades de cada escola.

No plano federal, o Decreto nº 19.404, de 14 de novembro de 1930, destinado a cuidar do ensino público no país, incluía a questão referente à promoção escolar. Ficou definido que todos os alunos, naquele ano, poderiam ser aprovados por frequência, independentemente dos exames finais, desde que estivessem

¹¹ RATACHESKI, Alir. *Cem anos de ensino no Estado do Paraná*. Curitiba, 1953. p. 46.

¹² *ibid.* p. 46.

matriculados em instituições, subordinadas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, responsável, até então, pela instrução pública no país.¹³

No Paraná, o Interventor Manoel Ribas determinava a organização de um plano geral de construção de modernos Grupos Escolares para o Estado, a reforma e a ampliação de muitos prédios que não mais satisfaziam às necessidades do ensino.¹⁴

O Decreto Estadual nº 347, de 04 de fevereiro de 1931, uniformizou os processos disciplinares relativos aos professores públicos e aos alunos, delegando ao Diretor Geral do Ensino a definição das penas, de acordo com o estabelecido no Código do Ensino. A organização do processo poderia ser delegada aos Sub-Inspetores do Ensino, para a aplicação das penas disciplinares pelos próprios Inspetores, Diretores de Estabelecimentos e pelas Congregações, que contariam com recurso financeiro comandado pelo Diretor Geral do Ensino sob a responsabilidade do Interventor Federal.

Os delegados de ensino percorriam diuturnamente todo o Estado e as Escolas esperavam essa visita, que recebiam como verdadeira distinção, porque eles traziam a mensagem do governo, aureolado de certa mística, e as notícias dos mais recentes acontecimentos educacionais.¹⁵

Em 20 de dezembro de 1931, durante a IV Conferência Nacional de Educação, realizada no Rio de Janeiro, ficou decidida uniformização e coordenação dos trabalhos oficiais de estatística educacional, para se conhecer as condições gerais do ensino no Brasil, nos Estados, no Distrito Federal e no Território do Acre.

Para tanto, foi firmado um convênio entre a União, os Estados e os Municípios, para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas escolares em todo o país.

A União ficou incumbida do levantamento estatístico do ensino profissional, especializado e não especializado, do ensino em geral, exceto pré-primário e

¹³ NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história*. São Paulo: Melhoramentos, 1989. p. 246.

¹⁴ PARANÁ. Relatório apresentado ao Interventor Manoel Ribas, pelo Secretario de Estado dos Negócios de Fazenda e Obras Públicas, 1935. [S.l. : s. n.].

¹⁵ RATACHESKI, Alir. *Cem anos de ensino no Estado do Paraná*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1953. p. 34.

primário, dos estabelecimentos de ensino em nível federal, estadual e municipal e daqueles particulares e subvencionados.

Os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre foram incumbidos da organização estatística do ensino geral pré-primário e primário.

O primeiro censo escolar realizado no Brasil foi aprovado através do Decreto nº 20.826, de 28 de janeiro de 1932, assinado por Getúlio Vargas e Francisco Campos.

No Estado do Paraná, a aprovação do levantamento estatístico foi assinado por João David Pernetta e Pedro Pacheco da S. Netto, através do Decreto nº 214, de 28 de janeiro de 1932.

A 10ª cláusula do Convênio firmado entre a União e os governos regionais, em 1931, para a uniformização das estatísticas educacionais, informou ao Diretor Geral da Instrução Pública do Paraná, que o Código do Ensino de 1917, permaneceria regendo a administração, prescrevendo os deveres e assegurando os direitos do professorado, estando os demais funcionários sujeitos ao regulamento da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública.¹⁶

O Código do Ensino de 1917 sofreu algumas modificações, através de leis e regulamentações, que vieram contribuir para a evolução geral da educação no Estado.

De acordo com o Código de 1917, quanto a idade dos alunos, era prevista a seguinte distribuição:

Quadro I – Categoria das escolas segundo idade

Escola		Idade	Finalidade
Pré-escola	Maternal	2 a 7 anos	Para filhos de operários
	Jardim da Infância	4 a 7 anos	Preparo para o ensino primário
Primário	4 séries graduais	7 a 12 anos	Obrigatório para as meninas
		7 a 14 anos	Obrigatório para os meninos

Fonte: Código de Ensino de 1917.¹⁷

¹⁶ FREITAS, Maria de. *O ensino primário no Brasil*. São Paulo: Cia Melhoramentos – Biblioteca de Educação, vol XXI, sem data.

¹⁷ PARANÁ. Decreto nº 17 de 04 de março de 1916. Aprova o Código de Ensino para o Estado do Paraná. 09 jan. 1917. [S.l. : s.n.] p. 19-22.

O ensino infantil era ministrado nas Escolas Maternais e nos Jardins de Infância. As escolas maternais eram consideradas institutos de primeira educação para as crianças de ambos os sexos e ministravam uma educação que teria por base o desenvolvimento físico da criança. Os Jardins de Infância eram escolas destinadas ao preparo da criança para o curso primário, adaptando e suavizando a transição entre o lar e a escola.

O jogo, na acepção de brinquedo, era tomado como um processo mais elementar de ensino, conduzindo à educação dos sentidos, ao progresso dos hábitos de higiene, à aquisição da agilidade e coordenação de movimentos. A educação moral era compreendida como o “despertar em cada criança dos sentimentos superiores, principalmente o afeto para com os seus colegas, de veneração para com os seus superiores e de bondade para com os inferiores”.¹⁸

A idade das crianças, que eram recebidas nas escolas infantis, estava compreendida entre 2 e 7 anos. No regulamento de 1917, era recomendado que as atividades desenvolvidas envolvessem jogos variados, exercícios moderados de ginástica, pequenos exercícios de canto e recitação, trabalhos manuais, afim de despertar e orientar a inteligência infantil.

O ensino primário era ministrado em escolas públicas, criadas e mantidas pelo Estado. O ensino primário particular, de acordo com o Código de 1917, era reconhecido oficialmente, desde que cumprisse com as exigências necessárias para o seu funcionamento. O Estado poderia favorecer, direta ou indiretamente, às escolas particulares que obedecessem às normas do regulamento.

Com o Decreto nº 2570, de 28 de dezembro de 1931, o Governo equiparava os institutos de ensino particular às escolas normais e primárias mantidas por ele. Para isso, no entanto, era preciso:

- ter no mínimo dois anos de funcionamento;
- dispor de material didático e laboratórios indispensáveis para o ensino;
- cumprir as disposições dos regulamentos e demais instituições para as escolas normais e primárias oficiais, conservando sua autonomia;
- estar instalado em prédios adequados.

¹⁸ PARANÁ. Decreto nº 17 de 04 de março de 1916. Aprova o Código de Ensino para o Estado do Paraná. 09 jan. 1917. [S.l. : s.n.]. Artigo 36 – V – p. 20.

Para o reconhecimento, o Governo deveria decretar a equiparação às escolas normais e primárias e designaria um Inspetor para o acompanhamento das atividades escolares normais. Todos os institutos que tivessem equiparação deveriam contribuir com doze contos anuais, dividido em parcelas mensais, para suprir as despesas dos Inspetores.

O Decreto nº 6.149, de 10 de janeiro de 1938, regulamentou o exercício do magistério particular, em bases nacionalistas, após o advento da Carta de 37, para contribuir com a solução do problema da nacionalização do ensino. MIGUEL esclarece essa regulamentação, alegando que

na verdade, tanto a organização do trabalho escolar quanto a classificação dos alunos refletia a inserção do sistema escolar no projeto político nacionalista, no qual a sociedade era concebida em padrões rigidamente hierarquizados, compreendendo as “elites” e o “povo”; as primeiras, condutoras do segundo.¹⁹

As escolas públicas primárias, no Estado do Paraná, eram classificadas da seguinte maneira:

- a) escolas simples
- b) escolas combinadas ou reunidas
- c) escolas ambulantes

As escolas simples e os grupos escolares, de acordo com sua localização, poderiam ser *urbanas*, *suburbanas* ou *rurais* e escolas *masculinas*, *femininas* ou *mistas*.²⁰

A manutenção e financiamento das escolas públicas vinculavam-se à média de frequência dos alunos, da seguinte maneira:

¹⁹ MIGUEL, M^a Elisabeth. *A pedagogia da escola nova na formação do professor primário paranaense: início, consolidação e expansão do movimento*. Tese de Doutorado. PUC, São Paulo, 1992. p. 92

²⁰ As escolas mistas só poderiam funcionar com a autorização da Diretoria Geral da Educação e a idade dos meninos não poderia ultrapassar 10 anos.

Quadro II – Categoria das escolas quanto a sua localização

Categoria	Localidade	Freqüência Média
Escolas urbanas	Cidade	30 alunos
Escolas suburbanas	Vila ou subúrbio	25 alunos
	Bairro ou povoado	20 alunos
Escolas ambulantes		20 alunos

Fonte: Código de Ensino de 1917.²¹

As escolas ambulantes eram destinadas ao ensino simultâneo de meninos e meninas, em bairros onde não existissem escolas, quer por insuficiência de alunos, quer por insuficiência de verbas do Governo. Estas escolas funcionavam em sistema

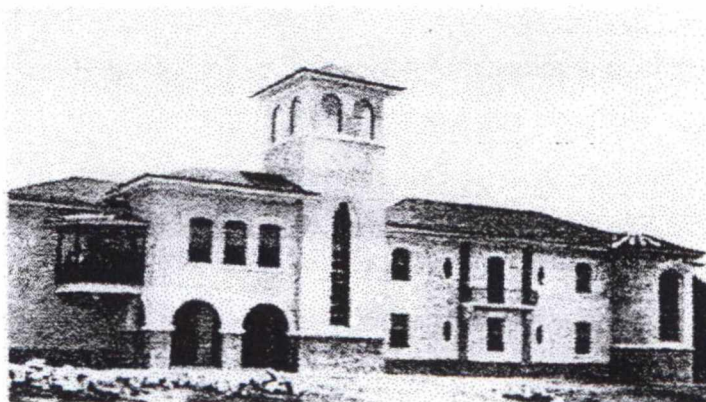


Figura 12²²

Grupo Escolar Dr. Lysimaco F. da Costa, Curitiba, 1946.

de circuito, tendo cada período letivo, obrigatoriamente, a duração de três meses e meio cada um, identificação dos locais destinados ao seu funcionamento e a previsão de escolarização compulsória até 14 anos. A categoria de escolas ambulantes aparece no Código de 1917, não sendo encontrado mais esta definição nas décadas de 30 e 40.²³ Quanto às escolas isoladas, elas poderiam ser especiais para cada sexo ou mistas, dependendo do número de alunos matriculados. Duas ou

²¹ PARANÁ. Decreto nº 17 de 04 de março de 1916. Aprova o Código de Ensino para o Estado do Paraná. 09 jan. 1917. [S.l. : s.n.]. p. 17.

²² RATACHESKI, Alir. *Cem anos de ensino no Estado do Paraná*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1953. p. 35.

²³ É possível que as escolas ambulantes tenham dado origem às escolas isoladas, mas nada foi encontrado, que confirme este fato.

mais escolas isoladas, reunidas num mesmo prédio, formariam as escolas combinadas ou grupos escolares, sob a direção de um dos professores, que também lecionasse em uma das escolas envolvidas. Os grupos escolares, para serem reconhecidos como tais, deveriam manter a média de frequência dos alunos prevista no Código, conforme Quadro II e ter classes funcionando em salas separadas no mesmo prédio.

A duração do ensino primário era de quatro anos, com programas específicos destinados a cada série e organizados pela Diretoria Geral do Ensino.

Para a difusão do ensino primário no Estado a todas as camadas populares e no intuito de melhorar as suas condições, através do aumento de grupos escolares e escolas isoladas, o Decreto nº 270, de 30 de janeiro de 1932, estabeleceu o repasse de verbas municipais, no montante de 5% de suas receitas, para a manutenção dos serviços de instrução pública primária e profissional. Tal repasse seria recolhido, trimestralmente, pelo Tesouro do Estado, e destinado ao aumento do número de professores normalistas de primeira classe, à criação de novos grupos escolares e escolas isoladas, à reorganização e manutenção de escolas já existentes.

Com o Decreto nº 528, de 04 de março de 1932, o Interventor Manoel Ribas criava cinco Inspetorias Regionais do Ensino, divididas da seguinte forma:

Quadro III – Inspetorias de Ensino

Inspetoria de Ensino	Sede	Inspetor	Abrangência
1ª Regional	Curitiba	João Rodrigues	Curitiba, Tamandaré, São José dos Pinhais, Rio Branco, Piraquara, Campina Grande, Campo Largo, Bocaiúva, Colombo, Cerro Azul, Paranaguá, Antonina, Morretes, Guaraqueçaba e Guaratuba.
2ª Regional	Ponta Grossa	Antonio Tupi Pinheiro	Ponta Grossa, Tibagi, Reserva, Ipiranga, Palmeira, São João do Triunfo e São Mateus.
3ª Regional	Jaguariaiva	Simeão Mafra Pedroso	Jaguariaiva, Castro, Piraí, Tomazina, São José da Boa Vista, Siqueira Campos, Joaquim Távora, Carpolis, Ribeirão Claro, Jacarezinho, Cambará, Sertanópolis, São Jerônimo e Santo Antonio da Platina.

Inspetoria de Ensino	Sede	Inspetor	Abrangência
4ª Regional	Rio Negro	Segismundo Fallarz	Rio Negro, Araucária, Lapa, União da Vitória, Rio Azul, Mallet, Palmas e Clevelândia.
5ª Regional	Imbituva	José Busnardo	Imbituva, Teixeira Soares, Entre Rios, Irati, Prudentópolis, Guarapuava e Foz do Iguaçu

Fonte: Diário Oficial do Estado do Paraná. ²⁴

O Decreto visava controlar e ativar o trabalho de todas as escolas do Estado através da assistência a ser prestada pelos novos Inspetores e pelas Prefeituras Municipais que deveriam auxiliar a Instrução Pública, custeando o transporte dos Inspetores do Ensino, quando em serviço de inspeção, mesmo sendo eles moradores nas sedes para as quais fossem classificados.

O Regulamento da Inspeção do Ensino definiu que a nomeação do Inspetor Geral do Ensino seria feita por Ato do Governo, sob proposta do Diretor Geral da Instrução Pública e escolhido dentre os Inspetores Regionais.

Para o cargo de Inspetor de Ensino, exigia-se o diploma da Escola Normal Secundária de Curitiba, o exercício no cargo de professor de escola isolada, direção de grupos escolares e ter mais de dez anos de serviços prestados ao ensino público.

Seriam atribuições dos Inspetores de Ensino: observar, cumprir e fazer cumprir as leis, o Código de Ensino e quaisquer deliberações do Governo e das autoridades superiores da instrução.

Ao Inspetor Geral do Ensino competia as atribuições previstas para os Inspetores, bem como a supervisão do trabalho realizado por eles, comunicando ao Diretor Geral da Instrução Pública os fatos importantes relativos ao serviço da inspeção geral. Além daquelas atribuições, ainda competia ao Inspetor Geral uma série de obrigações relativas à fiscalização e à supervisão do ensino em geral e junto às escolas da Capital.

MIGUEL enfatiza que

²⁴ PARANÁ. Decreto nº 528, de 4 de março de 1932. Cria cinco Inspetorias Regionais de Ensino. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, n. 346, p. 1.

a disseminação de inspetorias por todo o território, bem como a aprovação do regulamento “do serviço de inspeção técnico-administrativa dos estabelecimentos de ensino em geral”, indicam que todo o ensino no estado estava, a partir de então, fiscalizado pelo governo.²⁵

A alteração do período letivo aconteceu em 25 de julho de 1932, através do Decreto nº 1797, no qual ficou o ano letivo compreendido entre 15 de fevereiro e 30 de novembro, com dois períodos de férias. O primeiro de 16 de dezembro a 14 de fevereiro e o segundo de 15 a 30 de julho de cada ano.

No artigo referente à promoção dos alunos, no qual se estabelecia uma prova no final do ano letivo, eram detalhadas as condições de promoção e de conclusão do curso primário. Para esse fim, seriam efetuadas as médias anuais, baseadas em testes realizados durante o ano letivo, que teriam a finalidade de medir a escolaridade, como elementos subsidiários no julgamento do aproveitamento dos alunos. Do exposto se verifica, portanto, que os interesses infantis e os grupos de idades, que os condicionavam até certo ponto, não eram levados em consideração. No regulamento não são mencionados os responsáveis pela organização das provas, podendo se atribuir tal tarefa ao próprio professor.

Os exames de primeira época poderiam ser realizados entre os dias 01 e 15 de dezembro e prorrogados, caso necessário, pela Diretoria Geral de Instrução Pública.

A primeira quinzena de fevereiro ficou destinada aos exames de admissão e de segunda época, às inscrições, às matrículas e aos exames das Escolas Normais.

Para as escolas primárias, escolas isoladas e escolas complementares não haveria segunda época.

O Decreto nº 1874, de 17 de setembro de 1932, definiu o Regimento Interno dos Grupos Escolares, no qual foram estabelecidas as regras de funcionamento para as escolas públicas, bem como os programas para cada série do ensino primário e a classificação dos Grupos em categorias, de acordo com o número de classes existentes.

Os grupos escolares foram classificados em três categorias:

²⁵ MIGUEL, M^a Elisabeth. *A pedagogia da escola nova na formação do professor primário paranaense: início, consolidação e expansão do movimento*. Tese de Doutorado. PUC, São Paulo, 1992. p. 84

Quadro IV – Categoria dos grupos escolares quanto ao número de classes

Categoria	Grupos Escolares
Categoria 1	os de 15 ou mais classes
Categoria 2	os de 8 a 14 classes
Categoria 3	os de 4 a 7 classes

Fonte: Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. ²⁶

As matrículas, para cada classe, poderiam ter de 30 a 45 alunos no máximo, salvo para o 3º e 4º ano nos quais poderiam ter menos alunos. As classes, que não atingissem o mínimo de 30 alunos, deveriam ser anexadas a outras, correspondentes ao mesmo ano e curso.

Cada grupo teria um Diretor, professores, adjuntos, substitutos, porteiros, zeladores e auxiliares de zelador. Quando o grupo tivesse 15 classes ou mais, ainda poderiam compor o quadro de funcionários e professores especiais de Ginástica, Música e Trabalhos Manuais.

Os Diretores eram nomeados pelo Diretor Geral da Instrução Pública e eram os representantes legais do Estado nas escolas públicas, tendo grande responsabilidade em garantir o sucesso do processo educacional na comunidade, com atribuições de tarefas administrativas e de acompanhamento do trabalho pedagógico dos professores.

Em 1935, as cidades de Ponta Grossa e Castro já contavam com escolas funcionando em prédios novos, com capacidade para 600 e 800 alunos respectivamente. Entre os anos de 1933 – 1934, Grupos Escolares foram reformados, como os de Ponta Grossa e Morretes, e outras doze Casas Escolares foram construídas, em diferentes localidades, para melhor atenderem às necessidades do ensino.

²⁶ PARANÁ. Decreto nº 1.874, de 29 de julho de 1932. Aprova o Regimento Interno do Grupos Escolares do Estado do Paraná. 29 jul. 1932. [S.l. : s.n.].

Quadro V – Construção de edifícios escolares – 1933 / 1934

Localidade	Natureza da Construção	Nº de Salas	Observações
Reserva	Madeira	02	Com residência
Matinhos	Alvenaria	01	Com residência
Guaratuba	Alvenaria	01	Com residência
São João da Graciosa	Madeira	01	Com residência
Umbará	Alvenaria	02	Com residência
Santa Rita	Madeira	01	Com residência
Paraná	Alvenaria	01	Com residência e destacamento policial
Mananciais da Serra	Madeira	01	Com residência
Clevelândia	Madeira	01	Não estava concluída em jun/35
Roxo Rois	Madeira	01	Com residência
Barreiro	Madeira	01	Com residência
Rio da Areia	Madeira	01	Com residência

Fonte: Relatório do Secretário dos Negócios de Fazenda e Obras Públicas.²⁷

Uma das preocupações do governo era a de difundir o ensino de acordo com suas possibilidades orçamentárias, criando escolas em todos os lugares em que eram reclamadas, pelo argumento de terem população infantil sem escola.

De acordo com o relatório do Governo do Estado todas as escolas primárias estavam sendo providas do material necessário, afim de não prejudicar a ação dos professores. Com essa finalidade, foi criado o almoxarifado especial, para atender esses serviços, junto à Diretoria Geral de Instrução Pública.

Em 1934, em Curitiba, o número de crianças procurando vagas nas escolas primárias públicas era maior que a oferta de vagas. Em 1935, o Governo do Estado comprometeu-se a construir mais três estabelecimentos públicos, cada qual com capacidade para 800 alunos, procurando sanar a falta de vagas em escolas.

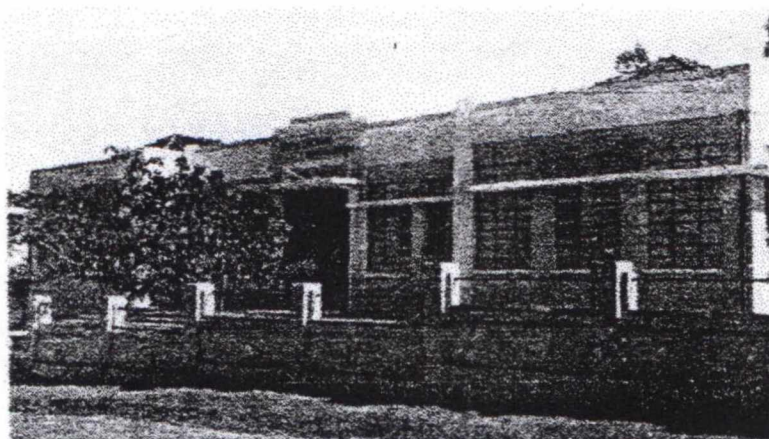
O número de inspetores era também insuficiente para atender a demanda, exigindo-se o aumento do número de profissionais para suprir as necessidades da Inspeção, porquanto o número de escolas primárias tendia a aumentar sob a pressão da população em busca de vagas. Na Mensagem enviada à Assembléia, em 1935, Manoel Ribas relata:

²⁷ PARANÁ. Relatório apresentado ao Interventor Manoel Ribas, pelo Secretario de Estado dos Negócios de Fazenda e Obras Públicas, 1935. [S.l. : s.n.].

Ainda para atender o vultuoso número de crianças em idade escolar, nesta capital, não será demasiado dizer que os Grupos existentes não mais comportam as crianças que os procuram, motivo por que há necessidade de serem construídos mais três estabelecimentos de ensino, com a capacidade de 800 alunos, cada um.

Aos escolares sem recurso, tenho mandado distribuir gratuitamente o material preciso.

Estendendo-se a inspeção técnico-escolar a todo o Estado, número atual de Inspetores (4) é insuficiente para exercê-la mais a rigor, de sorte que, tão logo possível, esse número deve ser aumentado.²⁸



Grupo Escolar Dias da Rocha, Araucária, 1938.

Figura 2 ²⁹

A Lei nº 34, de 05 de novembro de 1935 ³⁰, incluía o ensino religioso como matéria obrigatória nos estabelecimentos oficiais de instrução primária, secundária, profissional e normal. A frequência era facultativa e o programa era organizado pelos professores que se prontificassem a dar aulas de religião, sem nada receberem dos cofres públicos.

²⁸ PARANÁ. Mensagem do Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa, 1935. Departamento Estadual de Arquivo Público. p. 19.

²⁹ RATACHESKI, Alir. *Cem anos de ensino no Estado do Paraná*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1953. p. 35.

³⁰ PARANÁ. Lei nº 34, de 29 out. 1935. Inclui o ensino religioso entre as disciplinas obrigatórias nos estabelecimentos oficiais de ensino. *Leis e Decretos-leis do Estado do Paraná de 1930 a 1937*. Imprensa Oficial do Estado, Curitiba, 1954. p. 105.

A questão do ensino religioso nas escolas públicas requer uma análise a partir das reformas pedagógicas da década de 20. As reformas do ensino almejavam uma escola obrigatória, gratuita e laica. O conflito entre os liberais e os católicos estava presente em seus propósitos de educação, definidos, distintamente, em seus projetos quanto à política educacional brasileira.

Os liberais, intelectuais expressavam os desejos da construção de um país em bases urbano-industriais democráticas. No plano educacional, endossavam as teses da Pedagogia Nova, que era defendida por eles desde a década de 20. Foram eles os responsáveis pelo Manifesto dos Pioneiros, no qual propunham bases renovadas e a reformulação da política educacional. Em oposição, estavam os católicos, adeptos e defensores da Pedagogia Tradicional. Reagindo contra o *Manifesto*, colocaram-se contra a escola pública obrigatória, gratuita e laica, sob a alegação da destruição dos princípios de liberdade de ensino e da educação nas mãos da família. A igreja, assim, se opôs à Pedagogia da Escola Nova.³¹

O decreto de 1931 do Governo Provisório, instituindo nas escolas oficiais o ensino religioso facultativo, que fazia parte integrante e fundamental das reivindicações católicas e da política escolar da Igreja, forneceu matéria para debates longos e acirrados, aprofundando a linha de demarcação entre a maior parte dos reformadores, em cujo programa figurava a laicidade do ensino, e os educadores católicos que tomavam posições na defesa de pontos capitais do seu programa escolar, e, especialmente, do ensino religioso nas escolas públicas.³²

Para ROCHA, a polêmica atingia além do aspecto laico ou religioso do ensino público. Entrava em jogo, também, a questão da coeducação dos sexos e da monopolização da educação pelo Estado. A posição dos renovadores era clara, eles exigiam um sistema público de educação, acessível a todos, inexistindo qualquer tipo de discriminação ou privilegiamento social.³³

³¹ GHIRALDELLI, Paulo JR. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994. p.43.

³² AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro, IBGE, 1943. p. 397.

³³ ROCHA, Marlos. *Tradição e modernidade na educação: o processo constituinte de 1933-34*. In: FÁVERO, Osmar. *A educação nas constituintes brasileiras – 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 130

HORTA alega que o ensino religioso esbarrava na educação moral e cívica colocando a seguinte questão: pode-se desvincular o ensino da moral do ensino da religião, ou melhor, pode-se ensinar uma moral que não seja fundada na religião? ³⁴

Para os positivistas, o ensino da moral não poderia estar vinculado à religião ou a qualquer promessa de prêmio ou de castigo que ultrapassasse a duração da vida. O ensino da moral devia estar baseado na ciência e não na religião. ³⁵

Francisco CAMPOS, nos debates para a Reforma Constitucional de 1926, salientava a necessidade de se restaurar a autoridade a respeito da implantação da educação moral e cívica nos currículos escolares:

Certamente a educação moral e cívica pode concorrer para a formação e o esclarecimento da consciência nacional. Mas quais os fundamentos dessa educação moral, no meio da anarquia das doutrinas contemporâneas e na desorientação geral das inteligências, sem ponto de mira ou de referência por que orientar-se ou dirigir-se? Só a religião pode oferecer ao espírito pontos de apoio e motivos e quadros de ação moral regulada e eficiente. A educação moral não é mais do que subproduto da educação religiosa. A educação moral resulta da cultura dos sentimentos de veneração, de administração, de entusiasmo, de reconhecimento e de temor, que só a religião, que está à raiz do espírito, pode alimentar, nutrir e aprimorar. O de que precisamos, se precisamos de educação moral, como não se contesta, é de educação religiosa. ³⁶

Para CAMPOS, “a doutrina católica não era apenas uma doutrina religiosa, mas uma doutrina de Estado... A doutrina católica seria para o Estado não apenas um instrumento capaz de garantir a preservação da hierarquia e da autoridade, mas também um instrumento de luta ideológica”. ³⁷

Campos reintroduziu o ensino religioso em 1931, durante o Governo Provisório, como ensino facultativo. Na Constituição de 1934, permanece facultativo

³⁴ HORTA, José. *A constituinte de 1934: comentários*. In: FÁVERO, Osmar. *A educação nas constituintes brasileiras – 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 145-46.

³⁵ *Ibid.* p. 146

³⁶ CAMPOS, Francisco. *A reforma da Constituição*. A União, ano XVI, nº 43, 28 de maio de 1925. p. 1.

³⁷ HORTA, José. *A constituinte de 1934: comentários*. In: FÁVERO, Osmar. *A educação nas constituintes brasileiras – 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 149

nos artigos referentes à educação. Em 1935, tornou-se obrigatório e foi considerado, por ele, como uma verdadeira revolução porque atingiu os meios da educação e não somente as suas bases organizacionais.

No Paraná, nenhuma consideração foi encontrada a respeito do ensino religioso obrigatório nas escolas públicas, porém, na Mensagem de 1936, surge um comentário sobre o desenvolvimento *moral* da criança.

Na Mensagem enviada à Assembléia Legislativa, em 01 de setembro de 1936, o Governo reafirma seu compromisso com a educação, incentivando a adesão dos modernos processos pedagógicos e também sua preocupação com o desenvolvimento físico, intelectual e moral da criança que permitiu o delineamento de novo plano pela Diretoria Geral da Educação. Inúmeras realizações foram feitas, tais como: a reforma dos programas escolares, a maior liberdade didática concedida aos professores, a criação de associações escolares, a assistência médica e dentária aos alunos, a homogeneização das classes, as festas cívicas, as excursões e outras medidas.

Ribas argumentava que muito se fazia pela educação, conforme as possibilidades do Governo. No artigo 115, da Constituição Política do Paraná, de 1935, os investimentos para a manutenção e o financiamento do ensino público, no Estado, eram provenientes da renda dos impostos, elevados para 20% do montante arrecadado. Reafirmava ainda, que o Orçamento para 1935³⁸ evidenciava a receita orçada em Rs.38.257:321\$850 e sendo destinado à instrução pública Rs. 5.896:416\$250, havendo, inclusive, a previsão de Rs.210.000:000 para auxílios e subvenções ao ensino superior.³⁹

O Estado realizava o levantamento estatístico do ensino, com dificuldades no cumprimento dos prazos previstos para o mês de março de cada ano, em razão dos dados de escolas particulares e escolas municipais. Os formulários eram preenchidos incorretamente por pessoas despreparadas, revelando dados estatísticos pouco fiéis à realidade do ensino paranaense.

³⁸ PARANÁ. Decreto nº 2.623, de 31 de dezembro de 1934. Aprova o orçamento estadual para o ano de 1935. Mensagem do Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa. Imprensa Gráfica Paranaense, Curitiba, 1936. p. 46.

³⁹ PARANÁ. Decreto nº 2.623, de 31 de dezembro de 1934. Aprova o orçamento estadual para o ano de 1935. Mensagem do Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa. Imprensa Gráfica Paranaense, Curitiba, 1936. Os gastos "per capita" com o Ensino Primário, foram de Rs.71\$865 e os gastos mensais de Rs.

Em 1936, as dificuldades econômicas do Estado permaneciam e a instrução pública foi um dos setores que menos sofreu com essas dificuldades.⁴⁰

Neste mesmo ano, Gaspar Duarte Veloso, à frente da Diretoria Geral da Educação, realizou trabalhos de melhorias e aperfeiçoamento do ensino, visando a reconstrução da educação no Estado.

No início de 1937, foi enviado, à Assembléia Legislativa, um novo Código de Educação, para substituir o Código de Ensino de 1917, que privilegiava a reforma dos métodos e processos de ensino.

O novo Código propunha transformações no espaço escolar, prevendo a obrigatoriedade da formação do professor, a reformulação dos regulamentos do sistema escolar, o direcionamento didático-educativo das construções dos edifícios escolares e responsabilizava o Governo do Estado pelo ensino primário.

A proposta do Código era detalhada e rigorosa quanto ao funcionalismo, exigindo atitudes coerentes e corretas de todas as pessoas envolvidas com a educação, prevendo processos administrativos e penas disciplinares severas.

O Código de Educação permaneceu durante todo o ano de 1937 aguardando apreciação e aprovação da Assembléia. A centralização do Estado, com o golpe de 1937, desapareceu com a representação via Congresso e Assembléias Estaduais, em novembro, deixando o Código de Educação sem aprovação.

Para MIGUEL, “suas idéias fundamentais foram consubstanciadas em decretos e leis que vigoraram após 1938.”⁴¹

O ensino primário, aos poucos, evoluía com a solução de seus problemas inadiáveis:

a experimentação de programas mínimos, elaborados a partir da psicologia diferencial e experimental; a aplicação dos modernos métodos de ensino (Decroly, Montessori, Lourenço Filho⁴², Fernando de Azevedo e outros); liberdade didática; criação de Cooperativas Escolares, em substituição às Caixas Escolares; organização de serviço médico, já instalado e nomeados 4 médicos; instalação de serviço

5\$988, calculados a partir da média das matrículas gerias e das matrículas efetivas, incluindo todas as despesas de material, transportes e de apoio central de administração.

⁴⁰ Ibid. p. 53.

⁴¹ MIGUEL, M^a Elisabeth. *A pedagogia da escola nova na formação do professor primário paranaense: início, consolidação e expansão do movimento*. Tese de Doutorado. PUC, São Paulo, 1992. p. 91

⁴² É a primeira vez que surge a citação de um educador brasileiro como modelo de metodologia a ser seguido.

dentário; ampliação do plano de educação física; excursões, passeios e intercâmbio entre alunos de outras regiões; criação de bibliotecas...⁴³

A Semana da Educação, destinada às atividades escolares, era uma inovação do plano, tendo como destaque as provas de educação física entre os grupos escolares da Capital e de Escolas Normais do Estado.

As 54 Cooperativas Escolares, antigas Caixas Escolares, aprovadas em 1936, começaram a produzir ótimos resultados. A receita de Rs.136:958\$000 e as despesas de Rs. 105:901\$335, deixavam o saldo de Rs.31:056\$665 para 1937, apesar dos gastos com fornecimento de material didático aos alunos, assistência médico-dentária, assistência alimentar, vestuário e farmácia .

O serviço de inspeção e orientação apresentavam melhores resultados e necessitavam da criação de mais duas Delegacias para atender todas as regiões.

O serviço de Racionalização, responsável pelas estatísticas, implantou nova sistemática de remessas de dados mensais, pelas escolas, evitando atrasos e possibilitando um melhor levantamento sobre a rede escolar.

Em 1937, Manoel Ribas “salientava que as medidas de racionalização aplicadas na administração do Estado haviam sanado as finanças e o panorama econômico do Estado era o mais animador possível”.⁴⁴ Apesar disso, o orçamento para a educação foi de Rs.7.520:180\$000, pouco mais de Rs.500:000\$000 em relação à 1936, sendo preocupante o orçamento para a educação em 1938.⁴⁵

Neste ano, com o Decreto lei nº 808, de 18 de novembro, foi criada a Comissão Nacional do Ensino Primário, que era composta por sete representantes, nomeados pelo Presidente da República, com as seguintes competências:

- a) organizar um plano nacional de combate ao analfabetismo, apoiado pelos governo federal, estadual e municipal e iniciativa privada;
- b) definir o papel do governo federal, estadual e municipal para a nacionalização do ensino primário;

⁴³ PARANÁ. Mensagem do Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa. Imprensa Gráfica Paranaense, Curitiba, 1937. p. 30.

⁴⁴ MIGUEL, M^a Elisabeth. *A pedagogia da escola nova na formação do professor primário paranaense: início, consolidação e expansão do movimento*. Tese de Doutorado. PUC, São Paulo, 1992. p. 93

⁴⁵ PARANÁ. Mensagem do Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa. Imprensa Gráfica Paranaense, Curitiba, 1937. p. 34.

- c) caracterizar o tipo de ensino a ser ministrado nas cidades e zonas rurais;
- d) elaborar um programa nacional para o ensino primário.

A Comissão escolheria um Presidente dentre seus membros e obrigatoriamente, se reuniria uma vez por mês.

O Decreto lei nº 2072, de 8 de março de 1940, dispunha sobre a obrigatoriedade da educação, moral e física da infância e da juventude e fixando suas bases para a organização de uma instituição nacional, denominada Juventude Brasileira.

A educação cívica visava a formação da consciência patriótica, criando no espírito das crianças e dos jovens o sentimento de responsabilidade pela segurança e pelo engrandecimento da pátria. Nos jovens do sexo masculino, era estimulado o amor ao dever militar e às mulheres seriam dados os conhecimentos sobre enfermagem, para cooperarem, quando necessário, na defesa nacional.

A educação moral visava a elevação espiritual da personalidade e buscava inculcar nos jovens a confiança no próprio esforço, o hábito da disciplina, o gosto pela iniciativa, a perseverança no trabalho e a mais alta dignidade em todas as ações e circunstâncias.

A educação física tinha por objetivo fortalecer a saúde das crianças e dos jovens, tornando-os resistentes e aptos para os esforços continuados, dando ao corpo solidez, agilidade e harmonia. A educação física também era responsável em desenvolver nas crianças e jovens os hábitos e as práticas higiênicas, tentando evitar doenças, conservando o bem estar e prolongando a vida.

A criação da Juventude Brasileira tinha por objetivo valorizar e estimular a cidadania, o patriotismo e o nacionalismo na população jovem do país. Criada por deliberação do Presidente da República, seria controlada e vigiada especialmente por ele, de acordo com o Artigo 6º do Decreto lei nº 2.072/40.

Para compreender sua proposta, cabe retornar nos anos 30, quando uma corrente autoritária ganhou força no Brasil. A dificuldade de organização de classes, da formação de associações representativas e de partidos políticos fez das soluções autoritárias uma atração constante.

Para FAUSTO,

a corrente autoritária assumiu com toda conseqüência a perspectiva do que se denomina modernização conservadora, ou seja, o ponto de vista de que, em um país desarticulado como o Brasil, cabia ao Estado organizar a nação para promover dentro da ordem e desenvolvimento econômico e o bem-estar geral. O Estado autoritário poria fim aos conflitos sociais, às lutas partidárias, aos excessos da liberdade de expressão que só serviam para enfraquecer o país.⁴⁶

Os movimentos e idéias totalitárias começaram a se fortalecer na Europa com Mussolini assumindo o poder, na Itália, em 1922. Stalin vivia poder absoluto na União Soviética e o nazismo triunfou, em 1933, na Alemanha⁴⁷. A democracia liberal estava associada ao capitalismo, que prometera igualdade de oportunidades para todos e caíra em descrédito, pois aumentara o desemprego e diminuía a esperança.

No Brasil, surgiram algumas pequenas organizações fascistas na década de 30. Um movimento expressivo de intelectuais nasceu, fundando a Ação Integralista Brasileira. Os integralistas elaboraram um cerimonial muito semelhante ao nazi-fascismo europeu: tinham seu símbolo e uniforme, organizavam desfiles e seus integrantes marchavam a passo de ganso, postura típica ao Exército Alemão.⁴⁸

A fundamentação da Juventude Brasileira, em sua essência, era nacionalista, com bases no nazismo e no fascismo europeu.

A imposição do patriotismo ficava claro em alguns de seus artigos:

- todos os alunos matriculados nas instituições de ensino oficiais, obrigatoriamente, deveriam participar das atividades propostas pela Juventude;
- o culto à Bandeira Nacional deveria ser constante, bem como, o Hino Nacional deveria ser cantado diariamente;
- os assuntos relativos a defesa nacional, seriam ministrados de acordo com o local onde viviam os alunos, podendo ser terrestres ou marítimos, de acordo com a inclinação de cada um;
- os estabelecimentos destinados à realização das atividades eram denominados de Centros Cívicos. Sua criação era de responsabilidade do

⁴⁶ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p.357

⁴⁷ **Brasil 500 anos**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999. p. 694.

poder público e deveriam existir em todas as cidades e demais povoações do território nacional. Um Centro Cívico poderia ser utilizado por diversas escolas;

- as cerimônias de formatura, eram realizadas dentro dos próprios Centros Cívicos, consistindo de exercícios de concentração ou deslocamento, para criar nos jovens disciplina, entusiasmo e resistência. As formaturas deveriam ser freqüentes e eram classificadas em duas categorias: as gerais e as parciais. As gerais eram destinadas a todo o contingente e celebravam comemorações nacionais. As parciais, como uma parte do contingente, eram realizadas eventualmente em comemorações locais.

A administração da Juventude Brasileira seria de responsabilidade do Governo Federal e os Ministros da Educação, da Guerra e da Marinha colaborariam na solução de questões gerais relativas à sua organização e ao seu funcionamento, sendo designados, oficiais militares, para cooperar na sua administração

Em cada Estado foram organizados Conselhos para coordenar as atividades educativas, presididos pelos chefes dos governos estaduais. O Ministério da Educação organizou cursos destinados à preparação dos professores, para os habilitá-los a ministrar diferentes modalidades de educação.

A Juventude Brasileira definiu uniformes e distintivos para serem usados por todos os seus filiados e o Governo Federal propôs um concurso, entre os artistas nacionais, para a composição do poema e da música do hino da instituição.

A ideologia do Estado Novo, bastante influenciada pelos princípios, normas e métodos típicos dos países totalitários, marcou profundamente a educação no país. A moral e o civismo tomaram-se matéria obrigatória⁴⁹ e criou-se a Juventude Brasileira, organização à qual foi incorporada a União dos Escoteiros do Brasil. Participavam, obrigatoriamente, os jovens dos festejos da Independência.⁵⁰

⁴⁸ Ibid. p. 695.

⁴⁹ PARANÁ. Decreto lei nº 2.072 de 8 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de cívica e moral e física nas escolas. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, n. 2.282, p. 1, 26 mar 1940.

⁵⁰ NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história*. São Paulo: Melhoramentos, 1989. p. 276.

Um tom otimista caracterizou o Relatório de Manoel Ribas, nos anos de 1940-41, enviado para o Presidente Getúlio. Na educação, o controle sobre a frequência dos alunos nas escolas primárias, o incentivo à construção de novos prédios e a campanha de alfabetização marcaram o ensino público no Estado.

A campanha de alfabetização e a educação integral foi incrementada... o ensino primário continua recebendo nosso carinho especial... o ensino agrícola, teve um desenvolvimento extraordinário, e duas escolas rurais foram incorporadas ao Estado, uma em Rio Negro e outra em Palmeira, a qual tem o nome ilustre de Vossa Excelência... além dessas duas escolas, foi inaugurada outra de pesca em Guaratuba e grandemente melhorada a da Ilha das Cobras...⁵¹

O governo federal tinha uma visão promissora sobre a educação no Paraná, visto que as escolas primárias citadas nos relatórios conquistaram grande espaço no governo Ribas e, anualmente, novas construções ou reformas aconteciam, privilegiando diretamente o ensino primário. Esta credibilidade no Estado justifica o auxílio do governo federal como determinante para a construção de novos grupos escolares,

foram inaugurados 20 prédios de alvenaria e casas escolares, construídos, na sua maioria de alvenaria e dotados de todos os requisitos pedagógicos... o grande auxílio que Vossa Excelência concedeu ao nosso Estado... muito contribuiu para a construção de vários e magníficos Grupos Escolares nas zonas rurais e de colonização do Estado.⁵²

A inspeção das escolas primárias, feitas pelos Delegados do Ensino, também

⁵¹ PARANÁ. Relatório do Interventor Manoel Ribas ao Presidente Getúlio Vargas referente ao exercício de 1940-1941. Imprensa Gráfica Paranaense, Curitiba, 1942. p. 35.

⁵² Ibid. p. 36-37

demonstravam a atenção ao ensino primário por parte do Governo do Estado.

A inspeção técnica escolar que nestes dois últimos anos exerceu-se mais intensamente, foi executada pelos cinco delegados do ensino existentes, cinco inspetores auxiliares e quarenta e oito inspetores escolares municipais, tendo dado os melhores resultados, com o número elevado de aprovações que se verificou no fim do ano.⁵³

A obrigatoriedade do ensino primário, proposto e aprovado na I Conferência Nacional de Educação e pela Lei Fundamental do Ensino Primário⁵⁴, gerou a expectativa de um aumento das matrículas nas escolas primárias, numa previsão de 125.000 alunos, para 1942.

As escolas já se encontravam em condições de receber mais alunos, “todas as escolas mantidas pelo Estado possuem abundante e ótimo material escolar, que é fornecido pelo Almoxarifado da Diretoria Geral da Educação”, afirmava Manoel Ribas.⁵⁵ A ampliação do corpo docente, a conclusão de cerca de 15 prédios, para a instalação de Grupos Escolares, fora possível com a destinação de verbas estaduais e federais.

A educação física, em cumprimento à determinação do Ministério da Educação, teve seu espaço implantado e incrementado nos estabelecimentos de ensino. Contavam os Grupos Escolares com Parques Infantis, anexos, para que as crianças tivessem a oportunidade de praticarem o esporte. O total de parques era de 78, em pleno funcionamento. 61% das escolas, no final de 1941, apresentavam-se devidamente uniformizadas para a prática da educação física.

O espírito nacionalista imperava no país e para comemorar o dia da Independência do Brasil, foi determinado, pelo Ministério da Educação, que o Estado solicitasse o comparecimento de seus alunos para uma Parada da Juventude.⁵⁶ Em Curitiba, participaram do evento, no dia 05 de setembro de 1941, 50.771 escolares, sendo 23.706 do sexo feminino e 27.1645 do sexo masculino.

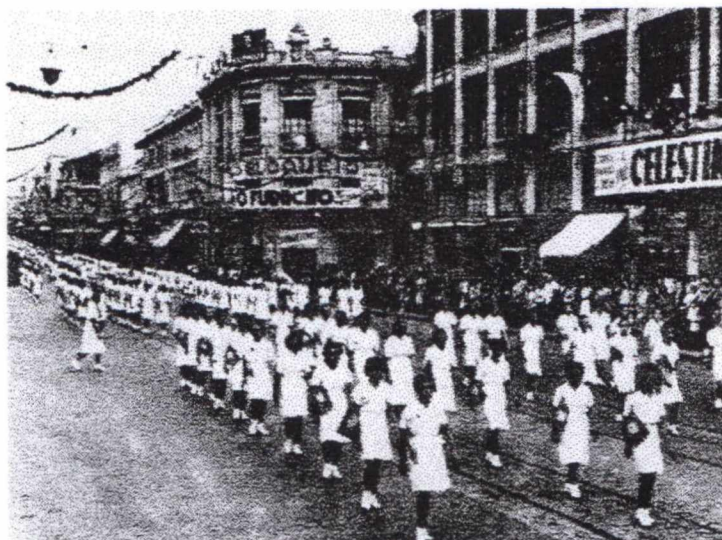
⁵³ PARANÁ. Relatório do Interventor Manoel Ribas ao Presidente Getúlio Vargas referente ao exercício de 1940-1941. Imprensa Gráfica Paranaense, Curitiba, 1942. p. 36.

⁵⁴ Ibid. Esta Lei é citada no Relatório, porém não foi encontrada a data de sua aprovação.

⁵⁵ Ibid. p. 37

⁵⁶ Era previsto em uma das atribuições da Juventude Brasileira, em datas comemorativas nacionais, as cerimônias de formatura.

I.H.G.E.P.



Desfile escolar na Rua XV, Curitiba.

Figura 14⁵⁷

A aceitação do escotismo escolar continuava em todos os estabelecimentos de ensino, sendo “incluídos, nos dois últimos anos, à Federação, mais associações de Ibiporã, Sertanópolis, Tomazina e Siqueira Campos”.⁵⁸

As Cooperativas Escolares constituíram uma Federação e foi solenemente instalada em 01 de dezembro de 1941. Criadas em 8 de junho de 1938, através da Portaria nº 107, da Diretoria Geral da Educação, existiam no final de 41, 85 cooperativas, colocando o Paraná, “na vanguarda do movimento cooperativista brasileiro”.⁵⁹ Para RANZI, “mais uma vez se comprova que o Paraná se engrandece de estar na vanguarda das determinações oficiais”⁶⁰.

É certo que a República falhou em suas tarefas educacionais. Mas falhou por incapacidade criadora: por não ter produzido os modelos de educação sistemática exigidos

⁵⁷ Curitiba 300 anos. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Vol. XLVIII. 1993. p. 404.

⁵⁸ PARANÁ. Relatório do Interventor Manoel Ribas ao Presidente Getúlio Vargas referente ao exercício de 1940-1941. Imprensa Gráfica Paranaense, Curitiba, 1942. p. 38

⁵⁹ Ibid. p. 39.

⁶⁰ RANZI, Serlei Maria Fischer. Professora Doutora do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Argumentação baseada em pesquisa realizada na UFPR e proferida durante a defesa de dissertação.

pela sociedade de classes e pela civilização correspondente, fundada na economia capitalista, na tecnologia científica e no regime democrático. Em outras palavras, suas falhas provêm das limitações profundas, pois se omitiu diante da necessidade de converter-se em Estado educador, em vez de manter-se como Estado fundador de escolas e administrador ou supervisor do sistema nacional de educação. Sempre tentou, não obstante, enfrentar e resolver os problemas educacionais tidos como “graves”, fazendo-o naturalmente segundo forma de intervenção ditada pela escassez crônica de recursos materiais e humanos. Isso explica por que acabou dando preeminência às soluções educacionais vindas do passado, tão inconsistentes diante do novo estilo de vida e das opções republicanas, e por que simplificou demais a sua contribuição construtiva, orientando-se no sentido de multiplicar escolas invariavelmente obsoletas, em sua estrutura e organização, e marcadamente rígidas, em sua capacidade de atender a solicitações educacionais humanas brasileiras.⁶¹

No Paraná, o Código de 1937 foi idealizado para criar esta estrutura de ensino. Porém, com o golpe de 37, o Código não foi aprovado. “Apesar do Estado Novo ter rompido doutrinariamente com o pensamento educacional formulado pelos renovadores, o regime autoritário não dispensou a colaboração de muitos dos antigos líderes e formuladores daquele movimento modernizador da educação, que teve ampla atuação na primeira metade dos anos 30”.⁶² Da mesma forma, apesar do Código de Educação não ter sido aprovado, suas idéias nortearam muitas ações educacionais no Estado.

A política nacional de educação, durante o Estado Novo, foi influenciada por ideologias de países totalitários, acentuando, ainda mais, o controle da União sobre educação, obrigando os Estados ao cumprimento das determinações dos órgãos federais. A questão educacional foi ponto central das preocupações do governo, tendo em vista também as reivindicações presentes na sociedade. Com isso, diretrizes nacionais de educação passaram a ter prioridade.

MIGUEL confirma essas condutas. No Paraná, a tentativa de unificação e sistematização das diretrizes educacionais, constituem a comprovação de

⁶¹ FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966. p. 4

⁶² ROCHA, Marlos. *Tradição e modernidade na educação: o processo constituinte de 1933-34*. In: FÁVERO, Osmar. *A educação nas constituintes brasileiras – 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 135

implantação das metas federais, principalmente, no tocante à aplicação de verbas para a educação. Tanto assim que, em relatório a Vargas sobre o exercício de 1940-1941, são informados os gastos com o ensino público no montante de “20,22% da receita tributária do Estado.”⁶³

No Paraná, no período entre 1930 e 1945, apesar das idéias sobre as novas pedagogias, influenciando a elaboração de planos e regulamentos de ensino, nada chegou, efetivamente, a ser inovado, como declara Alir RATACHESKI:

nenhuma inovação pedagógica foi introduzida, a não ser as tentativas que se faziam na Escola Normal com Erasmo Pilotto e um pugilo de idealistas que nunca tomou conhecimento da revolução... Os programas de grupos escolares e Escolas isoladas foram apenas reimpressos. A orientação fundamental foi a de Prieto Martinez, a qual vigorou até o início de 1953...⁶⁴

RATACHESKI ainda relata, que o trabalho realizado pelos responsáveis pela Diretoria Geral da Educação, neste período, foi meramente administrativo, citando como exemplo, a administração do Dr. Gaspar Duarte Veloso (1935), do Dr. Simião Mafrá Pedroso (1943) e do Dr. Antenor Pamphilo dos Santos (1944).

Nenhum desses homens se destacou, apesar de todos serem pessoas ilustres e capazes. Limitaram-se a manejar o que já existia, sem nada criar de novo no setor do ensino. Aliás, foi característica da ditadura. Nesse interregno, desde o diretor da Educação ao mais modesto funcionário, eram todos verdadeiros autômatos. Só um estabelecimento no Paraná não foi absorvido pelas normas da ditadura. Trata-se do Instituto de Educação, onde era professor e exercia grande influência o professor Erasmo Pilotto, que viria mais tarde ocupar o cargo de Secretário de Educação e Cultura.⁶⁵

As escolas rurais, criadas na década de 30, deram início ao ensino profissionalizante agrícola no Estado. Sua organização e funcionamento tinham

⁶³ MIGUEL, M^a Elisabeth. *A pedagogia da escola nova na formação do professor primário paranaense: início, consolidação e expansão do movimento*. Tese de Doutorado. PUC, São Paulo, 1992. p. 36

⁶⁴ RATACHESKI, Alir. *Cem anos de ensino no Estado do Paraná*. Curitiba, Biblioteca Pública do Paraná, Sessão Paranaense, 1953. p.35

⁶⁵ Ibid. p. 35

particularidades em relação ao ensino primário dos grupos escolares e foram analisadas pela sua função social e comparadas, em relação às estruturas vigentes, às escolas primárias já existentes.

4.2. AS ESCOLAS RURAIS

As escolas rurais surgiram ante a necessidade de oferecer, no meio rural, instrução primária. Em artigo, escrito pelo Deputado Arthur SANTOS⁶⁶, o ensino primário foi analisado pela sua função social. A realidade nacional, no início dos anos 30, retratava a falta de escolas primárias no meio rural, deixando assim de cumprir sua função social. Para SANTOS, “a nossa instrução pública, da escola primária às academias, era um sistema de canais de êxodo da mocidade do campo para as cidades e da produção para o parasitismo”⁶⁷. E acrescenta: a “crise de governo, crise de ensino, crise desintegradora, tudo são reflexos de um fenômeno só: a crise da escola primária”.⁶⁸

A população brasileira, historicamente, percorreu o caminho da produção agrícola, pois grande parte vivia no campo, durante as primeiras décadas deste século. Neste período, havia reivindicações por escolas primárias na zona rural, e os argumentos que fortaleciam essa pressão estavam voltados para a reabilitação da vida rural em detrimento à exaltação da vida urbana. Os jornais estaduais da época criticavam a ausência de serviços, escolas e de apoio social para os habitantes que residiam no campo.

A hegemonia da cidade sobre o campo era clara, já que havia uma valorização exagerada da vida urbana, estimulando o êxodo rural. Em um dos artigos encontrados, fica clara a insatisfação com o descaso em relação à vida rural:

⁶⁶ SANTOS, Arthur. Crise brasileira de educação. *Jornal “O Dia”*, Curitiba, 29 mar. 1933

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ Ibid.

na elaboração das leis, na constituição de nossa disciplina social, é sempre a cidade que leva a melhor... Há um favoritismo exagerado e pernicioso pelas cidades, em detrimento do campo... Toda a organização de nossos serviços públicos ou de utilidade coletiva é feita e processada à revelia da zona rural, é como se ela não existisse.⁶³

As escolas rurais existentes no Paraná, até 1933, estavam instaladas em ranchos, sem condições adequadas ao ensino e eram dirigidas por professores leigos ou por mestres vindo da cidade, que aguardavam suas promoções para retornarem às escolas urbanas.

Os trens, que ligavam Curitiba aos municípios próximos, levavam e traziam diariamente jovens professores, saindo pela manhã e retornando à tarde. Esses professores desempenhavam suas atividades, sem sequer criar vínculos com o local onde lecionavam, pois não residiam nos municípios em que trabalhavam. Não havia condições para esses professores desempenharem seus papéis de educadores. Estranhos ao meio rural, às vezes, fixavam em seus alunos, a idéia de que o campo era castigo para o homem da cidade⁶⁴.

O serviço militar concorria para a manutenção deste descaso. As unidades militares estavam concentradas nas cidades, levando os jovens, em idade de prestarem o serviço militar, para os centros urbanos.

A exigência por escolas rurais foi se fortalecendo e se fundamentando no direito à cidadania de todos os brasileiros. SANTOS definia Pátria como sendo o respeito ao homem urbano e o respeito ao homem rural, praticado através da permanência oportuna de cada um em seu espaço e enfatizava:

Criando-se o professor rural, formado em escolas normais rurais, dando-lhe garantias e proventos iguais ou maiores que os outorgados aos professores das cidades, instalando-o em escolas confortáveis; modificando-se o sentido de nossa legislação para lhe tirar a sua unilateralidade em favor das cidades... adaptando-se nossa gente a sua terra, assim e só

⁶³ SANTOS, Arthur. Crise brasileira de educação. *Jornal "O Dia"*, Curitiba, 29 mar. 1933.

⁶⁴ *Ibid.*

assim, formaremos aquela nacionalidade que é o próprio conceito de Pátria.⁶⁵

MIGUEL, após análise sobre o surgimento das Escolas Rurais no Paraná, relata que

a intensa povoação das terras do Estado e a conseqüente demanda pela Educação, fez com que o governo Ribas visse na escola rural o meio de preparar adequadamente o trabalhador para desenvolver os trabalhos no campo. A razão da abertura de escolas rurais era a mesma da implantação do ensino industrial. Decorria das transformações econômico-sociais inerentes ao desenvolvimento da etapa urbano-industrial, tanto sob a forma de multiplicação de instituições escolares preexistentes, como sob a implantação de novos tipos dessas instituições.⁶⁶

Segundo RATACHESKI, “ no governo Ribas inicia-se o ensino rural... criou ele várias Escolas Rurais que, hoje, ainda pontilham diversas cidades e vilas do interior e a Escola Rural, no município de Ipiranga, destinada à formação de professores técnicos em agricultura e pecuária “. ⁶⁷

PILOTTO delega a Ribas a idéia das Escolas de Trabalhadores Rurais e a Escola de Pesca. A idéia inicial surgiu para organizar um internato, destinado a menores de 9 a 18 anos, tornando a instituição numa granja escola.⁶⁸

A primeira construção, destinada ao funcionamento de uma Escola de Trabalhadores Rurais, aconteceu em 1934. Foi construído um amplo edifício, moderno, porque contava com dois pavimentos e tinha todas as acomodações necessárias para duzentos alunos internos e para seiscentos alunos externos, os quais faziam o curso idêntico aos dos Grupos Escolares do Estado.

As escolas rurais foram criadas e mantidas pelo Estado por meio do Decreto nº 234, de 22 de fevereiro de 1935, para formar profissionais para a

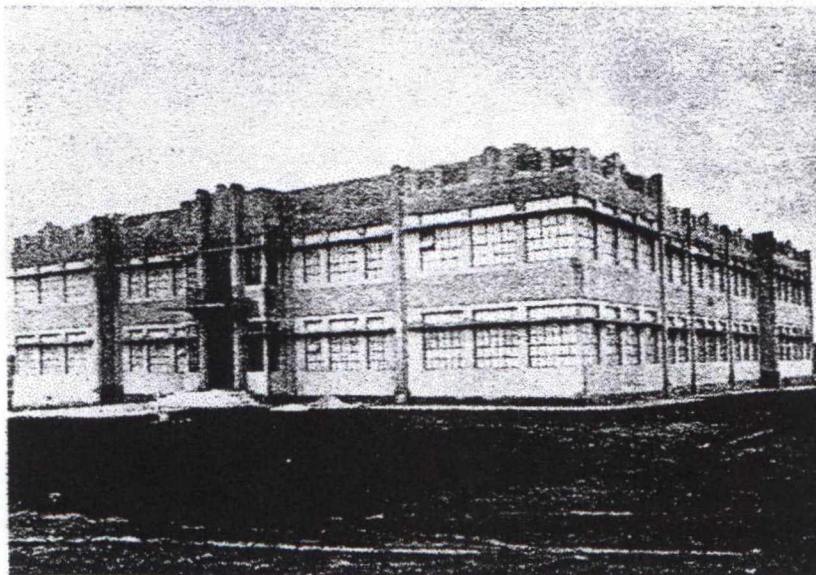
⁶⁵ SANTOS, Arthur. Crise brasileira de educação. *Jornal “O Dia”*, Curitiba, 29 mar. 1933.

⁶⁶ MIGUEL, Maria Elisabeth. *A pedagogia da escola nova na formação do professor primário paranaense: início, consolidação e expansão do movimento*. São Paulo, 1992. Tese de Doutorado, PUC. p. 144.

⁶⁷ RATACHESKI, Alir. *Cem anos de ensino no Estado do Paraná*. Curitiba, Biblioteca Pública do Paraná, Sessão Paranaense, 1953. p. 5.

⁶⁸ PILOTTO, Erasmo. *A educação no Paraná*. Rio de Janeiro: CILEM, MEC, INEP, 1954. p. 104.

agricultura com os conhecimentos técnicos e práticos suficientes para atender as necessidades da lavoura e da pecuária do Estado.



Prédio da Escola de Trabalhadores Rurais
"Dr. Carlos Cavalcanti", Curitiba, 1935

Figura 15 ⁶⁹

O plano para a organização das Escolas de Trabalhadores Rurais foi realizado pelo Governo do Estado e resumia-se nas seguintes finalidades:

Preparar uma nacionalidade em relação às atividades do povo e do Governo;
 Construir campo de experimentação das culturas regionais, bem como propagar o desenvolvimento de animais de raça.
 Organizar um órgão de informação e de propaganda das possibilidades econômicas do Estado.
 Prestar assistência educativa a infância desválida, amparando-a a fim de formar elementos cômicos dos seus deveres.
 Formar profissionais em agricultura, pecuária e pesca com todos os conhecimentos práticos, deixando-os preparados para o exercício desses misteres.⁷⁰

⁶⁹ PARANÁ. Relatório apresentado ao Interventor Manoel Ribas, pelo Secretario de Estados dos Negócios de Fazenda e Obras Públicas, 1935. [S.l.: s. n.].

⁷⁰ PARANÁ. Lei nº 33, de 29 out. 1935. Autorizava a disseminação do ensino primário, através das escolas rurais, 1935. [S.l.: s. n.].

As escolas possuíam um curso primário com duração de quatro anos e seguiam as mesmas instruções das demais escolas primárias do Estado. Seu corpo docente era constituído exclusivamente de professores normalistas e estavam sob tutela da Diretoria Geral de Educação.

O ensino era teórico e prático e as escolas tinham salas apropriadas para o ensino teórico e campo de culturas, aparelhados com máquinas agrícolas; posto zootécnico, posto de avicultura e apicultura; instalações para laticínios, subprodutos de carne e conservas de frutos e legumes; cantinas, oficinas de carpintaria e serralheria.

O ensino teórico deveria ser ministrado no campo sempre que possível. As aulas teóricas eram ministradas, para cada disciplina, em três momentos semanais de cinquenta minutos. As aulas práticas tinham duração de no mínimo duas horas e eram distribuídas de acordo com a necessidade do ensino.⁷¹

As Escolas Rurais, além da preocupação com o ensino agrícola, tinham a finalidade de disseminar a instrução primária, sendo divididas em três cursos:

- ✓ Primário – que seguia as orientações e programas utilizados nas escolas primárias do Estado;
- ✓ Complementar – ministrado em dois anos e dividido em quatro semestres;
- ✓ Profissional – ministrado em dois anos e dividido em quatro semestres.

O regime escolar era de Internato, com freqüência obrigatória nas aulas teóricas e nos cursos práticos. O ano escolar começava no dia 15 de fevereiro e terminava no dia 30 de novembro, sendo que as férias escolares eram de 20 de junho a 10 de julho e de 1º de dezembro a 15 de fevereiro.

Em cada semestre, eram realizadas duas provas parciais escritas teórico-práticas. A promoção para a série seguinte se fazia mediante a média geral mínima de 4.0, em todas as disciplinas. Os alunos com médias inferiores a 4.0, em uma ou mais disciplinas, faziam novas provas após o término das aulas. Repetiriam o semestre aqueles que não alcançassem a média exigida e, se caso já fossem repetentes, seriam excluídos do curso.

⁷¹ PARANÁ. Relatório apresentado ao Interventor Manoel Ribas, pelo Secretario de Estados dos Negócios de Fazenda e Obras Públicas, 1935. [S.l.: s. n.]. p. 106.

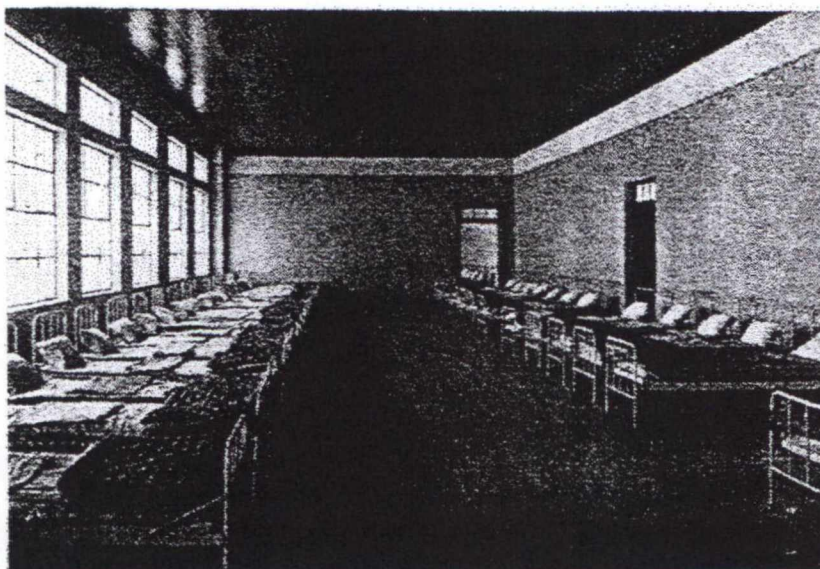


Figura 16 ⁷² Dormitório da Escola "Dr. Carlos Cavalcanti".
Curitiba, 1935.

A Escola Rural era administrada por um Diretor, que deveria ser um profissional da agronomia e era indicado e nomeado pelo Governo. Além das responsabilidades de sua função, podia acumular o magistério numa das cadeiras do curso.

O quadro de profissionais era composto de professores auxiliares de ensino, mestres de carpintaria e serralheira, professores normalistas, secretário, chefe de internato, almoxarife, inspetores de alunos, serventes, cozinheiros, ajudantes de cozinha, lavadeiras, remendeiras e operários de serviços gerais.

Pelo Decreto nº 7.782, de 06 de janeiro de 1939, o Governo aprovou o novo Regulamento das Escolas Rurais que passaram a ser chamadas de Escolas de Trabalhadores Rurais do Paraná.

A primeira Escola Rural foi instalada na Capital e, com o novo regulamento, outras foram instaladas nas zonas rurais. Com o tempo, deveriam ter sua independência econômica, produzindo o suficiente para a sua manutenção e crescimento.

As Escolas de Trabalhadores Rurais também foram criadas para o sexo feminino e teriam seu funcionamento independente das escolas para o sexo masculino. Além das disciplinas ministradas para o curso masculino, as

⁷² PARANÁ. Relatório apresentado ao Interventor Manoel Ribas, pelo Secretario de Estados dos Negócios de Fazenda e Obras Públicas, 1935. [S.l.: s. n.]. p. 106.

mulheres tinham educação doméstica, com o objetivo de torná-las ótimas donas de casa rural.

Alguns serviços administrativos foram incluídos na nova organização das Escolas:

- a) administração;
- b) assistência alimentar, higiênica, sanitária e educacional aos internos;
- c) campo de culturas;
- d) posto zootécnico e campo de criação;
- e) oficinas para trabalhos em ferro, madeira e couro;
- f) indústrias rurais.

O quadro de funcionários foi constituído pelos seguintes profissionais: chefe de disciplina, porteiro protocolista, uma zeladora para cada 50 internos, roupeira, auxiliar de roupeira, uma lavadeira para cada 50 internos, enfermeira, dentista, um assistente educacional para cada 50 internos, instrutor de educação física, um chefe de cultura para cada 50 internos, assistente de pecuária escolar, mestre de ferreiro, mestre carpinteiro, mestre seleiro, técnico de indústrias rurais e guardião.

Novos cursos foram criados, o Curso Primário Agrícola e o Curso Agrícola Profissional.

O Curso Primário Agrícola tinha duração de quatro anos e era constituído de duas partes: a primeira, era idêntica ao ensino elementar dos grupos escolares do Estado e a segunda, paralela e simultânea à primeira, compreendia trabalhos práticos de agricultura e pecuária. O programa de estudo das Escolas Rurais compreendia as seguintes disciplinas, que abordavam assuntos e conteúdos práticos, a serem trabalhados em cada período distinto (QUADRO VI).

As Escolas cobravam taxas de matrícula e os interessados matriculavam-se mediante solicitação de vaga ao Diretor da Escola. Exigia-se o encaminhamento por autoridade competente, a comprovação de idade, entre 10 e 14 anos, estado de saúde normal comprovado pelo Departamento de Saúde Pública do Estado, que atestaria a saúde física compatível com a atividade escolar.

Poderiam ser admitidos, gratuitamente, como alunos internos, menores abandonados e órfãos, a juízo do Governo.

O Curso Agrícola Profissional era ministrado em três anos, distribuído e agrupado em oito cadeiras e os critérios de provas e seu julgamento, bem como a atribuição de notas do curso, era o mesmo adotado nos ginásios oficiais. Ao término do curso, o aluno recebia o título de Capataz Rural.

Para o Curso Agrícola Profissional, os candidatos deveriam ter entre 14 e 18 anos de idade, o curso primário, ter freqüentado o último ano do Curso Primário Agrícola e ser encaminhado por uma autoridade competente.

Quadro VI – Programa das escolas primárias rurais

ANO	DISCIPLINA
1º ano	Trabalhos com instrumentos e máquinas agrícolas elementares de acordo com o físico do aluno. Serviço de lavras, destorramento e semeadeiras.
2º ano	Serviço de irrigação de plantações e de aplicação de adubos orgânicos e químicos. Multiplicação de plantas ornamentais. Escrituração agrícola elementar.
3º ano	Plantio e corte de gramados. Enxertos de plantas ornamentais e de árvores frutíferas. Colheita de flores, legumes e frutos. Embalagem, conservação e acondicionamento. Poda de plantas ornamentais e de árvores frutíferas. Multiplicação de plantas ornamentais por meio de sementes, estacas, mergulho e enxertia.
4º ano	Trabalhos práticos especializados sobre: <ul style="list-style-type: none"> - os laticínios; - a apicultura; - a sericultura; - noções de redação e a contabilidade agrícola; - trabalhos em ferro, couro e madeiras nas oficinas; - drenagem e irrigação; - avicultura; - emprego de inseticidas e fungicidas; - zootecnia; - veterinária; - sementeiras e viveiros; - podas; - campos de criação; - conhecimento sobre as raças dos animais, suas doenças mais comuns e o tratamento respectivo; - serviços de culturas em fazendas de criação.

Fonte: Diário Oficial do Estado do Paraná.⁷³

As Escolas de Trabalhadores Rurais poderiam manter ambos os cursos: Curso Primário Agrícola e Curso Agrícola Profissional, ou somente um deles.

A Escola de Operários Rurais “Carlos Cavalcanti” e a Escola de Pescadores “Antonio Serafim Lopes”, juntamente com a Escola de Reforma Canguirí, recolhiam menores abandonados e delinqüentes, pois constituíam

⁷³ PARANÁ. Decreto nº 7.782, de 06 de janeiro de 1939. Aprova o Regulamento das Escolas de Trabalhadores Rurais no Estado. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, [S. l.: s. n.], 06 jan. 1939. p. 1.

Canguirí, recolhiam menores abandonados e delinqüentes, pois constituíam educandários completos, na intenção de instruir com ensino técnico-profissional, para inserir novos homens na sociedade.

Em 1944, funcionavam as seguintes Escolas de Trabalhadores Rurais no Paraná:

Quadro VII – Escolas de Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná

Escola	Localidade	Capacidade
Escola de Trabalhadores Rurais "Campo Comprido"	Curitiba	40 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais "Canguirí"	Curitiba	85 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais "Getúlio Vargas"	Palmeira	100 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais "Rio Negro"	Rio Negro	65 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais "Augusto Ribas"	Ponta Grossa	100 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais "Olegário Macedo"	Castro	110 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais "Faxinal de Catanduvas"	Cândido de Abreu	65 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais "Ivaí"	Ipiranga	65 alunos
Escola de Pescadores "Guaratuba"	Guaratuba/ Pguá	65 alunos
Escola de Pescadores "Antonio Serafim Lopes"	Ilha das Cobras/Pguá	65 alunos
Total de capacidade		760 alunos
Alunos internos		800 alunos

Fonte: Revista Expansão ⁷⁵

"Algumas dessas escolas já se tornaram independentes, estão produzindo em seus campos o suficiente para a sua manutenção e espera-se, dentro em breve, como fôra previsto, assim estarem as demais". ⁷⁶

A análise feita por PILOTTO, sobre as escolas rurais, demonstrou que o objetivo principal dessas escolas, na sua criação e desenvolvimento, não foi atingido.

Lamentavelmente, o plano generoso de Ribas, por várias razões não produziu os resultados que seria de esperar. Foram apenas, tais escolas, na maioria dos casos, um mau abrigo de menores abandonados, com freqüência de menores com desvios de conduta moral, compulsoriamente orientados para uma atividade profissional determinada, que, de comum, não foram seguir quando deixaram a Escola, e educados sem assistência e a técnica pedagógica que o seu caso

⁷⁵ SITTONI, Delmar. *Escolas de Trabalhadores Rurais*. Revista Expansão, Curitiba: Câmara de Propaganda e Expansão Comercial do Paraná, 2º semestre, 1944. p. 17.

⁷⁶ Ibid. p. 17.

particular requeria... A boa vontade de alguns diretores, técnicos e professores, não basta para vencer os erros de plano sobre que se assentam tais escolas.⁷⁷

PILOTTO criticava severamente a subordinação das Escolas à Secretaria de Agricultura. Sugeriu um plano de organização racional de educação para a sua recuperação.

Elas estão erradas, se as considerarmos como obra de assistência social aos menores abandonados; estão erradas se as considerarmos como escolas de recuperação moral; estão erradas se as considerarmos apenas como escolas de educação comum; e estão erradas se as considerarmos como instrumentos de educação ligados aos interesses da produção de cada região e do Estado.⁷⁸

A idéia de preparar trabalhadores por junção da escola primária era rejeitada por Erasmo Pilotto. No estudo sobre a formação dos professores no Paraná, MIGUEL analisa e cita PILOTTO, que buscava na escola primária uma educação geral, permitindo a aquisição mínima de conhecimentos necessários à formação do jovem.

Muitas pessoas têm tido a idéia de dar àquelas crianças uma educação para fazer delas melhores pescadores ou melhores agricultores, etc. Isso está errado. A escola primária comum não pode pensar em fazer do aluno nem pescador, nem agricultor, nem marceneiro, nem qualquer outra coisa assim. A obrigação dela é dar aos seus alunos um certo tanto de Educação Geral.

Ensinar o indivíduo a ler, a gostar de ler, a ler bastante, por exemplo, é Educação Geral; qualquer que seja o que ele venha a ser mais tarde, deve conhecer certos cuidados de higiene, deve ter boa saúde, deve saber algumas contas e saber usá-las na sua vida de todos os dias, deve querer ser útil aos que vivem junto dele, deve conhecer alguma coisa sobre o mundo que o cerca, deve saber de sua Pátria e deve saber uma porção de coisas mais desse tipo, que o

⁷⁷ PILOTTO, Erasmo. *A educação no Paraná*. Rio de Janeiro: CILEM, MEC, INEP, 1954. p. 104.

⁷⁸ *Ibid.*

indivíduo pode aprender enquanto criança. É essa educação geral, essa educação que todos os indivíduos devem ter, qualquer que seja o que eles venham a ser mais tarde, que a escola primária deve procurar dar a todos. Isso e nada mais.⁷⁹

A criação das escolas rurais primárias e a sua trajetória na história, principalmente no que diz respeito à compreensão das suas propostas, expressam que, na sua ação prática, mostrou-se insuficiente para atender a realidade educacional. Além disso, trouxe como conseqüência a falta de uma investigação da realidade social, em relação aos modelos idealizados pelos educadores da Escola Nova, para a definição da função social do ensino primário. As dificuldades que surgiram, tanto na gestão quanto nas tentativas de implementação de estratégias, atestam, sobretudo, a complexidade e diversidade de funcionamento dos processos educacionais.

A escola primária ao ser concebida como escola do trabalho⁸⁰, deveria espelhar no seu ensino, no que diz respeito ao rol de disciplinas, tal caracterização. Para tanto, além de selecionar as matérias a serem ministradas, preocuparam-se em agrupá-las em áreas, cujos títulos expressavam os diferentes aspectos da educação de primeiras letras. Por princípio, todos os estudos partiriam da realidade concreta do aluno, paulatinamente alargando o campo de conhecimentos a regiões mais distantes ou conceitos mais abstratos.

As disciplinas ministradas, ou no dizer da Pedagogia da Escola Nova, vivenciadas em classe, para o ensino primário, seriam as seguintes: geografia, ciências físicas e naturais, linguagem, desenho, trabalhos manuais, aritmética, geometria e história pátria. Assim, produzia-se uma nova proposta de ensino primário, não na sua forma de estruturação dos programas, que foram somente reimpressos, mas na discriminação de como as atividades deveriam ser trabalhadas.

⁷⁹ MIGUEL, Maria Elisabeth. *A pedagogia da escola nova na formação do professor primário paranaense: início, consolidação e expansão do movimento*. São Paulo, 1992. Tese de Doutorado, PUC. p. 146-47.

⁸⁰ AZEVEDO, Fernando. *A socialização da escola*. Boletim de Educação Pública. V.1, n.2, p. 167-84. Abr./jun.1930.

OS PROGRAMAS ESCOLARES

O estudo dos programas escolares, no período entre 1930 e 1945, subsidiou a compreensão de como as escolas paranaenses organizavam sua instrução. Apesar de existirem propostas arrojadas à época sobre novas sistemáticas de ensino, o Paraná permaneceu centrado nos programas elaborados anteriormente à década de 30. Em 1932 e 1940, os programas escolares foram reimpressos, sendo pouco alterados, não demonstrando aprimoramento do ensino primário.

A escola, por ser uma instituição social por excelência, está inserida no ambiente que a cerca, modelando-se de acordo com as características específicas de cada região. A escola é, portanto, um organismo vivo capaz de se adaptar às características sociais e econômicas do ambiente regional que a envolve. Sendo assim, cumpre à escola realizar a formação completa e harmoniosa da criança, procurando desenvolver todas as habilidades nos alunos, transformando-se num órgão de educação integral.

Na década de 20, quando os Pioneiros da Educação buscavam concretizar algumas reformas nos sistemas educacionais no país, não havia uma proposta sistemática de abordagem de questões curriculares. No que se refere à educação elementar, acreditava-se que todas as ciências e as artes,

pudessem ser ensinadas desde que o método apropriado fosse utilizado.¹ Até então, as escolas eram modeladas de acordo com a mentalidade do adulto, desconsiderando os métodos pedagógicos, como eixo do trabalho escolar, negando que a educação possuía finalidades que transcendiam às necessidades básicas do educando. A preocupação da escola deveria ultrapassar sua função de ensinar a *ler*, a *escrever* e a *contar*. A tentativa de rompimento com a escola tradicional surgiu com a preocupação em renovar o currículo, modernizar métodos e estratégias de ensino e avaliação e principalmente pela democratização da sala de aula e da relação professor-aluno.²

O desenvolvimento harmonioso da criança, em consonância com a evolução dos seus interesses instintivos, delineavam as novas tendências educacionais da época. A preocupação com os conteúdos curriculares e os métodos aplicados, passaram a nortear o trabalho educativo. A proposta da Escola Nova, apesar de ser adotada e sua implantação inserida nas reformas de ensino, não teve sua aplicação condizente com a realidade escolar brasileira.

No Paraná, apesar das orientações metodológicas dadas para todos os estabelecimentos públicos no Estado, era difícil que fosse praticada pelos professores, porque esbarrava na formação pedagógica de muitos deles. Para OLIVEIRA³, a realidade estava distante das determinações oficiais, considerando a formação duvidosa dos professores e a nova metodologia passou a ser praticada em escolas que contassem com professores normalistas. “Na verdade, o que garantiria o ensino nas escolas públicas paranaenses, mediante o emprego de eficiente metodologia, seria a formação pedagógica dos professores num curso de Escola Normal bem estruturado”.⁴

A modernização do ensino teve uma grande repercussão social e os grupos escolares passaram a contar com investimentos que incluíam a construção de novos prédios, reformas dos já existentes, equipamentos e

¹ MOREIRA, Antonio. *Currículos e programas no Brasil*. São Paulo: Papirus, 1995. p.85.

² Ibid. p. 91.

³ OLIVEIRA, M^a Cecília. *Ensino primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República*. São Paulo, 1994. Doutorado em Educação, USP. p.205

⁴ Ibid. p.205

principalmente, o encaminhamento de professores normalistas para garantir o padrão do ensino.⁵

Os programas de ensino definiam os objetivos da educação no Estado. O programa básico para a escola primária era definido através da quantidade de matéria fundamental, assimilável pela maioria dos alunos que freqüentavam as escolas. A definição deste programa tinha relação direta com o meio escolar urbano, e, posteriormente, rural; suas condições e sua organização nem sempre privilegiavam o que poderia ser aprendido pelo aluno. Muitas vezes, eram inseridos conteúdos que somente poderiam ser ensinados, que não obrigatoriamente seria da compreensão e assimilação do aluno.

Havia um controle rigoroso sobre o professor quanto sua metodologia de ensino, proibindo inovações na sistemática de trabalho. “§ 10º do Artigo 7º, do programa básico, proibia ao professor qualquer alteração: saltar, inverter e suprimir a ordem da colocação dos pontos das diferentes matérias consignadas no programa oficializado”.⁶

Porém, o programa básico, em cada ano, deveria representar o que as crianças poderiam aprender em um ano letivo de freqüência regular à escola e conteriam, qualitativa e quantitativamente, a matéria necessária, como base da aprendizagem que seria realizada.

Para PILOTTO,

é necessário compreender que um programa escolar não pode ser um meio de registro de matérias a ensinar. É um plano de trabalho, e a função do mestre não pode estar limitada à função elementar da ministração de conhecimentos... Seu fim é dar às crianças, apenas, um mínimo de experiências necessárias a todos os indivíduos, indistintamente. Por isso se diz que a instrução primária é geral e comum.

7

Através da análise dos programas, foi possível perceber que as escolas primárias eram praticamente os primeiros contatos que as crianças tinham, fora do ambiente familiar, com o mundo social. Solicitavam que em todas as

⁵ OLIVEIRA, M^a Cecília. *Ensino primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República*. São Paulo, 1994. Doutorado em Educação, USP. p.211.

⁶ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

atividades realizadas, dentro da escola, a fala fosse estimulada através da expressão dos alunos sobre situações questionadas, para sua desinibição e correção de pronúncia.

No QUADRO VIII, tem-se a amostragem dos conteúdos dos Programas para os Grupos Escolares no Estado, previstos para o 1º ano, decretados em 1932 e, posteriormente, em 1940, sendo, os dos anos seguintes, apresentados nos ANEXOS.

O programa de Linguagem, apresentado, compara as duas propostas existentes no Estado, no período entre 1932 e 1945 (QUADRO VIII). Os programas partiam do princípio que a criança precisava desenvolver habilidades básicas de convivência com o seu meio. É interessante ressaltar que, no programa de leitura, na fase preparatória, o objetivo principal era induzir os alunos a elaborarem sentenças completas sobre algum objetivo ou coisa de maneira a desembaraçar e exteriorizar seus pensamentos. Este processo deveria durar vinte dias, subsidiando a separação do grupo de alunos em três classes, de acordo com o desenvolvimento de cada um. Na classe A, seriam admitidos os menos desenvolvidos; na classe B, os de desenvolvimento médio e na classe C, os de maior atividade.

QUADRO VIII – Programas escolares para o ensino primário⁸

Série	Linguagem Oral	
1º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	a) Exercícios sobre a pronúncia dos nomes, de coisas e objetos. b) Dizer as qualidades que mais se notem nessas mesmas coisas e objetos e utilidades dos mesmos. c) Formação de sentenças sobre a cor, posição, substância, forma e utilidade desses mesmos objetos e de outros já conhecidos. d) Pequenas descrições de coisas e objetos de uso comum à vista dos mesmos. e) Pequenas narrações de fatos instrutivos e morais, feitas pelo professor e reproduzida pelos alunos.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares.⁹

⁷ PILOTTO, Erasmo. *Prática de escola serena*. [S.l.: s. n.]. p. 46.

⁸ Os programas escolares citados referem-se aos aprovados pelos Decretos nº 1874, de 1932, e nº 9592, de 1940. Os regimentos escolares são praticamente iguais, apresentando pequenas alterações que estão citadas no texto. A referência privilegia os dois decretos, para esclarecer que foram aprovados durante o período estudado.

⁹ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

A Cartilha, instrumento alfabetizador, era entregue aos alunos após a leitura de sentenças simples, com facilidade, pelos alunos. A cada novo texto, o professor deveria explicar e ensinar termos desconhecidos e de pronúncia e grafia difíceis.

Os programas de linguagem (ensino da língua portuguesa) eram divididos em quatro categorias:

- a) leitura;
- b) linguagem oral;
- c) linguagem escrita;
- d) caligrafia.

No programa do 1º ano, existia uma grande ênfase à elaboração de sentenças e pronúncia correta das palavras, em todas as fases do programa, dando a entender que os alunos, que iniciavam sua escolarização, apresentavam dificuldades na expressão oral, tanto na elaboração de opinião, quanto nas respostas às perguntas feitas pelo professor.

A linguagem escrita sistematizava o aprendizado oral, sendo trabalhada em exercícios de cópia e ditado, em cadernos normais e em cadernos caligráficos. A apresentação dos trabalhos escritos seguiam critérios de normatização propostos nos programas, como cabeçalhos, identificação pessoal, data e correção dos exercícios.

No 2º ano (QUADRO IX), a leitura e compreensão de textos, em livros adotados pela série, era o ponto principal no programa. Neste período, o aluno deveria, além de interpretar, escrever e compor textos descritivos, reproduzir histórias narradas e escrever pequenas cartas de temas propostos pelo professor. O programa desta série apresentava-se mais complexo que o primeiro em relação à leitura e à produção escrita, tornando o grau de exigência maior. Suponhamos que o aluno tivesse dificuldade de expressar-se e formar opinião sobre assuntos tratados em sala de aula no início do primeiro ano, é difícil compreender como seria possível evoluir tanto de um ano para outro, para que passasse de uma pronúncia correta de palavras soltas para uma reprodução de contos, fatos ou criação de textos. Infelizmente, nada foi encontrado que relatasse o desenvolvimento dos alunos, nas aulas de língua, nas diferentes classes, comprovando essa dificuldade.

QUADRO IX – Programas escolares para o ensino primário.

Série	Linguagem Oral e Leitura	
2º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	<ul style="list-style-type: none"> a) Formação de sentenças em que se empreguem nomes de pessoas, animais e plantas. b) Pequenos exercícios de invenção em que se indiquem as diferentes propriedades de objetos e coisas conhecidas dos alunos. c) Exercícios de explicação de gravuras. d) Reprodução de fatos narrados ou lidos pelo professor relativos à escola, à família, à sociedade, etc. e) Substituição oral dos termos de uma sentença pelos seus sinônimos, antônimos e parônimos. f) Noções sobre o substantivo e sua divisão. g) Noções simples para o conhecimento do gênero e do número dos nomes.
		<ul style="list-style-type: none"> a) Leitura corrente, em livro adotado. b) Exercícios sobre: sentido real e figurado das palavras, antônimo, homônimos e parônimos. c) Exercício de pontuação. d) Leitura e interpretação.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares. ¹⁰

No 3º ano, QUADRO X, a ênfase era dada ao ditado. Todos os procedimentos para a realização dele eram descritos, para evitar possíveis dificuldades de encaminhamento do professor e de compreensão dos alunos. A composição de textos permanecia sendo solicitada.

A interpretação oral de textos lidos, iniciada no 3º ano, era reforçada no 4º ano e a leitura expressiva e declamada de prosa e verso eram estimuladas.

No 4º ano, QUADRO XI, a ênfase dada à gramática era proposta, a nível de produção de texto, através da redação comercial, narração e composição livres.

A proposta do ensino da aritmética sugeria que o mesmo fosse ministrado através de experiências intuitivas e organizadas a partir de atividades concretas. No 1º ano, toda representação dos cardinais solicitava representação e significação exata desses números (QUADRO XII).

QUADRO X – Programas escolares para o ensino primário.

Série	Linguagem Oral	
3º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	a) Revisão dos pontos das letras <i>c</i> , <i>d</i> e <i>f</i> do programa do 2º ano. b) Conhecimento prático das sentenças declarativas, exclamativas, interrogativas, condicionais e imperativas. c) Classificação das palavras, quanto ao número de sílabas e ao acento tônico. d) Estudo mais desenvolvido sobre o substantivo, e noções sobre o adjetivo, pronome e verbo. e) Formação dos graus dos adjetivos e substantivos. f) Mudança do gênero e número do substantivo e adjetivo. g) Conjugação de verbos regulares mais usados, nos tempos simples. h) Exercícios de concordância entre o substantivo, adjetivo, pronome e verbo. (Somente para o Programa de 1932).
	Programa Escolar 1932 e 1940	Linguagem escrita a) Ditado de trechos lidos em aula. b) Ditado de trechos novos. c) Reprodução de contos morais e cívicos, lidos ou narrados pelo professor. d) Descrições de paisagens, previamente observadas, ou explicadas pelo professor. e) Redação de cartas e ofícios. f) Composição sobre temas escolhidos pelo professor. g)

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares. ¹¹

QUADRO XI – Programas escolares para o ensino primário.

Série	Linguagem Oral	
4º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	a) Grupos consonantais e vocálicos. b) Plural dos substantivos terminados em <i>al</i> , <i>el</i> , <i>il</i> , <i>ol</i> , <i>ul</i> , <i>s</i> , <i>z</i> , <i>x</i> e <i>ão</i> . c) Substantivos e suas espécies. d) Adjetivos e suas divisões. e) Pronome: suas espécies e colocação. f) Conjugação de verbos regulares, irregulares e auxiliares nos seus tempos simples e compostos. g) Conjugação de alguns verbos pronominais e defectivos. h) Advérbios e suas espécies. i) Preposição e suas espécies. j) Noções sobre conjunção e interjeição. k) Exercícios de análise gramatical. l) Período simples: sujeito, verbo e predicado. m) Declamação em prosa e verso e pequenos discursos compilados pelos alunos. n) Exercícios de ortografia.
		Linguagem escrita a) Exercícios de ditado. b) Narração de diálogos, fábulas e contos. c) Redação de cartas, recibos, ofícios e requerimentos. d) Composição livre.

Fonte: Regimento Interno do Grupos Escolares. ¹²

¹⁰ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

¹¹ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

¹² Ibid.

QUADRO XII – Programas escolares para o ensino primário.

Série	Aritmética
1º ano	<p>Programa Escolar 1932 e 1940</p> <p>a) Contagem por meio de tomos, palitos, tabuinhas, etc., de 1 a 10. b) Conhecimento concreto dos grupos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10. c) Contagem direta de objetos de 1 em 1, 2 em 2, 3 em 3, etc. até 10. d) Quatro operações de 1 a 10, feitas por meio de tomos, palitos, etc. e) Leitura e escrita dos algarismos de 1 a 10. f) Contagem, por meio de tomos, de 10 a 20. g) Contagem direta de objetos de 2 em 2, 3 em 3, 4 em 4, 5 em 5, etc., até 20. h) As quatro operações de 1 a 20, por meio de tomos. i) Leitura e escrita dos números até 20. j) Conhecimento e aplicação dos sinais +, -, x, : e =. k) Contagem, leitura e escrita dos números de 20 até 100. l) Exercícios sobre as quatro operações até 100. m) Contagem, leitura e escrita de 100 até 1000. n) Exercícios sobre as quatro operações até 1000. o) Conhecimento dos algarismos romanos até XII; ensino das horas. p) Exercícios orais sobre a carta de Parker, inclusive o conhecimento prático de frações ordinárias. q) Numerosos problemas simples e práticos, e exercícios de conformidade com a letra "o", do programa. (Somente para o Programa de 1932).</p>

Fonte: Regimento Interno do Grupos Escolares.¹³

O ensino da matemática se iniciava na compreensão dos algarismos até 10. A continuidade do programa aprofundava o estudo de maneira rápida e complexa. Para o 1º ano, o volume de conteúdos propostos era grande e com um grau de dificuldade além da capacidade da faixa etária¹⁴. A geometria complementava o ensino da matemática e também propunha conteúdos como a identificação dos sólidos, pirâmides, esferas e cilindros, no primeiro ano escolar. Atualmente, o ensino da geometria, devido a sua complexidade, é trabalhado a partir da 5ª série. Percebe-se que o ensino de geometria e desenho complementavam o programa, mas não tinha fim específico, visto que havia poucas indicações de procedimentos a serem trabalhados, como aparecia nas demais disciplinas (QUADRO XIV).

QUADRO XIII – Programas escolares para o ensino primário.

¹³ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

Série	Geometria	
1º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	<ul style="list-style-type: none"> a) Ângulos b) Triângulos, quadriláteros. c) Cubos, paralelepípedos. d) Pirâmides, cilindros. e) Esferas e hemisférios. f)
2º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	<ul style="list-style-type: none"> a) Revisão do programa do 1º ano. b) Ponto, linha. c) Estudo da linha reta, horizontal, vertical, perpendicular, inclinada, oblíqua, paralela, quebradas, convergentes e divergentes. d) Linhas curvas e mistas. e) Ângulos e suas espécies. f) Triângulos quanto aos lados e ângulos.
3º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	<ul style="list-style-type: none"> a) Revisão da matéria das letras <i>a</i> e <i>e</i> do programa do 2º ano. b) Traçado de linhas, ângulos e triângulos com auxílio de instrumentos. c) Estudo dos quadriláteros. d) Divisão de uma reta em partes iguais. e) Conhecimento prático e traçado de circunferência, raio, diâmetro, arco, corda, flecha, tangente e secante. f) Conhecimento prático e traçado de círculo, semi-círculo, setor, zona, segmento e coroa.
4º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	<ul style="list-style-type: none"> a) Recapitulação dos pontos <i>c</i>, <i>d</i>, <i>e</i> e <i>f</i> do programa do 3º ano. b) Conhecimento prático dos polígonos. c) Inscrição dos polígonos. d) Avaliação das áreas dos triângulos e quadriláteros. e) Determinação da área dos polígonos regulares e irregulares. f) Relação entre o diâmetro e circunferência – valor do Pi. g) Questões práticas sobre o volume de alguns sólidos geométricos.

Fonte: Regimento Interno do Grupos Escolares.¹⁵

QUADRO XIII – Programas escolares para o ensino primário.

Série	Aritmética	
3º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	<ul style="list-style-type: none"> a) Estudo completo da numeração romana. b) Estudo prático e completo das quatro operações sobre frações decimais. c) Números primos e múltiplos. d) Caracteres de divisibilidade. e) Decomposição de um número em seus fatores primos. f) Máximo divisor comum. g) Mínimo divisor comum. h) Sistema métrico: metro, litro e grama, seus múltiplos e sub-múltiplos. i) Problemas e exercícios sobre a matéria dada.

¹⁵ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

4º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	<ul style="list-style-type: none"> a) Recapitulação das letras <i>c, d, f, g</i> e <i>h</i> do programa do 3º ano. b) Estudo completo das quatro operações sobre frações ordinárias. c) Redução de frações ordinárias em decimais e vice-versa. d) Dízimas periódicas simples e compostas. e) Sistema métrico: medidas de superfície e volume, seus múltiplos e sub-múltiplos; sistema monetário. Problemas e exercícios. f) Conhecimento elementar sobre razão e proporção. g) Regra de três simples e composta. h) Juros simples. i) Noções gerais sobre o câmbio.
--------	---------------------------------	---

Fonte: Regimento Interno do Grupos Escolares.¹⁶

A partir do 3º ano, devido a complexidade dos assuntos, o programa de aritmética indicava a separação das aulas em duas partes: uma para as explicações teóricas e exercícios orais e a outra, para os cálculos escritos e resolução de problemas. Era solicitado também, que os alunos fizessem diariamente exercícios em casa (QUADRO XIII).

A principal recomendação no 4º ano, (QUADRO XIII), era tornar prático e útil o ensino da aritmética, baseado essencialmente em atividades concretas e experimentais, para subsidiar a prática cotidiana fora da escola.

O volume de conteúdos de aritmética e geometria propostos era grande e estes estavam desvinculados da realidade dos alunos, pelo seu grau de dificuldade e, com frequência, era sugerido nos anos posteriores a sua aparição.¹⁷

A partir da análise dos programas de Educação Moral e Cívica (QUADRO XV), percebe-se a preocupação com a formação nas crianças da compreensão e da necessidade de seu ajustamento e interação social, hábitos de cooperação e responsabilidade.

Através da proposta de conteúdos, a intenção da escola primária era desenvolver a socialização da criança, através de um processo gradativo de ensino, em busca da aprendizagem social, para assumir o modo de viver do seu grupo e responder pelos seus deveres. Essas normas de convivência social, puderam ser observadas nos itens *a* e *b* do QUADRO XX e nos itens *b*, *c*, *d* e *g* do QUADRO XVII, referente ao 1º ano, no qual a compreensão histórica e geográfica fundamentam, através do conhecimento das condições

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Os programas previam o ensino dos mesmos conteúdos nas séries seguintes, sendo comum aparecer: Revisão dos itens *a*, *b*, *c* e *d* do programa do 2º ano, no programa do 3º ano, por exemplo.

de vida no passado e presente, a necessidade de colaboração e responsabilidade dos indivíduos em relação à comunidade.

QUADRO XV – Programas escolares para o ensino primário.

Série	Educação Moral e Cívica	
1º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	a) Como a criança deve se conduzir em casa, na escola, na rua e outros lugares. b) Respeito aos pais, parentes, pessoas mais velhas e autoridades. c) Como deve tratar aos colegas, aos empregados domésticos e aos defeituosos. d) Respeito à propriedade alheia, aos edifícios, monumentos, arborização e jardins públicos; não riscar e nem escrever nas paredes. e) Bondade no trato de animais. f) O que significam a nossa bandeira, hino e escudo. g) Máximas e legendas cívicas. Declamação de poesias.
2º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	a) Revisão da matéria contida nas letras e e f do programa do 1º ano. b) Palestra sobre os deveres para com os pais, parentes, professores, colegas, etc. c) Conselhos sobre a linguagem usada em qualquer parte, reprovando-se termos indecorosos e ofensivos à moral. d) Conselhos sobre as companhias que se devem procurar. e) A teimosia e o espírito de contradição. f) A mentira, a deslealdade, a maledicência e os boatos. g) Solidariedade. Espírito de coleguismo. Delação. h) Poderes constituídos do Município. i) A bandeira. Significação de suas cores e de seu dístico. j) Declamação de poesias morais e cívicas.

Fonte: Regimento Interno do Grupos Escolares.¹⁸

Havia também, nos capítulos referente às obrigações do professor, a necessidade de organizar festas, eventos e desfiles comemorativos, previstos no Regimento Interno e que complementavam as atividades escolares.¹⁹ Para OLIVEIRA,

essas comemorações foram previstas como atividades curriculares e tiveram grande importância devido à oportunidade dada aos alunos, para mostrarem às famílias o seu desempenho escolar. Isso tudo, se por um lado atendeu às exigências curriculares, sob a influência das idéias nacionalistas, por outro repercutiu favoravelmente no conceito que ia se firmando na sociedade em relação ao trabalho desenvolvido pelos

¹⁸ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.]

¹⁹ Ibid.

professores e à organização das escolas e grupos escolares.²⁰

QUADRO XVI – Programas escolares para o ensino primário.

Série	História Pátria	
1º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	a) Palestras sobre o lugar do nascimento dos alunos, de seus pais, irmãos e parentes. b) O lar, o grupo, a cidade, a vila ou o bairro onde se acha o aluno. c) O nome do município, do estado e do país. d) Quem dirige os destinos do município, do estado e do país. e) Nomes dos principais vultos da nossa história e seus feitos em prol da grandeza do Brasil.

Fonte: Regimento Interno do Grupos Escolares.²¹

QUADRO XVII – Programas escolares para o ensino primário.

Série	Geografia	
1º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	a) Conhecimento da sala e do edifício escolar. Localização. Traçado do mapa pelo professor. b) Circunvizinhanças do prédio escolar. Traçado do mapa pelo professor. c) Conhecimento da cidade, ruas, praças, edifícios e monumentos principais. Localização. d) Conhecimento prático dos pontos cardeais: exercícios de orientação pelo Sol. Sua aplicação relativamente à cidade, ruas, praças, etc. e) Conhecimento prático da medida do tempo: dia, semana, mês e ano; as quatro estações, sua duração e seus principais características. f) Conhecimento das denominações dadas às terras e às águas; termos e acidentes geográficos: mapa de iniciação geográfica.

Fonte: Regimento Interno do Grupos Escolares.²²

O ensino de Ciências Físicas e Naturais e Higiene, (QUADRO XVIII) agrupavam conteúdos, a princípio, de fácil compreensão e assimilação pelo aluno, porque partiam da realidade e curiosidade dele, incluindo seus próprios hábitos e conhecimentos do meio em que vivia.

Essas disciplinas assumiram, na escola primária, grande importância por tornarem-se informativa, dando condições de proporcionar conhecimentos úteis aos alunos no seu dia-a-dia.

O programa indicava a observação e a experimentação como as orientações metodológicas mais adequadas para a aprendizagem. A

²⁰ OLIVEIRA, M^a Cecília. *Ensino primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República*. São Paulo, 1994. Doutorado em Educação, USP. p. 196.

²¹ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

²² PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

observação deveria ser estimulada mediante perguntas feitas pelo professor, como meio de auxiliar na formação do conceito científico. A experimentação concluiria o processo.

Os procedimentos metodológicos adotados para o ensino das Ciências Naturais seguiram a tendência positivista. Para GADOTTI,

a expressão do positivismo no Brasil inspirou a Velha República e o golpe militar de 1964. Segundo essa ideologia da ordem, o país não seria mais governado pelas paixões políticas, mas pela racionalidade dos cientistas desinteressados e eficientes: os tecnocratas. A introdução das ciências no currículo escolar ocorreu muito vagarosamente, resistindo à dominação da filosofia, da teologia e das línguas clássicas.²³

O pensamento positivista subsidiou o processo pedagógico e a formação do educador no Brasil, sendo inegável sua contribuição ao estudo científico da educação. Da mesma forma, a tendência científica do positivismo influenciou a elaboração dos programas e dos processos metodológicos da disciplina de Ciências Naturais.

QUADRO XXVIII – Programas escolares para o ensino primário.

Série	Ciências Naturais	
1º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	a) Palestras sobre alguns produtos vegetais: farinha de trigo, feijão, arroz, milho, mandioca, cana de açúcar, batatas, legumes, café, mate, etc. b) Palestras sobre animais de pena, de pêlo e de escamas; animais que andam, que voam, que nadam e que rastejam. c) Linguagem oral sobre animais úteis e animais nocivos. d) Conhecimento prático dos principais metais: ouro, prata, ferro, chumbo, etc. e) Conhecimento e distinção das cores. f) Distinção entre os três reinos da natureza. g) Ensino prático das partes exteriores do corpo humano. h) Estudo prático das partes exteriores da planta. i) Pequenas noções sobre os três estados dos corpos.
2º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	a) Recapitulação da matéria dada nas letras <i>f, g, h e i</i> do programa do 1º ano. b) Primeiras observações sobre animais vertebrados e invertebrados. c) Animais úteis e nocivos à agricultura. Meios de defesa. d) Animais úteis e nocivos ao homem. Meios de defesa e) Animais domésticos. f) Estudo e cultura de vegetais; erva mate, café, algodão, trigo, arroz, feijão, etc. g) Estudo dos instrumentos mais usados em agricultura. h) Noções sobre o estado dos corpos

Fonte: Regimento Interno do Grupos Escolares.²⁴

²³ GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. São Paulo: Ática, 1996. p. 110.

²⁴ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

Os Trabalhos Manuais, Música e Desenho complementavam o programa. Porém, poucos comentários foram realizados, sendo difícil conhecer seus procedimentos metodológicos e sua importância na aprendizagem na escola primária. Para MIGUEL, através do Trabalho Manual, “o aluno deveria aprender a pensar e agir, preparando-se para o trabalho – não para um trabalho específico, mas para uma atividade produtiva”.²⁵

Ao contrário do proposto nos programas, PILOTTO valorizava o ensino dessas matérias, por desenvolver as forças de criação do espírito infantil, aliado às técnicas específicas, contribuindo para a formação geral do educando. Sugeria também, que cada escola deveria ter uma sala especial para cada uma das aulas, possibilitando em ambiente agradável e produtivo.²⁶

Os Trabalhos Manuais contavam com atividades específicas para o sexo feminino (QUADRO XIX).

QUADRO XIX – Programas escolares para o ensino primário.

Série	Trabalhos Manuais	
1º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	a) Cortar papel e papelão para confecção de envelopes, sacos de papel, chapéus, cestos, caixas, barcos, bandeirinhas, casas, etc. b) Tecidos de tiras de papel e papelão em cores, c) Nós, laçadas e pequenos trabalhos em barbante. d) Cortar em papel de cores as diversas partes que constituem a bandeira nacional e, em seguida, compô-la. e) Recortes de revistas. Acresce para a seção feminina: f) Alinhavos em cartão, a vista do modelo. g) Pontos fáceis de agulha com linha grossa e de cores. h) Pontos de alinhavo, de haste, pesponto, bainhas e pontos de marca em aniagem. i) Croché simples: estudo da malha.
2º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	a) Pequenos trabalhos em barbante. b) Trabalhos em madeira com serninha. c) Modelagem em barro de objetos, frutas, etc. Acresce para a seção feminina: d) Recapitulação da matéria dada nas letras <i>f</i> , <i>g</i> , <i>h</i> e <i>i</i> do programa do 1º ano. e) Pontos de remate fechados e abertos; modo de franzir; franzido simples. f) Ponto russo com aplicação em peças simples de vestuário.

²⁵ MIGUEL, M^a Elisabeth. *A formação do professor e a organização social do trabalho*. Curitiba: Ed. Da UFPR, 1997. p. 48.

²⁶ PILOTTO, Erasmo. *A escola serena*. p. 66 – 69 – 71.

3º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	a) Estudo completo do programa do 2º ano. Acresce para a seção feminina: b) Cerzaduras, bainhas e pregas. c) Remendos diversos, caseados, pregar botões, fitas e colchetes. d) Pontos de ornamento, letras e nomes. e) Outros trabalhos a juízo da professora poderão ser dados, depois de executado o presente programa.
4º ano	Programa Escolar 1932 e 1940	a) Trabalhos de modelagem. b) Trabalhos em madeira, com serrinha. c) Confecção de mapas geográficos em relevo. Acresce para a seção feminina: d) Recapitulação das letras c e d do programa do 3º ano. e) Bordados em branco e seda. f) Trabalhos em lã, tricô e filé.

Fonte: Regimento Interno do Grupos Escolares. ²⁷

A prática da educação física é citada em um programa especial, porém, nada foi encontrado que definisse a função desta disciplina nas propostas curriculares.

A repercussão dos programas escolares no meio social é desconhecida. Porém,

a função da escola primária era explícita: dar aos alunos o mínimo de conhecimentos úteis, além de ensiná-los a ler e escrever e, através do hábito de leitura, formar-lhes os hábitos *morais e mentais* que, ao lado da *educação concreta e útil, veiculizada pelos trabalhos manuais*, condizissem ao bem estar e coletivo. ²⁸

Para uma investigação aprofundada sobre os conteúdos obtidos pelos programas escolares, torna-se relevante a análise detalhada dos dados relativos aos resultados obtidos pelos professores. Esses dados, contudo, não foram encontrados e a análise dos programas foi realizada somente a partir da proposta de governo. E, afinal, fica difícil uma análise unilateral, visto que o importante é o que o aluno pode aprender e não somente o que gostaríamos que ele aprendesse.

²⁷ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

²⁸ MIGUEL, M^a Elisabeth. *A formação do professor e a organização social do trabalho*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997. p. 48.

VI

OS ALUNOS FREQUENTAVAM À ESCOLA?

A década de 30, no Brasil, teve como um dos marcos um significativo movimento de renovação educacional na tentativa de democratizar as relações entre o Estado e a sociedade civil. Nesse contexto, as propostas educacionais, traçadas pelos planos governamentais, elegeram a democratização da educação na ampliação das oportunidades de acesso à escola pública, como os seus eixos básicos. No Paraná, as propostas educacionais formuladas apresentaram-se em sintonia com a realidade política.¹

Neste capítulo, empreende-se uma discussão sobre a situação educacional no Estado, no período de 1930 a 1945, no que se refere à ampliação das oportunidades educacionais, buscando estabelecer os eixos entre a realidade específica do Estado e aquela verificada na sistematização das informações sobre as variáveis encontradas, objetivando visualizar como elas rebatem a realidade educacional do Estado no período citado.²

Os planos educacionais, formulados no governo Ribas, partiram da reorganização político-administrativa para a estabilização do ensino no Estado.³ A expansão do ensino demonstra o crescimento pela procura da

¹ A realidade política do Estado estava na década de 30 confusa e desorganizada administrativamente, por essa razão, apresenta-se a escola como uma consequência do contexto estadual.

² No início dos anos 30, as estatísticas educacionais passaram a ser pesquisadas e catalogadas e havia, a princípio, por parte das escolas, uma série de dificuldades para o preenchimento dos formulários relativos a educação no Paraná, comprometendo a fidelidade dos dados.

³ Os dados estatísticos encontrados em Relatórios, Mensagens e publicações do I.B.G.E., diferem entre si, quanto aos números absolutos, comprometendo, de certa forma, a qualidade das informações apresentadas.

escola e das oportunidades educacionais a partir da década de 30. Os dados demonstram uma expansão significativa do ensino após a década de 30. De acordo com ROMANELLI, em 1920, 90% da população escolarizável, no país, não freqüentava a escola e, em 1945, essa taxa caiu para 24%, aproximadamente. ⁴

No Paraná, a análise estatística foi realizada de 1932 a 1941, a partir de uma publicação do Governo do Estado sobre o movimento educacional no decênio. As publicações do I.B.G.E., específicas do Estado, mantiveram dados até o ano de 1937. Depois deste período, algumas informações isoladas foram encontradas nas publicações nacionais, não revelando subsídios necessários para uma análise mais sistemática. As informações nacionais contam com dados simplificados, não especificando, por exemplo, o número de professores normalistas e não normalistas no Estado. Quanto à população escolarizável, também não foi possível citá-la, porque os censos realizados no país, próximos às datas pesquisadas, referem-se aos anos de 1920 e 1950.

A ampliação das vagas no ensino primário demonstrava-se insuficiente para a demanda, principalmente na zona rural, e, diante dessa realidade, o governo estadual propôs a expansão do ensino fundamental. A construção, ampliação, restauração e subvenção de equipamentos para as unidades escolares foram consideradas como condições básicas para a ampliação da oferta e melhoria das condições de ensino.

Entre 1932 e 1941, pode-se observar que o número de matrículas gerais, o de unidades escolares e o do corpo docente praticamente dobraram.

O efetivo da matrícula escolar demonstrava o aumento da procura efetiva de educação, tanto na zona urbana, como na zona rural, sendo pouco expressiva entre essas duas zonas, a taxa de escolarização na zona rural.

De acordo com ROMANELLI,

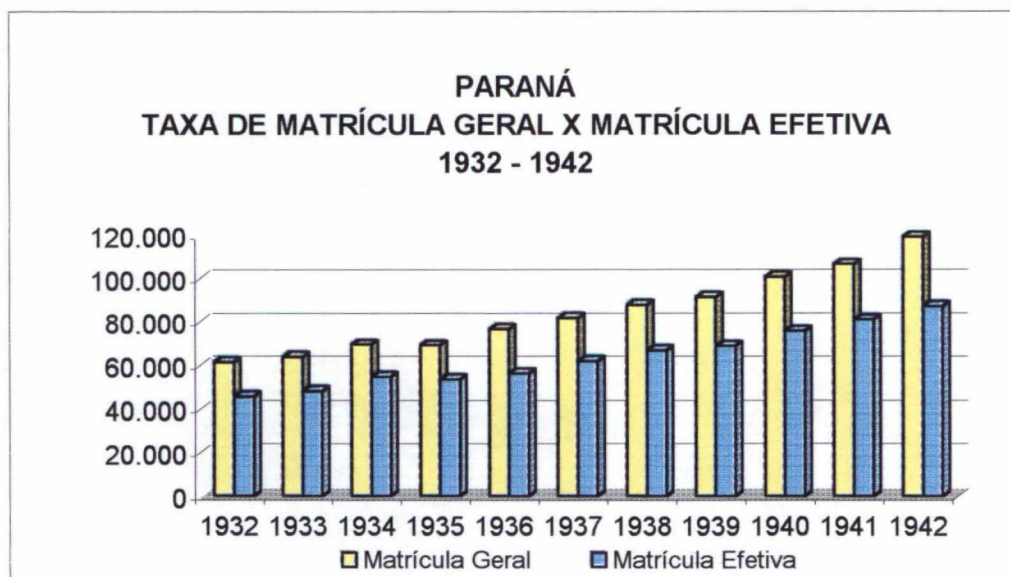
a contar da década de 30 e, sobretudo, da de 40, é essa uma ocorrência evidente. Antes, enquanto predominou uma sociedade de tipo agrário e semifeudal, nas relações de produção, a demanda efetiva de educação permaneceu sempre muito inferior à demanda potencial. No momento em que se acentuaram as mudanças sócio-econômico-políticas,

⁴ ROMANELLI, Otaíza. *História da educação brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 64.

em favor de um capitalismo industrial, essa procura tendeu a crescer.⁵

No que se refere ao acesso e à permanência, na análise dos documentos oficiais do período, pode-se afirmar que, em ambos os casos, estavam explícitas as intenções de universalizar a educação primária para a população na faixa etária dos sete aos catorze anos. No entanto, cabe ressaltar que a ampliação de vagas, principal preocupação do governo, não significou qualidade do ensino. O realce dado à questão da quantidade, apresentado em 1940⁶, gerava um elemento novo: a ampliação da oferta de vagas estava dissociada da busca pela melhoria da qualidade do ensino.

GRÁFICO 1



Fonte: O ensino no Estado do Paraná no decênio 1932 a 1941⁷

O aumento de matrículas no sistema de ensino pode ser visualizado no GRÁFICO 1. Os dados indicam que, nesse período, a taxa de ampliação do número de vagas no sistema de ensino situa-se acima da taxa de matrícula efetiva. Enquanto as matrículas aumentaram 51%, a frequência média dos

⁵ ROMANELLI, Otaíza. *História da educação*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 79.

⁶ O tom otimista do relatório, de 1940-1941, demonstrou que a ampliação do número de vagas para o ensino primário, praticamente havia dobrado em relação ao início do Governo Ribas.

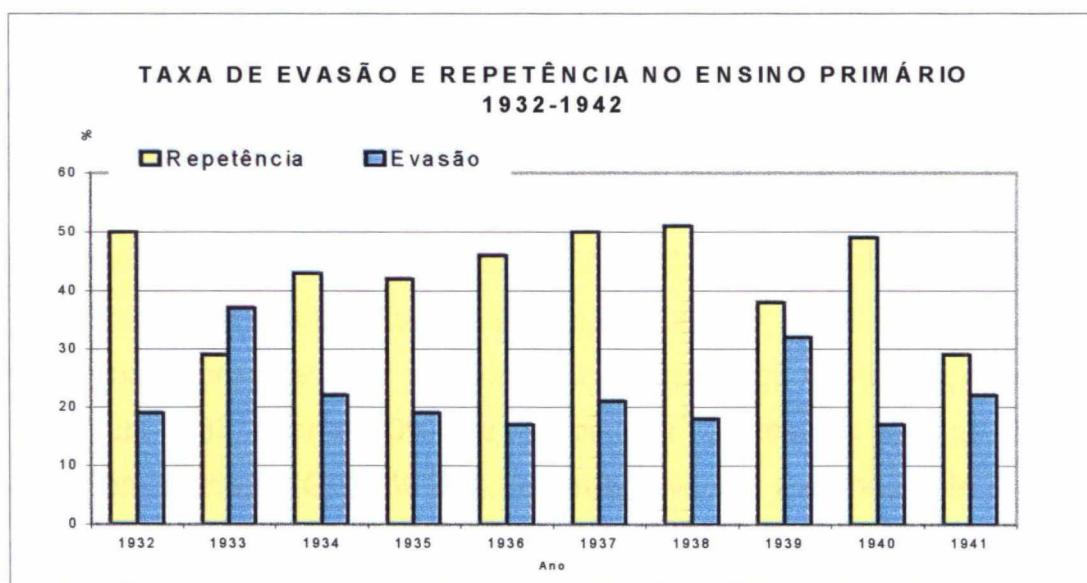
⁷ PARANÁ. O ensino no Estado do Paraná no decênio 1932 a 1941. Secretaria do Interior e Justiça. Curitiba, 1942.

alunos que permaneceram nas escolas, 53%, esteve abaixo das intenções do Governo.⁸

A evasão escolar era nítida na análise do GRÁFICO 2. Se considerarmos as matrículas gerais como sendo as matrículas efetivadas no início de cada ano letivo e as matrículas efetivas aquelas que os alunos processaram com a freqüência inicial às aulas, os dados eram críticos. E, em relação às matrículas efetivas e às médias de freqüência, as escolas primárias paranaenses demonstravam grande vulnerabilidade. Em média, 74% da matrícula efetiva iniciava o ano letivo e apenas 50% dos alunos permaneciam até o final de cada ano letivo na escola.

Se os dados sobre evasão expressam uma realidade na qual o sistema de ensino mostrava-se incapaz de manter, no seu interior, uma considerável parte da população que a ela tem acesso, as informações sobre repetência foram ainda mais reveladoras da dificuldade que a escola tinha para lidar com as crianças que nela permaneciam, como se observa nos GRÁFICOS 3, 4, 5 e 6.

GRÁFICO 2

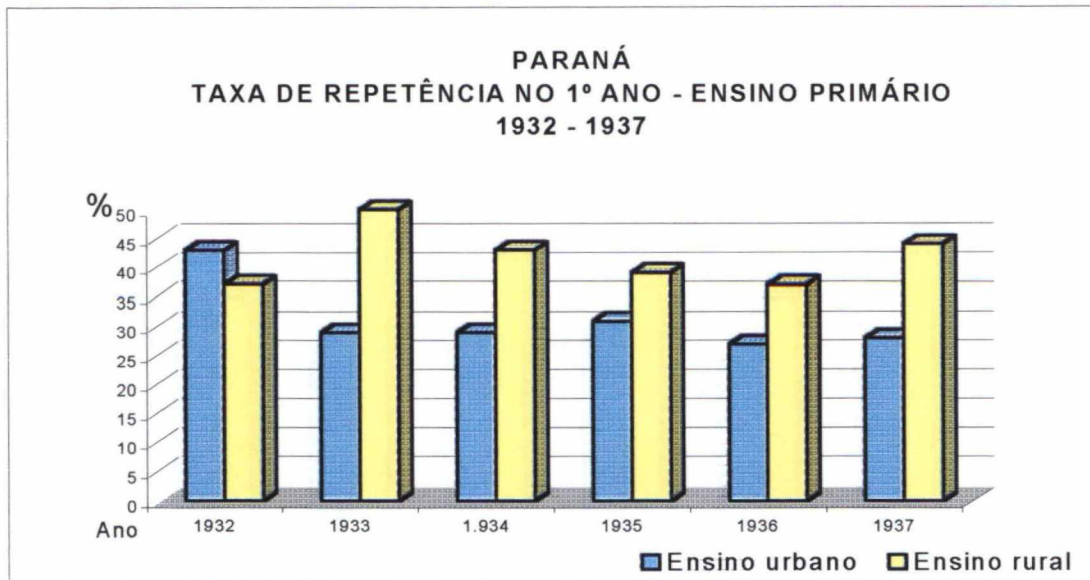


Fonte: O ensino no Estado do Paraná no decênio 1932 a 1941⁹

⁸ PARANÁ. O ensino no Estado do Paraná no decênio 1932 a 1941. Secretaria do Interior e Justiça. Curitiba, 1942.

⁹ Ibid.

GRÁFICO 3



Fonte: I.B.G.E. ¹⁰

O índice de repetência não diminuiu no período entre 1932 e 1937, no 1º e 2º anos do ensino primário. Ao contrário, a escola mostrou-se incapaz de ofertar classes eficientes, tornando o fracasso escolar significativo para o ensino no Estado. As escolas rurais apresentavam taxas mais alarmantes de repetência, endossando a crítica feita por PILOTTO e citada no Capítulo III, que as escolas primárias rurais perderam sua função social no decorrer do governo Ribas.

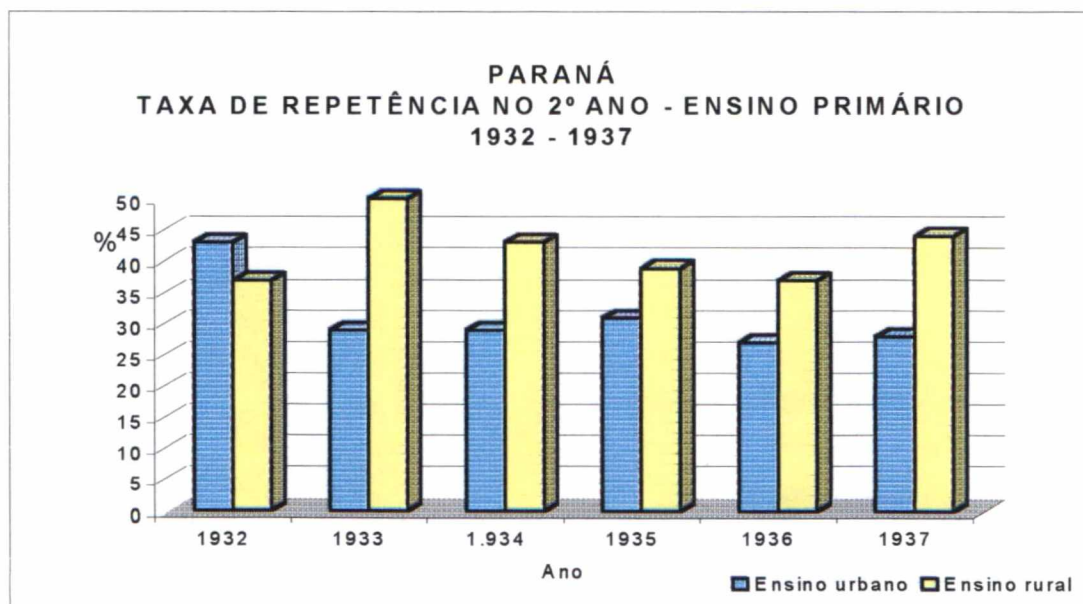
A taxa de repetência influenciava diretamente a permanência dos alunos na escola e, nos 3º e 4º anos (GRÁFICO 7), o índice de reprovação permanecia significativo, se analisarmos que a maioria dos alunos eram excluídos do processo, por não conseguirem aprovação para a série seguinte.

Em 1933, apenas 30% dos alunos matriculados nas escolas rurais, que cursavam o 4º ano (GRÁFICO 6), foram aprovados, tornando este ano o mais crítico em reprovação dos anos pesquisados.

Atribuir exclusivamente a fatores internos o fracasso das crianças que, mesmo tendo acesso à escola, não conseguiam seguir regularmente o fluxo

¹⁰ PARANÁ. Sinopse Estatística do Estado. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Curitiba, 1939 – 1942. nº 3, 4.

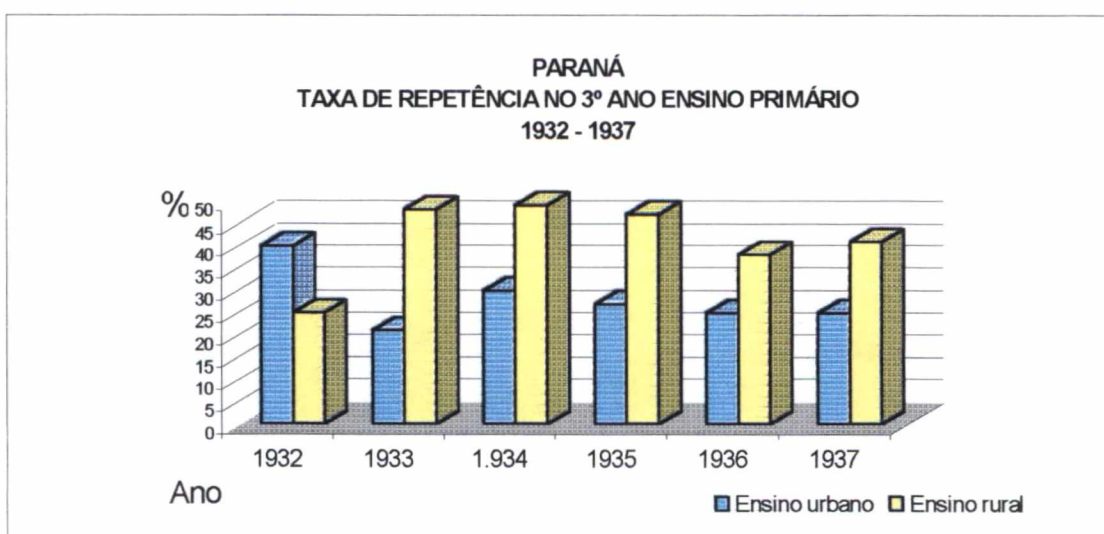
GRÁFICO 4



Fonte: I.B.G.E. ¹¹

escolar, é tão equivocado quanto creditá-lo unicamente a fatores de ordem social. Não resta dúvida de que existiam enormes barreiras pedagógicas e administrativas que contribuíram para a seletividade da escola, porém, os

GRÁFICO 5

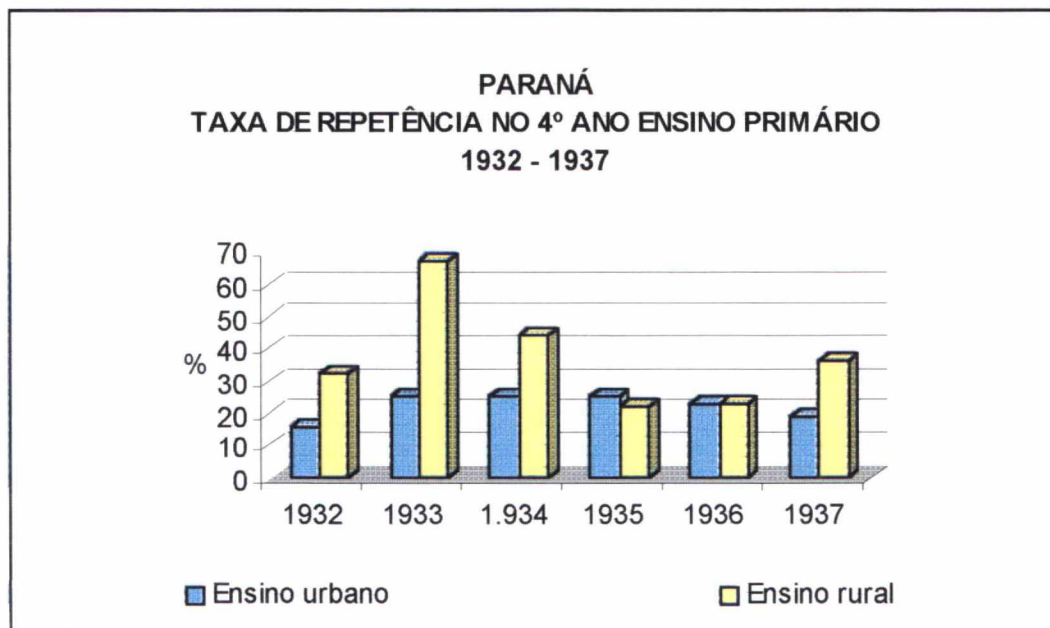


Fonte: IBGE ¹²

¹¹ PARANÁ. Sinopse Estatística do Estado. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Curitiba, 1939 - 1942. nº 3, 4.

¹² Ibid.

GRÁFICO 6



Fonte: I.B.G.E.¹³

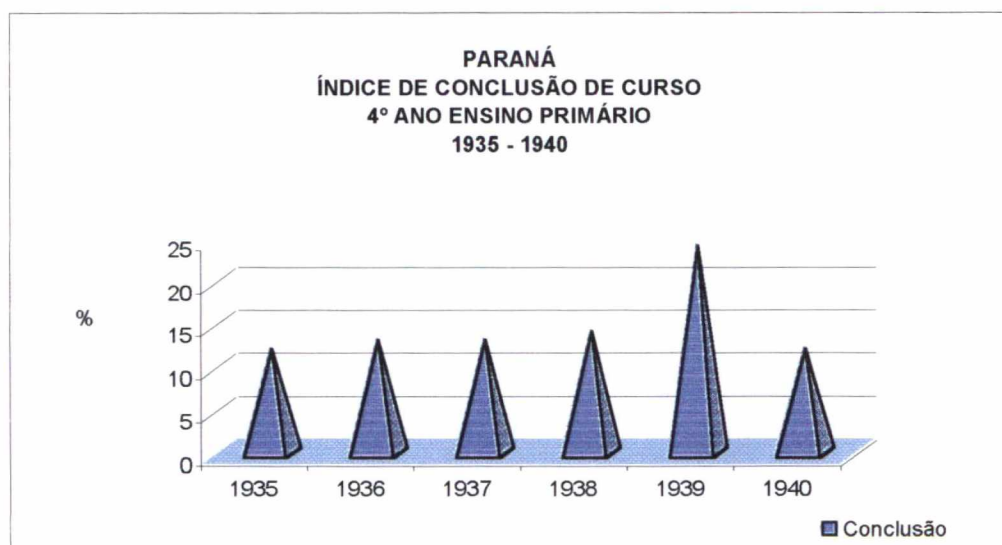
fatores de ordem social tinham um peso considerável. Todas as estatísticas hoje disponíveis indicam que o fracasso escolar concentrava-se preferencialmente nas regiões onde havia escolas rurais.

A seletividade do sistema de ensino estava associada tanto a fatores de ordem social quanto a fatores que se situavam no âmbito educacional. No Paraná, o índice de conclusão de curso, no 4º ano primário, era assustador. Para os alunos que ingressavam no 1º ano, em média, 15% concluiria o 4º ano, no período normal de quatro anos.

A qualificação do professor, variável importante para a edificação da qualidade do ensino, apesar de ter apresentado uma melhoria durante a década de 30, permaneceu ainda deficitária. No Paraná, no período de 1932 a 1942, houve um crescimento de 42% do número de professores normalistas. As informações sugerem que vinha ocorrendo uma melhoria na formação do quadro docente que atuava na escola primária. Sugerem, igualmente, que essa

¹³ PARANÁ. Sinopse Estatística do Estado. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Curitiba, 1939 - 1942. nº 3, 4.

GRÁFICO 7



Fonte: IBGE ¹⁴

melhoria vinha se verificando de forma muito lenta e que, no final da década de 40, havia ainda um índice muito elevado de professores leigos (GRÁFICO 7).

MIGUEL, argumentava que

a insuficiente formação do professor também é apontada como uma das causas da evasão e repetência, pois, enquanto não dá conta de ensinar, o professor colabora para que o aluno não domine os conteúdos necessários à concorrência do mercado de trabalho e à participação da sociedade como cidadão. Além de contribuir para a repetência, acaba colaborando também para a evasão. ¹⁵

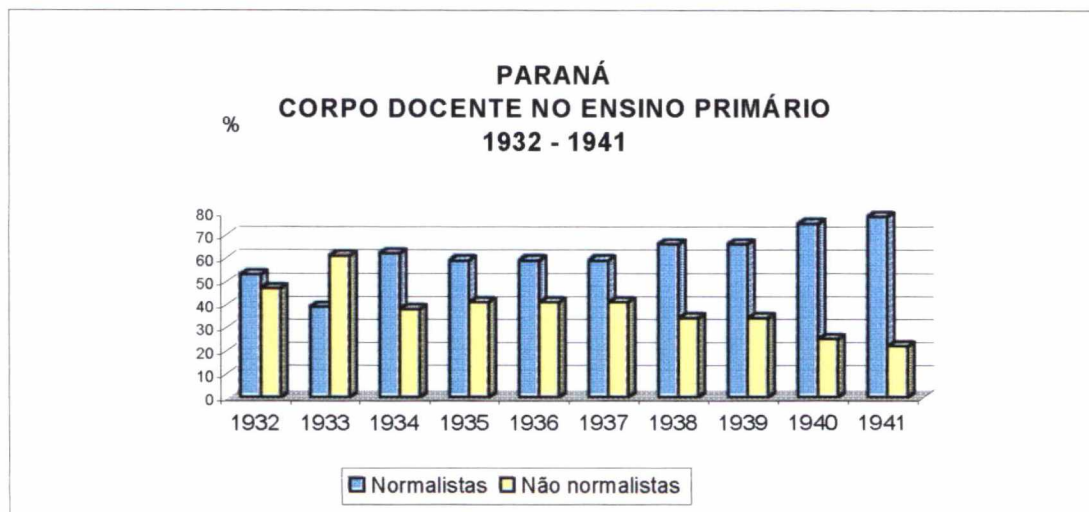
A freqüência regular dos alunos também é condição básica para a eficiência escolar. Alguns fatores, derivados das condições econômicas e sociais do meio, na época, poderiam ter contribuído para dificultar e, às vezes, impedir a freqüência regular dos alunos, tais como: doenças, distância da

¹⁴ PARANÁ. Sinopse Estatística do Estado. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Curitiba, 1939 – 1942. nº 3, 4.

¹⁵ MIGUEL, M^a Elisabeth. *A formação do professor e a organização social do trabalho*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997. p. 9-10.

escola, alunos trabalhadores e incapacidade dos pais dos alunos faltosos de perceber a função social da escola.

GRÁFICO 8



Fonte: O ensino no Estado do Paraná no decênio 1932 a 1941¹⁶

As condições de trabalho, na maioria das escolas, eram precárias, tanto pelas condições físicas, como pela ausência de materiais didáticos necessários para o desenvolvimento adequado das atividades pedagógicas.

No que se refere às condições de trabalho dos docentes, as informações revelaram uma realidade recortada por algumas dificuldades. As escolas primárias apresentavam-se deficitárias em vários aspectos: 1,5% possuíam bibliotecas; 0,8% contavam com museus; 1,3% tinham a prática de educação física; 3,7% mantinham as caixas escolares ativas; 0,3% participavam de organizações escoteiras. Esse não era um quadro comum a todas as escolas públicas, porém era a situação dominante, principalmente naquelas situadas na zona rural e nas periferias urbanas.¹⁷

No início da década de 40, a educação proposta na Constituição de 34 não se viabilizara: escolaridade básica e universal, obrigatória e gratuita. A universalização da educação implicaria, além do aumento de vagas, na redução de taxas de abandono e repetência, com a criação de mecanismos

¹⁶ PARANÁ. O ensino no Estado do Paraná no decênio 1932 a 1941. Secretaria do Interior e Justiça. Curitiba, 1942.

¹⁷ Os quadros estatísticos específicos da Capital e das principais cidades revelam a afirmativa.

capazes de reter o aluno na escola, fazendo-o seguir regularmente o fluxo de sua escolaridade.

Os argumentos, até agora esboçados, evidenciam a incapacidade do Estado para ofertar um ensino fundamental quantitativa e qualitativamente suficiente para atender às demandas da população em idade escolar. Ao contrário, eles evidenciam uma debilidade nas ações políticas dos governantes para transformar em práticas concretas as proposições formuladas nos programas de ensino.

CONCLUSÕES

A ampliação do processo de democratização das oportunidades educacionais, no Brasil, é enormemente dificultada pelas desigualdades sociais. No Paraná, não aconteceu diferente. A realidade social ofereceu dificuldades quase intransponíveis para a sua concretização. Essa talvez tenha sido uma das principais causas para que o discurso avançado da democratização do ensino, contido e incorporado aos planos educacionais do governo do Paraná na década de 30, não produzisse na prática resultados muito efetivos.

Ficou evidente que a possibilidade de acesso ao ensino primário, foi restrita em razão da fragilidade da dimensão econômica e do sistema de governo vigente no período. O fato é que o Estado mostrou-se incapacitado de ofertar um ensino primário qualitativo e quantitativamente suficiente para atender às demandas da população em idade escolar. As ações políticas dos governantes não concretizaram as proposições formuladas nos planos educacionais. Na verdade, não havia planos sistemáticos para atender às necessidades da educação no Estado. O que ocorreu foram soluções isoladas e imediatistas, que tentavam diminuir as dificuldades do ensino primário.

O ensino no Brasil, durante o Governo Vargas, demonstrou uma postura autoritária, modificando as tendências do sistema educacional propostas na década de 20. O Estado tratou de organizar a educação, com a imposição de normas, sem envolver uma mobilização da sociedade e sem promover uma formação escolar totalitária que abrangesse todos os aspectos do universo cultural.

No Paraná, as escolas primárias, no início da década de 30, encontravam-se em precárias condições de funcionamento, e Manoel Ribas

deu nova feição à rotina escolar, restabelecendo o serviço de inspeção escolar e assim, supervisionando as escolas para garantir o seu funcionamento.

A ampliação das vagas no ensino primário demonstrava-se insuficiente para a demanda. A construção, ampliação e restauração de unidades escolares expandiram as matrículas, e estas praticamente dobraram no período pesquisado. Porém, apesar da preocupação do Governo em ampliar o número de vagas, não significou melhoria de qualidade de ensino. Os índices de desistência, abandono e repetência mostraram a ausência de condições do Estado em manter o sistema do ensino primário em equilíbrio. Vários fatores contribuíram para o fracasso escolar, estes associados à organização administrativa, pedagógica e financeira, concentrando os maiores índices de seletividade nas regiões mais pobres.

Apesar do aumento de vagas para o ensino primário no Estado, a análise dos dados coletados revelou que poucas escolas contemplavam de condições adequadas de funcionamento e confirma que a mudança de intenções pelas políticas educacionais, no processo de construção de um ensino de melhor qualidade, alcançou resultados mais significativos no decorrer do período. A fragmentação social na cidade aparece pela hierarquização social que distingue os bairros, moradias, escolas, meios de transporte. Na escola, o espaço social se revela como fragmentação social, que se expressava nas características da clientela da escola pública; nos diferentes tipos de escola (isoladas, masculinas, femininas, mistas, reunidas); nos problemas pedagógicos que emergiam e eram lidos como seqüelas da pobreza. Eram eles: o aproveitamento insuficiente nos estudos, a distribuição desigual da idade por ano letivo, tempo reduzido de permanência no curso, a flutuação escolar.

Pretendia-se combater a fragmentação pela uniformização do prédio, do mobiliário escolar, dos métodos pedagógicos e da política de homogeneização de classes alfabetizadoras – que teve em Erasmo Pilotto um dos seus principais defensores.

Ao focalizar a estrutura escolar, encontramos a necessidade de uma profunda reforma de costumes, via mudança da mentalidade coletiva, através da modificação do *habitus pedagógico*, via renovação do corpo docente. Professores, alunos, diretores, inspetores e Diretores da Instrução Pública

foram os principais agentes desse processo, porque acentuava-se a importância do conhecimento dos problemas da sociedade paranaense.

Apesar disso, o Estado do Paraná fez avanços e enfrentou vários desafios para tentar superar as dificuldades existentes para o desenvolvimento do sistema de ensino qualificado, no Governo Ribas.

- ✓ O primeiro desafio foi a reestruturação e reequilíbrio das finanças e da economia, para tornar eficiente o organismo fiscal e o emprego do dinheiro público.
- ✓ O segundo desafio estava vinculado a melhoria dos dados e informações estatísticas sobre o ensino primário no Estado. Os dados educacionais fundamentaram as decisões, visto que retrataram alguns aspectos da realidade educacional e subsidiaram uma visão mais ampla do ensino, dando condições para que as soluções atingissem diretamente os problemas.
- ✓ A tentativa de estruturação do sistema de ensino, representado pela aprovação do Regimento Interno para os Grupos Escolares, definiram algumas estratégias de ação e contribuiria para redirecionar o ensino no Estado.
- ✓ A construção de novos prédios escolares ganhou impulso na década de 30 e mostrou, através do gesto intencional, que pretendia criar novos comportamentos e sentimentos diante da escola. Foi a manifestação de uma nova mentalidade.
- ✓ Os recursos materiais destinados à escola e o investimento na educação em todo o Estado comprovam o incentivo por parte do Governo.

A inexistência de outros estudos, que comparem os resultados, impossibilita afirmar as tendências aqui apontadas. Nesse sentido, faz-se necessário aprofundar alguns aspectos encontrados neste estudo, especialmente aqueles que estão norteados a prática escolar cotidiana.

ANEXO 1

TRECHO DO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA

A reconstrução educacional no Brasil - ao povo e ao governo

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de carácter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões é invenção e à iniciativa que são fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. No entanto, se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentário e desarticulado. A situação atual criada pela sucessão periódica de reformas parciais e freqüentemente arbitrárias, lançadas sem solidez econômica e sem uma visão global do problema, em todos os seus aspectos, nos deixa antes a impressão desoladora de construções isoladas, algumas já em ruína, outras abandonadas em seus alicerces, e as melhores, ainda não em termos de serem despojadas de seus andaimes...

Onde se tem de procurar a causa principal desse estado antes de desorganização do aparelho escolar, é na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins da educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas da

educação. Ou, em poucas palavras, na falta de espírito filosófico e científico, na resolução dos problemas da administração escolar. Esse empirismo grosseiro, que tem presidido ao estudo dos problemas pedagógicos, postos e discutidos numa atmosfera de horizontes estreitos, tem as suas origens na ausência total de uma cultura universitária e na formação meramente literária de nossa cultura. Nunca chegamos a possuir uma “cultura própria”, nem mesmo uma “cultura geral” que nos convencesse da “existência de um problema sobre os objetivos e fins da educação”. Não se podia encontrar, por isto, unidade e continuidade de pensamentos em planos de reformas, nos quais as instituições escolares, esparsas, não traziam, para atraí-las e orientá-las para uma direção, o polo magnético de uma concepção da vida, nem se submetiam, na sua organização e no seu funcionamento, a medidas objetivas com que o tratamento científico dos problemas da administração escolar nos ajuda a descobrir, à luz dos fins estabelecidos, os processos mais eficazes para a realização da obra educacional.

Certo, um educador pode bem ser um filósofo e deve ter a sua filosofia de educação; mas, trabalhando cientificamente nesse terreno, ele deve estar tão interessado na determinação dos fins de educação, quanto também dos meios de realizá-los. O físico e o químico não terão necessidade de saber o que está e se passa além da janela do seu laboratório. Mas o educador, como sociólogo, tem necessidade de uma cultura múltipla e bem diversa; as alturas e as profundezas da vida humana e da vida social não devem estender-se além de seu raio visual; ele deve ter o conhecimento dos homens e da sociedade em cada uma das fases, para perceber, além do aparente e do efêmero, “o jogo poderoso das grandes leis que dominam a evolução social” a posição que tem a escola, e a função que representa, na diversidade e pluralidade das forças sociais que cooperam na obra da civilização. Se têm essa cultura geral, que lhe permite organizar uma doutrina de vida e ampliar o seu horizonte mental, poderá ver o problema educacional em conjunto, de um ponto de vista mais largo, para subordinar o problema pedagógico ou dos métodos ao problema filosófico ou dos fins da educação; se tem um espírito científico, empregará os métodos comuns e todo gênero de investigação científica, podendo recorrer a técnicas mais ou menos elaboradas e dominar a

situação, realizando experiências e medindo os resultados de toda e qualquer modificação nos processos e nas técnicas, que se desenvolveram sob o impulso dos trabalhos científicos na administração dos serviços escolares.¹

¹ GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994. 2 ed. p.54-55.

ANEXO 2 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro IX – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
1º ano	Leitura	a) Fase preparatória. b) Palavração e silabação. c) Sentenciação. d) Estudo das letras. e) Leitura na Cartilha.	a) Fase preparatória. b) Palavração e silabação. c) Sentenciação. d) Estudo das letras. e) Leitura na Cartilha.
	Linguagem oral	a) Exercícios sobre a pronúncia dos nomes, de coisas e objetos. b) Dizer as qualidades que mais se notem nessas mesmas coisas e objetos e utilidades dos mesmos. c) Formação de sentenças sobre a cor, posição, substância, forma e utilidade desses mesmos objetos e de outros já conhecidos. d) Pequenas descrições de coisas e objetos de uso comum à vista dos mesmos. e) Pequenas narrações de fatos instrutivos e morais, feitas pelo professor e reproduzida pelos alunos.	a) Exercícios sobre a pronúncia dos nomes, de coisas e objetos. b) Dizer as qualidades que mais se notem nessas mesmas coisas e objetos e utilidades dos mesmos. c) Formação de sentenças sobre a cor, posição, substância, forma e utilidade desses mesmos objetos e de outros já conhecidos. d) Pequenas descrições de coisas e objetos de uso comum à vista dos mesmos. e) Pequenas descrições de coisas e objetos ausentes, porém conhecidos das crianças. f) Pequenas narrações de fatos instrutivos e morais, feitas pelo professor e reproduzida pelos alunos.
	Linguagem escrita	a) Cópias. b) Ditados. c) Construção de sentenças com palavras variadas. d) Reprodução.	a) Cópias. b) Ditados. c) Construção de sentenças com palavras dadas. d) Reprodução.
	Caligrafia	a) Cópia de palavras. b) Cópia de sentenças. c) Cópia de algarismos.	a) Cópia de palavras. b) Cópia de sentenças. c) Cópia de algarismos.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares.¹

¹ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 3 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro X – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
2º ano	Leitura	a) Leitura corrente em livro adotado. b) Exercícios sobre: sentido real e figurado c) Interpretação oral da lição. d) Leitura suplementar.	a) Leitura corrente, com observação da pronúncia e inflexão de voz. b) Significação das palavras da lição. Exercícios de sinomia. c) Interpretação oral da lição. d) Leitura suplementar.
	Linguagem oral	a) Revisão dos pontos das letras <i>c</i> , <i>d</i> e <i>f</i> do programa do 2º ano. b) Conhecimento prático das sentenças declarativas, exclamativas, interrogativas, condicionais e imperativas. c) Classificação das palavras, quanto ao número de sílabas e ao acento tônico. d) Estudo mais desenvolvido sobre o substantivo, e noções sobre o adjetivo, pronome e verbo. e) Formação dos graus dos adjetivos e substantivos. f) Mudança do gênero e número do substantivo e adjetivo. g) Conjugação de verbos regulares mais usados, nos tempos simples. h) Exercícios de concordância entre o substantivo, adjetivo, pronome e verbo.	a) Revisão dos pontos das letras <i>c</i> , <i>d</i> e <i>f</i> do programa do 2º ano. b) Conhecimento prático das sentenças declarativas, exclamativas, interrogativas, condicionais e imperativas. c) Classificação das palavras, quanto ao número de sílabas e ao acento tônico. d) Noções práticas sobre o substantivo, adjetivo, pronome e verbo. e) Formação do grau dos adjetivos e substantivos. f) Mudança de gênero e número do substantivo e adjetivo. g) Conjugação de verbos regulares e irregulares, mais usados, nos tempos simples.
	Linguagem escrita	a) Ditado de trechos lidos em aula. b) Ditado de trechos novos. c) Reprodução de contos morais e cívicos, lidos ou narrados pelo professor. d) Descrições de paisagens, previamente observadas, ou explicadas pelo professor. e) Redação de cartas e ofícios. f) Composição sobre temas escolhidos pelo professor.	a) Ditado de trechos lidos em aula. b) Ditado de trechos novos. c) Reprodução de contos morais e cívicos, lidos ou narrados pelo professor. d) Descrições de paisagens, previamente observadas, ou explicadas pelo professor. e) Redação de cartas e ofícios. f) Composição sobre temas escolhidos pelo professor.
	Caligrafia	a) Cópia de frases escritas pelo professor no quadro negro. b) Cópia de sentenças da lição de leitura. c) Alfabeto maiúsculo e minúsculo.	a) Cópia de frases escritas pelo professor no quadro negro. b) Cópia de sentenças da lição de leitura. c) Alfabeto maiúsculo e minúsculo.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares. ²

² PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 4 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro XI – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
3º ano	Leitura	a) Leitura corrente, com observação da pronúncia e inflexão de voz. b) Significação das palavras da lição. c) Interpretação oral da lição. d) Leitura suplementar.	a) Leitura corrente, com observação da pronúncia e inflexão de voz. b) Significação das palavras da lição. Exercícios de sinomia. c) Interpretação oral da lição. d) Leitura suplementar.
	Linguagem oral	a) Revisão dos pontos das letras <i>c, d e f</i> do programa do 2º ano. b) Conhecimento prático das sentenças declarativas, exclamativas, interrogativas, condicionais e imperativas. c) Classificação das palavras, quanto ao número de sílabas e ao acento tônico. d) Estudo mais desenvolvido sobre o substantivo, e noções sobre o adjetivo, pronome e verbo. e) Formação dos graus dos adjetivos e substantivos. f) Mudança do gênero e número do substantivo e adjetivo. g) Conjugação de verbos regulares mais usados, nos tempos simples. h) Exercícios de concordância entre o substantivo, adjetivo, pronome e verbo.	a) Revisão dos pontos das letras <i>c, d e f</i> do programa do 2º ano. b) Conhecimento prático das sentenças declarativas, exclamativas, interrogativas, condicionais e imperativas. c) Classificação das palavras, quanto ao número de sílabas e ao acento tônico. d) Noções práticas sobre o substantivo, adjetivo, pronome e verbo. e) Formação do grau dos adjetivos e substantivos. f) Mudança de gênero e número do substantivo e adjetivo. g) Conjugação de verbos regulares e irregulares, mais usados, nos tempos simples.
	Linguagem escrita	a) Ditado de trechos lidos em aula. b) Ditado de trechos novos. c) Reprodução de contos morais e cívicos, lidos ou narrados pelo professor. d) Descrições de paisagens, previamente observadas, ou explicadas pelo professor. e) Redação de cartas e ofícios. f) Composição sobre temas escolhidos pelo professor.	a) Ditado de trechos lidos em aula. b) Ditado de trechos novos. c) Reprodução de contos morais e cívicos, lidos ou narrados pelo professor. d) Descrições de paisagens, previamente observadas, ou explicadas pelo professor. e) Redação de cartas e ofícios. f) Composição sobre temas escolhidos pelo professor.
	Caligrafia	a) Cópia de frases escritas pelo professor no quadro negro. b) Cópia de sentenças da lição de leitura. c) Alfabeto maiúsculo e minúsculo.	a) Cópia de frases escritas pelo professor no quadro negro. b) Cópia de sentenças da lição de leitura. c) Alfabeto maiúsculo e minúsculo.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares.³

³ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 5 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro XII – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
4º ano	Leitura	a) Leitura expressiva e declamada de prosa e verso. b) Interpretação de trecho lido.. c) Mudança de redação, com transposição dos termos. d) Transposição de sentenças. e) Uso e emprego dos sinais de pontuação. f) Manejo do dicionário português. g) Leitura suplementar.	a) Leitura expressiva e declamada de prosa e verso. b) Interpretação de trecho lido.. c) Mudança de redação, com transposição dos termos. d) Transposição de sentenças. e) Uso e emprego dos sinais de pontuação. f) Manejo do dicionário português. g) Leitura suplementar.
	Linguagem oral	a) Grupos consonantais e vocálicos. b) Plural dos substantivos terminados em <i>al, el, il, ol, ul, s, z, x e ão</i> . c) Substantivos e suas espécies. d) Adjetivos e suas divisões. e) Pronome: suas espécies e colocação. f) Conjugação de verbos regulares, irregulares e auxiliares nos seus tempos simples e compostos. g) Conjugação de alguns verbos pronominais e defectivos. h) Advérbios e suas espécies. i) Preposição e suas espécies. j) Noções sobre conjunção e interjeição. k) Exercícios de análise gramatical. l) Período simples: sujeito, verbo e predicado. m) Declamação em prosa e verso e pequenos discursos compilados pelos alunos. n) Exercícios de ortografia.	a) Grupos consonantais e vocálicos. b) Plural dos substantivos terminados em <i>al, el, il, ol, ul, s, z, x e ão</i> . c) Substantivos e suas espécies. d) Adjetivos e suas divisões. e) Pronome: suas espécies e colocação. f) Conjugação de verbos regulares, irregulares e auxiliares nos seus tempos simples e compostos. g) Conjugação de alguns verbos pronominais e defectivos. h) Advérbios e suas espécies. i) Preposição e suas espécies. j) Noções sobre conjunção e interjeição. k) Exercícios de análise gramatical. l) Período simples: sujeito, verbo e predicado. m) Declamação em prosa e verso e pequenos discursos compilados pelos alunos. n) Exercícios de ortografia.
	Linguagem escrita	a) Exercícios de ditado. b) Narração de diálogos, fábulas e contos. c) Redação de cartas, recibos, ofícios e requerimentos. d) Composição livre..	a) Exercícios de ditado. b) Narração de diálogos, fábulas e contos. c) Redação de cartas, recibos, ofícios e requerimentos. d) Composição livre..

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares.⁴

⁴ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 6 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro XIII – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
1º ano	Aritmética	<ul style="list-style-type: none"> a) Contagem por meio de tornos, palitos, tabuinhas, etc., de 1 a 10. b) Conhecimento concreto dos grupos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10. c) Contagem direta de objetos de 1 em 1, 2 em 2, 3 em 3, etc. até 10. d) Quatro operações de 1 a 10, feitas por meio de tornos, palitos, etc. e) Leitura e escrita dos algarismos de 1 a 10. f) Contagem, por meio de tornos, de 10 a 20. g) Contagem direta de objetos de 2 em 2, 3 em 3, 4 em 4, 5 em 5, etc., até 20. h) As quatro operações de 1 a 20, por meio de tornos. i) Leitura e escrita dos números até 20. j) Conhecimento e aplicação dos sinais +, -, x, : e =. k) Contagem, leitura e escrita dos números de 20 até 100. l) Exercícios sobre as quatro operações até 100. m) Contagem, leitura e escrita de 100 até 1000. n) Exercícios sobre as quatro operações até 1000. o) Conhecimento dos algarismos romanos até XII; ensino das horas. p) Exercícios orais sobre a carta de Parker, inclusive o conhecimento prático de frações ordinárias. q) Numerosos problemas simples e práticos, e exercícios de conformidade com a letra "o", do programa. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Contagem por meio de tornos, palitos, tabuinhas, etc., de 1 a 10. b) Conhecimento concreto dos grupos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10. c) Contagem direta de objetos de 1 em 1, 2 em 2, 3 em 3, etc. até 10. d) Quatro operações de 1 a 10, feitas por meio de tornos, palitos, etc. e) Leitura e escrita dos algarismos de 1 a 10. f) Contagem, por meio de tornos, de 10 a 20. g) Contagem direta de objetos de 2 em 2, 3 em 3, 4 em 4, 5 em 5, etc., até 20. h) As quatro operações de 1 a 20, por meio de tornos. i) Leitura e escrita dos números até 20. j) Conhecimento e aplicação dos sinais +, -, x, : e =. k) Contagem, leitura e escrita dos números de 20 até 100. l) Exercícios sobre as quatro operações até 100. m) Contagem, leitura e escrita de 100 até 1000. n) Exercícios sobre as quatro operações até 1000. o) Conhecimento dos algarismos romanos até XII; ensino das horas. p) Exercícios orais sobre a carta de Parker, inclusive o conhecimento prático de frações ordinárias.
2º ano	Aritmética	<ul style="list-style-type: none"> a) Revisão do programa do 1º ano. b) Estudo prático da formação de unidades, dezenas, centenas e milhares. c) Continuação do estudo dos algarismos romanos até 100. d) Leitura e escrita (estudo completo) dos números até milhões. e) Organização da tabuada de multiplicar e dividir até 100 pelo mapa de Parker. f) Estudo completo das quatro operações – problemas. g) Cálculo rápido sobre as quatro operações. h) Conhecimento prático do metro, litro e grama. i) Problemas. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Estudo prático da formação de unidades, dezenas, centenas e milhares. b) Continuação do estudo dos algarismos romanos até 100. c) Organização da tabuada de multiplicar e dividir até 100 pelo mapa de Parker. d) Cálculo rápido sobre as quatro operações. e) Conhecimento prático do metro, litro e grama. f) Problemas.

Fonte: Regimento Interno e programas para os grupos escolares.⁵

⁵ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 7 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro XIV – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
3º ano	Aritmética	<ul style="list-style-type: none"> a) Estudo completo da numeração romana. b) Estudo prático e completo das quatro operações sobre frações decimais. c) Números primos e múltiplos. d) Caracteres de divisibilidade. e) Decomposição de um número em seus fatores primos. f) Máximo divisor comum. g) Mínimo divisor comum. h) Sistema métrico: metro, litro e grama, seus múltiplos e sub-múltiplos. i) Problemas e exercícios sobre a matéria dada. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Estudo completo da numeração romana. b) Estudo prático e completo das quatro operações sobre frações decimais. c) Números primos e múltiplos. d) Caracteres de divisibilidade. e) Decomposição de um número em seus fatores primos. f) Máximo divisor comum. g) Mínimo divisor comum. h) Sistema métrico: metro, litro e grama, seus múltiplos e sub-múltiplos. i) Conhecimento prático das medidas: polegada, palmo, pé, vara, jarda, braça, milha, légua, arroba, alqueire, Quarta, etc. j) Problemas e exercícios sobre a matéria dada.
4º ano	Aritmética	<ul style="list-style-type: none"> a) Recapitulação das letras <i>c, d, f, g e h</i> do programa do 3º ano. b) Estudo completo das quatro operações sobre frações ordinárias. c) Redução de frações ordinárias em decimais e vice-versa. d) Dízimas periódicas simples e compostas. e) Sistema métrico: medidas de superfície e volume, seus múltiplos e sub-múltiplos; sistema monetário. Problemas e exercícios. f) Conhecimento elementar sobre razão e proporção. g) Regra de três simples e composta. h) Juros simples. i) Noções gerais sobre o câmbio. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Recapitulação das letras <i>c, d, f, g e h</i> do programa do 3º ano. b) Estudo completo das quatro operações sobre frações ordinárias. c) Redução de frações ordinárias em decimais e vice-versa. d) Dízimas periódicas simples e compostas. e) Sistema métrico: medidas de superfície e volume, seus múltiplos e sub-múltiplos; sistema monetário. Problemas e exercícios. f) Conhecimento elementar sobre razão e proporção. g) Regra de três simples e composta. h) Juros simples. i) Câmbio.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares.⁶

⁶ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 8 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro XV – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
1º ano	Geometria	<ul style="list-style-type: none"> a) Ângulos b) Triângulos, quadriláteros. c) Cubos, paralelepípedos. d) Pirâmides, cilindros. e) Esferas e hemisférios. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Ponto e linha. b) Ângulos. c) Cubos e paralelepípedos. d) Pirâmides, triângulos e quadriláteros. e) Cilindros, esfera e hemisfério.
2º ano	Geometria	<ul style="list-style-type: none"> a) Revisão do programa do 1º ano. b) Ponto, linha. c) Estudo da linha reta, horizontal, vertical, perpendicular, inclinada, oblíqua, paralela, quebradas, convergentes e divergentes. d) Linhas curvas e mistas. e) Ângulos e suas espécies. f) Triângulos quanto aos lados e ângulos. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Revisão do programa do 1º ano. b) Estudo da linha reta, horizontal, vertical, perpendicular, inclinada, oblíqua, paralela, quebradas, convergentes e divergentes. c) Linhas curvas e mistas. d) Ângulos e suas espécies. e) Triângulos quanto aos lados e ângulos.
3º ano	Geometria	<ul style="list-style-type: none"> a) Revisão da matéria das letras <i>a</i> e <i>e</i> do programa do 2º ano. b) Traçado de linhas, ângulos e triângulos com auxílio de instrumentos. c) Estudo dos quadriláteros. d) Divisão de uma reta em partes iguais. e) Conhecimento prático e traçado de circunferência, raio, diâmetro, arco, corda, flecha, tangente e secante. f) Conhecimento prático e traçado de círculo, semi-círculo, setor, zona, segmento e coroa. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Revisão da matéria das letras <i>a</i> e <i>e</i> do programa do 2º ano. b) Traçado de linhas, ângulos e triângulos com auxílio de instrumentos. c) Estudo dos quadriláteros. d) Divisão de uma reta em partes iguais. e) Conhecimento prático e traçado de circunferência, raio, diâmetro, arco, corda, flecha, tangente e secante. f) Conhecimento prático e traçado de círculo, semi-círculo, setor, zona, segmento e coroa.
4º ano	Geometria	<ul style="list-style-type: none"> a) Recapitulação dos pontos <i>c</i>, <i>d</i>, <i>e</i> e <i>f</i> do programa do 3º ano. b) Conhecimento prático dos polígonos. c) Inscrição dos polígonos. d) Avaliação das áreas dos triângulos e quadriláteros. e) Determinação da área dos polígonos regulares e irregulares. f) Relação entre o diâmetro e circunferência – valor do Pi. g) Questões práticas sobre o volume de alguns sólidos geométricos. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Recapitulação dos pontos <i>c</i>, <i>d</i>, <i>e</i> e <i>f</i> do programa do 3º ano. b) Conhecimento prático dos polígonos. c) Inscrição dos polígonos. d) Avaliação das áreas dos triângulos e quadriláteros. e) Determinação da área dos polígonos regulares e irregulares. f) Relação entre o diâmetro e circunferência – valor do Pi. g) Questões práticas sobre o volume de alguns sólidos geométricos.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares.

⁷ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 9 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro XVI – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
1º ano	Desenho	a) Desenhos espontâneos em que a criança tenha toda a liberdade na escolha com o fim de desenvolver a imaginação, a observação e o sentimento estético. b) Cópia dos desenhos de frutas, objetos, etc., feitos no quadro negro, pelo professor. c) Traçado à mão livre, de linhas e figuras geométricas feitas pelo professor no quadro negro e baseado nas partes do programa de geometria.	a) Desenhos espontâneos em que a criança tenha toda a liberdade na escolha com o fim de desenvolver a imaginação, a observação e o sentimento estético. b) Cópia dos desenhos de frutas, objetos, etc., feitos no quadro negro, pelo professor. c) Traçado à mão livre, de linhas e figuras geométricas feitas pelo professor no quadro negro e baseado nas partes do programa de geometria.
2º ano	Desenho	a) Desenho do natural. b) Desenho de memória. c) Desenhos decorativos.	a) Desenho do natural. b) Desenho de memória. c) Desenhos decorativos.
3º ano	Desenho	a) Desenho do natural. b) Desenho colorido. c) Desenho de imaginação.	a) Desenho do natural. b) Desenho colorido. c) Desenho de imaginação.
4º ano	Desenho	a) Desenho do natural. b) Desenho de imaginação. c) Desenho colorido. d) Esboço de silhuetas.	a) Desenho do natural. b) Desenho de imaginação. c) Desenho colorido. d) Esboço de silhuetas.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares. ⁸

⁸ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 10 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro XVII – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
1º ano	Canto	a) Hino Nacional. b) Hino à Bandeira. c) Hino da Proclamação da República. d) Hino da Independência. e) Canções regionais de fácil melodia.	a) Hino Nacional. b) Hino à Bandeira. c) Hino da Proclamação da República. d) Hino da Independência. e) Canções regionais de fácil melodia.
2º ano	Canto	a) Aperfeiçoamento dos hinos e canções do 1º ano.	a) Aperfeiçoamento dos hinos e canções do 1º ano.
3º ano	Música	a) Canto de melodias, canções e hinos. b) Notas. c) Valor das notas. d) Claves.	a) Canto de melodias, canções e hinos. b) Notas. c) Valor das notas. d) Claves.
4º ano	Música	a) Canto a uma voz. b) Canto a duas vozes. c) Escala de intervalos. d) Compasso binário, tenário e quartenário: Modo de batêlos. e) Leitura musical da clave de sol.	a) Canto a uma voz. b) Canto a duas vozes. c) Escala de intervalos. d) Compasso binário, tenário e quartenário: Modo de batêlos. e) Leitura musical da clave de sol. f) Solfejo de melodias fáceis. g) Hinos, cantos e canções regionais.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares. ⁹

⁹ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 11 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro XVIII – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
1º ano	Geografia	<ul style="list-style-type: none"> a) Conhecimento da sala e do edifício escolar. Localização. Traçado do mapa pelo professor. b) Circunvizinhanças do prédio escolar. Traçado do mapa pelo professor. c) Conhecimento da cidade, ruas, praças, edifícios e monumentos principais. Localização. d) Conhecimento prático dos pontos cardeais: exercícios de orientação pelo Sol. Sua aplicação relativamente à cidade, ruas, praças, etc. e) Conhecimento prático da medida do tempo: dia, semana, mês e ano; as quatro estações, sua duração e seus principais características. f) Conhecimento das denominações dadas às terras e às águas; termos e acidentes geográficos: mapa de iniciação geográfica. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Conhecimento da sala e do edifício escolar. Localização. Traçado do mapa pelo professor. b) Circunvizinhanças do prédio escolar. Traçado do mapa pelo professor. c) Conhecimento da cidade, ruas, praças, edifícios e monumentos principais. Localização. d) Conhecimento prático dos pontos cardeais: exercícios de orientação pelo Sol. Sua aplicação relativamente à cidade, ruas, praças, etc. e) Conhecimento prático da medida do tempo: dia, semana, mês e ano; as quatro estações, sua duração e seus principais características. f) Conhecimento das denominações dadas às terras e às águas; termos e acidentes geográficos: mapa de iniciação geográfica.
2º ano	Geografia	<ul style="list-style-type: none"> a) Revisão da matéria dada nas letras e e f do programa do 1º ano. b) Estudo da planta da cidade e posição de seus arredores. c) Ensino das convenções dos mapas geográficos. d) Estudo do município em que fica o grupo escolar; limites, superfície, população, produções, comércio, estradas, distritos, povoações e principais acidentes geográficos. Traçado com o auxílio do professor do mapa do município, de acordo com as lições estudadas. e) Leitura do mapa do Estado do Paraná: limites, localização da Capital e da cidade em que se acha o grupo escolar. Traçado do contorno do Estado, com a localização das suas cidades. f) Estudo da Capital e das principais cidades do Paraná: contorno do Estado, com a localização das cidades estudadas. g) Leitura do mapa do Brasil para dar uma idéia geral sobre os Estados e capitais, bem como dos países com os quais confina. h) Ligeiras noções sobre a forma e o movimento da Terra. i) Observações sobre o Sol, a Lua e as estrelas. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Revisão da matéria dada nas letras e e f do programa do 1º ano. b) Estudo da planta da cidade e posição de seus arredores. c) Ensino das convenções dos mapas geográficos. d) Estudo do município em que fica o grupo escolar; limites, superfície, população, produções, comércio, estradas, distritos, povoações e principais acidentes geográficos. Traçado com o auxílio do professor do mapa do município, de acordo com as lições estudadas. e) Leitura do mapa do Estado do Paraná: limites, localização da Capital e da cidade em que se acha o grupo escolar. Traçado do contorno do Estado, com a localização das suas cidades. f) Estudo da Capital e das principais cidades do Paraná: contorno do Estado, com a localização das cidades estudadas. g) Leitura do mapa do Brasil para dar uma idéia geral sobre os Estados e capitais, bem como dos países com os quais confina. h) Ligeiras noções sobre a forma e o movimento da Terra. i) Observações sobre o Sol, a Lua e as estrelas.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares.¹⁰

¹⁰ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 12 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro XIX – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
3º ano		<p>a) Limites e linhas divisórias do Estado. Execução do mapa sobre os pontos dados.</p> <p>b) Cidades e principais produções dos respectivos municípios. Construção do mapa sobre a matéria dada nas letras <i>a</i> e <i>b</i>.</p> <p>c) Rios do Paraná. Construção do mapa com a matéria dada das letras <i>a</i>, <i>b</i> e <i>c</i>.</p> <p>d) Serras do Paraná. Construção do mapa com a matéria das <i>letras a, b, c, e d</i>.</p> <p>e) Ilhas do Paraná. Construção do mapa com a matéria das letras <i>a, b, c, d e e</i>.</p> <p>f) Baías, portos, istmos e penínsulas do Paraná. Construção do mapa com a matéria das letras <i>a, b, c, d e f</i>.</p> <p>g) Superfície, população, aspecto geral e clima do Paraná.</p> <p>h) Importação, exportação, comércio e indústrias do Paraná. Estradas de ferro e outras vias de comunicação.</p> <p>i) Construção do mapa geral do Estado do Paraná.</p> <p>j) Usos e costumes dos habitantes do litoral e serra acima do Estado.</p> <p>k) Limites, superfície e população do Brasil.</p> <p>l) Estados e capitais.</p> <p>m) Astros luminosos e opacos. Fases da Lua.</p>	<p>a) Limites e linhas divisórias do Estado. Execução do mapa sobre os pontos dados.</p> <p>b) Cidades e principais produções dos respectivos municípios. Construção do mapa sobre a matéria dada nas letras <i>a</i> e <i>b</i>.</p> <p>c) Rios do Paraná. Construção do mapa com a matéria dada das letras <i>a, b</i> e <i>c</i>.</p> <p>d) Serras do Paraná. Construção do mapa com a matéria das <i>letras a, b, c, e d</i>.</p> <p>e) Ilhas do Paraná. Construção do mapa com a matéria das letras <i>a, b, c, d e e</i>.</p> <p>f) Baías, portos, istmos e penínsulas do Paraná. Construção do mapa com a matéria das letras <i>a, b, c, d e f</i>.</p> <p>g) Superfície, população, aspecto geral e clima do Paraná.</p> <p>h) Importação, exportação, comércio e indústrias do Paraná. Estradas de ferro e outras vias de comunicação.</p> <p>i) Construção do mapa geral do Estado do Paraná.</p> <p>j) Usos e costumes dos habitantes do litoral e serra acima do Estado.</p> <p>k) Limites, superfície e população do Brasil.</p> <p>l) Estados e capitais.</p> <p>m) Astros luminosos e opacos. Fases da Lua.</p>

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares. ¹¹

¹¹ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 13 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro XX – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
4º ano	Geografia	a) Brasil: limites e linhas divisórias. Construção do mapa sobre os pontos dados. b) Estados e capitais: construção do mapa sobre a matéria dada nas letras <i>a</i> e <i>b</i> . c) Rios: construção do mapa sobre a matéria dos pontos <i>a</i> , <i>b</i> , e <i>c</i> . d) Montanhas e cabos: construção do mapa sobre a matéria dos pontos <i>a</i> , <i>b</i> , e <i>d</i> . e) Portos e baías: construção do mapa sobre a matéria dos pontos <i>a</i> , <i>b</i> , <i>c</i> , <i>d</i> e <i>e</i> . f) Ilhas e lagos: construção do mapa sobre a matéria dos pontos <i>a</i> , <i>b</i> , <i>c</i> , <i>d</i> , <i>e</i> , e <i>f</i> . g) Construção do mapa geral do Brasil. h) Aspecto, clima, indústria, comércio, importação, exportação e riquezas naturais do Brasil. i) Principais vias de comunicação interestaduais. j) Continentes e oceanos. k) Países e capitais da América, Europa, Ásia, África e Oceania. l) Relações comerciais do Brasil com países da América. m) Noções de cosmografia, planetas, satélites, estrelas, cometas, asteróides, etc.	a) Brasil: limites e linhas divisórias. Construção do mapa sobre os pontos dados. b) Estados e capitais: construção do mapa sobre a matéria dada nas letras <i>a</i> e <i>b</i> . c) Rios: construção do mapa sobre a matéria dos pontos <i>a</i> , <i>b</i> , e <i>c</i> . d) Montanhas e cabos: construção do mapa sobre a matéria dos pontos <i>a</i> , <i>b</i> , e <i>d</i> . e) Portos e baías: construção do mapa sobre a matéria dos pontos <i>a</i> , <i>b</i> , <i>c</i> , <i>d</i> e <i>e</i> . f) Ilhas e lagos: construção do mapa sobre a matéria dos pontos <i>a</i> , <i>b</i> , <i>c</i> , <i>d</i> , <i>e</i> , e <i>f</i> . g) Construção do mapa geral do Brasil. h) Aspecto, clima, indústria, comércio, importação, exportação e riquezas naturais do Brasil. i) Principais vias de comunicação interestaduais. j) Continentes e oceanos. k) Países e capitais da América, Europa, Ásia, África e Oceania. l) Relações comerciais do Brasil com países da América. m) Noções de cosmografia, planetas, satélites, estrelas, cometas, asteróides, etc.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares. ¹²

¹² PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 14 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro XXI – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
1º ano	História Pátria	<ul style="list-style-type: none"> a) Palestras sobre o lugar do nascimento dos alunos, de seus pais, irmãos e parentes. b) O lar, o grupo, a cidade, a vila ou o bairro onde se acha o aluno. c) O nome do município, do estado e do país. d) Quem dirige os destinos do município, do estado e do país. e) Nomes dos principais vultos da nossa história e seus feitos em prol da grandeza do Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Palestras sobre o lugar do nascimento dos alunos, de seus pais, irmãos e parentes. b) O lar, o grupo, a cidade, a vila ou o bairro onde se acha o aluno. c) O nome do município, do estado e do país. d) Quem dirige os destinos do município, do estado e do país. e) Nomes dos Presidentes do Estado e do País no regime republicano. f) Nomes dos principais vultos da nossa história e seus feitos em prol da grandeza do Brasil.
2º ano	História Pátria	<ul style="list-style-type: none"> f) Recapitulação da matéria contida nas letras e e f do programa do 1º ano. g) Ligeira notícia sobre a fundação da província do Paraná. h) Desmembramento e instalação da província do Paraná. i) Ligeiro estudo sobre os fatos históricos relativos às datas nacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Recapitulação da matéria contida nas letras e e f do programa do 1º ano. b) Ligeira notícia sobre a fundação da província do Paraná. c) Desmembramento e instalação da província do Paraná. d) Ligeiro estudo sobre os fatos históricos relativos às datas nacionais.
3º ano	História Pátria	<ul style="list-style-type: none"> a) Histórico completo do desmembramento e instalação da província do Paraná. Seus antecedentes ilustres e prosperidade atual. b) Independência do Brasil. Aclamação e coroação de D. Pedro I. Confederação do Equador. Separação da Província Cisplatina. c) Abdicação de D. Pedro I. d) Minoridade de D. Pedro II. Regência provisória e Regência efetiva. e) Maioridade de D. Pedro II. Lutas em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. f) Guerra do Paraguai. g) Lei dos sexagenários, ventre livre e abolição dos escravos. h) República. Proclamação. 	<ul style="list-style-type: none"> a) Histórico completo do desmembramento e instalação da província do Paraná. Seus antecedentes ilustres e prosperidade atual. b) Independência do Brasil. Aclamação e coroação de D. Pedro I. Confederação do Equador. Separação da Província Cisplatina. c) Abdicação de D. Pedro I. d) Minoridade de D. Pedro II. Regência provisória e Regência efetiva. e) Maioridade de D. Pedro II. Lutas em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. f) Guerra do Paraguai. g) Lei dos sexagenários, ventre livre e abolição dos escravos. h) República. Proclamação.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares.¹³

¹³ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 15 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro XXII – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
4º ano	História Pátria	a) Descoberta do Brasil. b) Primeiras explorações. c) Uso e costumes indígenas. d) Divisão do Brasil em capitanias. e) Os três primeiros governadores. f) Os jesuítas. g) Invasão holandesa. h) O Brasil sob o domínio espanhol. i) A revolta de Beckmann. j) Guerra dos Palmares, Emboabas e Mascates. k) Os bandeirantes. l) Conspiração mineira. Tiradentes. m) Vinda da família real ao Brasil e sua volta para Portugal; suas conseqüências. n) Revolução pernambucana – 1817. o) Independência. Estudo mais desenvolvido. p) República.	a) Descoberta do Brasil. b) Primeiras explorações. c) Uso e costumes indígenas. d) Divisão do Brasil em capitanias. e) Os três primeiros governadores. f) Os jesuítas. g) Invasão holandesa. h) O Brasil sob o domínio espanhol. i) A revolta de Beckmann. j) Guerra dos Palmares, Emboabas e Mascates. k) Os bandeirantes. l) Conspiração mineira. Tiradentes. m) Vinda da família real ao Brasil e sua volta para Portugal; suas conseqüências. n) Revolução pernambucana – 1817. o) Independência. Estudo mais desenvolvido. p) República.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares.¹⁴

¹⁴ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 16 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro XXIII – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
1º ano	Educação Moral e Cívica	a) Como a criança deve se conduzir em casa, na escola, na rua e outros lugares. b) Respeito aos pais, parentes, pessoas mais velhas e autoridades. c) Como deve tratar aos colegas, aos empregados domésticos e aos defeituosos. d) Respeito à propriedade alheia, aos edifícios, monumentos, arborização e jardins públicos; não riscar e nem escrever nas paredes. e) Bondade no trato de animais. f) O que significam a nossa bandeira, hino e escudo. g) Máximas e legendas cívicas. Declamação de poesias.	a) Como a criança deve se conduzir em casa, na escola, na rua e outros lugares. b) Respeito aos pais, parentes, pessoas mais velhas e autoridades. c) Como deve tratar aos colegas, aos empregados domésticos e aos defeituosos. d) Respeito à propriedade alheia, aos edifícios, monumentos, arborização e jardins públicos; não riscar e nem escrever nas paredes. e) Bondade no trato de animais. f) O que significam a nossa bandeira, hino e escudo. g) Máximas e legendas cívicas. Declamação de poesias.
2º ano	Educação Moral e Cívica	a) Revisão na matéria contida nas letras e e f do programa do 1º ano. b) Palestra sobre os deveres para com os pais, parentes, professores, colegas, etc. c) Conselhos sobre a linguagem usada em qualquer parte, reprovando-se termos indecorosos e ofensivos à moral. d) Conselhos sobre as companhias que se devem procurar. e) A teimosia e o espírito de contradição. f) A mentira, a deslealdade, a maledicência e os boatos. g) Solidariedade. Espírito de coleguismo. Delação. h) Poderes constituídos do Município. i) A bandeira. Significação de suas cores e de seu dístico. j) Declamação de poesias morais e cívicas.	a) Revisão na matéria contida nas letras e e f do programa do 1º ano. b) Palestra sobre os deveres para com os pais, parentes, professores, colegas, etc. c) Conselhos sobre a linguagem usada em qualquer parte, reprovando-se termos indecorosos e ofensivos à moral. d) Conselhos sobre as companhias que se devem procurar. e) A teimosia e o espírito de contradição. f) A mentira, a deslealdade, a maledicência e os boatos. g) Solidariedade. Espírito de coleguismo. Delação. h) Poderes constituídos do Município. i) A bandeira. Significação de suas cores e de seu dístico. j) Declamação de poesias morais e cívicas.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares.¹⁵

¹⁵ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 17 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro XXIV – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
3º ano	Educação Moral e Cívica	a) Revisão do programa de moral do 2º ano. b) Recapitulação e ampliação do ponto da letra e do programa do 2º ano. c) Deveres do aluno em relação a si mesmos, à família, à sociedade e à Pátria. d) O governo e sua necessidade, e) Formas de governo pelas quais tem passado o Brasil. f) Poderes constituídos do Estado. g) Narrações de contos que induzem a criança à prática do bem e à aversão ao mal. h) Declamação de poesias e narração de contos cívicos e morais.	a) Revisão do programa de moral do 2º ano. b) Recapitulação e ampliação do ponto da letra e do programa do 2º ano. c) Deveres do aluno em relação a si mesmos, à família, à sociedade e à Pátria. d) O governo e sua necessidade, e) Formas de governo pelas quais tem passado o Brasil. f) Poderes constituídos do Estado. g) Narrações de contos que induzem a criança à prática do bem e à aversão ao mal. h) Declamação de poesias e narração de contos cívicos e morais.
4º ano	Educação Moral e Cívica	a) Recapitulação da matéria das letras <i>d</i> e <i>e</i> do programa do 3º ano. b) As vantagens do governo republicano. c) Direitos e deveres do cidadão brasileiro. d) O voto e as eleições. Sua importância. e) As leis: organização, projeto, discussão, votação, promulgação e publicação. f) Poderes constituídos do País. g) O júri: sua importância, organização e necessidade. Deveres de jurados. h) O imposto e sua necessidade. i) O sorteio militar e sua necessidade. j) Noções sobre as constituições do Estado do Paraná e do País. k) A bandeira nacional. O estrangeiro em nosso país. l) Males que causam desperdícios, o jogo e os gastos desordenados. m) Leitura e comentários de compêndios de Moral.	a) Revisão do programa de moral do 2º ano. b) Recapitulação e ampliação do ponto da letra e do programa do 2º ano. c) Deveres do aluno em relação a si mesmos, à família, à sociedade e à Pátria. d) O governo e sua necessidade, e) Formas de governo pelas quais tem passado o Brasil. f) Poderes constituídos do Estado. g) Narrações de contos que induzem a criança à prática do bem e à aversão ao mal. h) Declamação de poesias e narração de contos cívicos e morais.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares.¹⁶

¹⁶ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 18 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro XXV – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
1º ano	Ciências Físicas e Naturais	a) Palestras sobre alguns produtos vegetais: farinha de trigo, feijão, arroz, milho, mandioca, cana de açúcar, batatas, legumes, café, mate, etc. b) Palestras sobre animais de pena, de pêlo e de escamas; animais que andam, que voam, que nadam e que rastejam. c) Linguagem oral sobre animais úteis e animais nocivos. d) Conhecimento prático dos principais metais: ouro, prata, ferro, chumbo, etc. e) Conhecimento e distinção das cores. f) Distinção entre os três reinos da natureza. g) Ensino prático das partes exteriores do corpo humano. h) Estudo prático das partes exteriores da planta. i) Pequenas noções sobre os três estados dos corpos.	a) Palestras sobre alguns produtos vegetais: farinha de trigo, feijão, arroz, milho, mandioca, cana de açúcar, batatas, legumes, café, mate, etc. b) Palestras sobre animais de pena, de pêlo e de escamas; animais que andam, que voam, que nadam e que rastejam. c) Linguagem oral sobre animais úteis e animais nocivos. d) Conhecimento prático dos principais metais: ouro, prata, ferro, chumbo, etc. e) Conhecimento e distinção das cores. f) Distinção entre os três reinos da natureza. g) Ensino prático das partes exteriores do corpo humano. h) Estudo prático das partes exteriores da planta. i) Pequenas noções sobre os três estados dos corpos.
2º ano	Ciências Físicas e Naturais	a) Recapitulação da matéria dada nas letras <i>f, g, h</i> e <i>i</i> do programa do 1º ano. b) Primeiras observações sobre animais vertebrados e invertebrados. c) Animais úteis e nocivos à agricultura. Meios de defesa. d) Animais úteis e nocivos ao homem. Meios de defesa e) Animais domésticos. f) Estudo e cultura de vegetais; erva mate, café, algodão, trigo, arroz, feijão, etc. g) Estudo dos instrumentos mais usados em agricultura. h) Noções sobre o estado dos corpos	a) Recapitulação da matéria dada nas letras <i>f, g, h</i> e <i>i</i> do programa do 1º ano. b) Primeiras observações sobre animais vertebrados e invertebrados. c) Animais úteis e nocivos à agricultura. Meios de defesa. d) Animais úteis e nocivos ao homem. Meios de defesa e) Animais domésticos. f) Estudo e cultura de vegetais; erva mate, café, algodão, trigo, arroz, feijão, etc. g) Estudo dos instrumentos mais usados em agricultura.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares.¹⁷

¹⁷ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 19 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro XXVI – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
3º ano	Ciências Físicas e Naturais	a) Apreciação sobre fenômenos relativos à gravidade: nível e prumo. Experiências. b) Luz e som: fontes de sua propagação. c) Calor – termômetros. d) Ar – barômetros. e) Estudo completo da água. f) Fenômenos meteorológicos: chuva, sereno, orvalho, nevoeiro, granizo, nuvens, geada, neve, ventos, etc. g) Estados dos corpos. h) Estudo de alguns metais: ferro, cobre, chumbo, níquel, prata, ouro, etc. i) O corpo humano, suas partes principais e ossos do esqueleto. j) A cultura de algumas árvores frutíferas e de algumas flores. k) Reprodução artificial de alguns vegetais.	a) Apreciação sobre fenômenos relativos à gravidade: nível e prumo. Experiências. b) Luz e som: fontes de sua propagação. c) Calor – termômetros. d) Ar – barômetros. e) Estudo completo da água. f) Fenômenos meteorológicos: chuva, sereno, orvalho, nevoeiro, granizo, nuvens, geada, neve, ventos, etc. g) Estados dos corpos. h) Estudo de alguns metais: ferro, cobre, chumbo, níquel, prata, ouro, etc. i) O corpo humano, suas partes principais e ossos do esqueleto. j) A cultura de algumas árvores frutíferas e de algumas flores. k) Reprodução artificial de alguns vegetais.
4º ano	Ciências Físicas e Naturais	a) Revisão da matéria do 3º ano. b) Classificação dos vertebrados e caracteres dos invertebrados. c) Os cinco sentidos. d) Conhecimento elementar sobre a digestão, circulação e respiração. e) As principais partes da planta – a flor. f) Seiva, sua circulação e função. g) Órgãos e nutrição dos vegetais. h) Alavancas e balanças – estudo elementar. i) Os gases componentes do ar e da água: oxigênio, hidrogênio, azoto e ácido carbônico. j) Equilíbrio dos líquidos. k) Corpos flutuantes. l) Noções sobre força elétrica, hidráulica, a vapor e a gás. Aeroplano e avião. m) Noções sobre o rádio, telégrafo, telefone e pára-raios.	a) Revisão da matéria do 3º ano. b) Alavancas e balanças – estudo elementar. c) Os gases componentes do ar e da água: oxigênio, hidrogênio, azoto e ácido carbônico. d) Equilíbrio dos líquidos. e) Corpos flutuantes. f) Noções sobre força elétrica, hidráulica, a vapor e a gás. Aeroplano e avião. g) Noções sobre o rádio, telégrafo, telefone e pára-raios. h) Os cinco sentidos. i) Conhecimento elementar sobre a digestão, circulação e respiração. j) Classificação dos vertebrados e caracteres dos invertebrados. k) As principais partes da planta – a flor. l) Seiva, sua circulação e função. m) Órgãos e nutrição dos vegetais.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares.¹⁸

¹⁸ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 20 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro XXVII – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
1º ano	Higiene	a) Asseio da boca, dentes, mãos, unhas, orelhas, nariz, olhos e cabelos. b) Asseio do corpo, em geral – necessidade do banho. c) Asseio do vestuário. d) Conselhos sobre alimentação. e) Efeitos nocivos do uso do fumo e do álcool.	a) Asseio da boca, dentes, mãos, unhas, orelhas, nariz, olhos e cabelos. b) Asseio do corpo, em geral – necessidade do banho. c) Asseio do vestuário. d) Conselhos sobre alimentação. e) Efeitos nocivos do uso do fumo e do álcool.
2º ano	Higiene	a) Higiene da alimentação: mastigação e qualidades dos alimentos; o perigo das frutas verdes e das águas paradas. b) Cuidados em relação ao órgão da vista, para se evitarem as moléstias que o atacam. c) Preleções sobre o asseio individual e do vestuário.	a) Higiene da alimentação: mastigação e qualidades dos alimentos; o perigo das frutas verdes e das águas paradas. b) Cuidados em relação ao órgão da vista, para se evitarem as moléstias que o atacam. c) Preleções sobre o asseio individual e do vestuário.
3º ano	Higiene	a) Revisão do programa do 2º ano. b) Higiene da habitação; sua localização, posição, construção, iluminação, pintura, privadas, água e esgoto. c) Higiene das ruas e praças públicas; seu alinhamento, nivelamento e arborização. d) Exercícios físicos; sua necessidade e vantagens.	a) Revisão do programa do 2º ano. b) Higiene da habitação; sua localização, posição, construção, iluminação, pintura, privadas, água e esgoto. c) Higiene das ruas e praças públicas; seu alinhamento, nivelamento e arborização. d) Exercícios físicos; sua necessidade e vantagens.
4º ano	Higiene	a) Revisão do programa do 3º ano. b) Moléstias contagiosas e infecciosas: amarelão, maleita, tuberculose, tracoma, varíola, sarampo, escarlatina, coqueluche, lepra, sarna, tifo, etc., meios para evitá-las e de combatê-las. c) Insetos transmissores de moléstias. d) Hidrofobia e mordedura de cobras. e) Primeiros socorros nos casos de ferimentos, fraturas, vertigens, queimaduras, asfixia por submersão, etc. f) Necessidade de vacina. g) Desinfecções.	a) Revisão do programa do 3º ano. b) Moléstias contagiosas e infecciosas: amarelão, maleita, tuberculose, tracoma, varíola, sarampo, escarlatina, coqueluche, lepra, sarna, tifo, etc., meios para evitá-las e de combatê-las. c) Insetos transmissores de moléstias. d) Hidrofobia e mordedura de cobras. e) Primeiros socorros nos casos de ferimentos, fraturas, vertigens, queimaduras, asfixia por submersão, etc. f) Necessidade de vacina. g) Desinfecções.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares. ¹⁹

¹⁹ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

ANEXO 21 – PROGRAMAS ESCOLARES

Quadro XXVIII – Comparativo dos programas escolares para o ensino primário.

Série	Disciplina	Programa Escolar de 1932	Programa Escolar de 1940.
1º ano	Trabalhos Manuais	a) Cortar papel e papelão para confecção de envelopes, sacos de papel, chapéus, cestos, caixas, barcos, bandeirinhas, casas, etc. b) Tecidos de tiras de papel e papelão em cores, c) Nós, laçadas e pequenos trabalhos em barbante. d) Cortar em papel de cores as diversas partes que constituem a bandeira nacional e, em seguida, compô-la. e) Recortes de revistas. Acresce para a seção feminina: f) Alinhavos em cartão, a vista do modelo. g) Pontos fáceis de agulha com linha grossa e de cores. h) Pontos de alinhavo, de haste, pesponto, bainhas e pontos de marca em aniagem. i) Croché simples: estudo da malha.	a) Cortar papel e papelão para confecção de envelopes, sacos de papel, chapéus, cestos, caixas, barcos, bandeirinhas, casas, etc. b) Tecidos de tiras de papel e papelão em cores, c) Nós, laçadas e pequenos trabalhos em barbante. d) Cortar em papel de cores as diversas partes que constituem a bandeira nacional e, em seguida, compô-la. e) Recortes de revistas. Acresce para a seção feminina: f) Alinhavos em cartão, a vista do modelo. g) Pontos fáceis de agulha com linha grossa e de cores. h) Pontos de alinhavo, de haste, pesponto, bainhas e pontos de marca em aniagem. i) Croché simples: estudo da malha.
2º ano	Trabalhos Manuais	a) Pequenos trabalhos em barbante. b) Trabalhos em madeira com serrinha. c) Modelagem em barro de objetos, frutas, etc. Acresce para a seção feminina: d) Recapitulação da matéria dada nas letras <i>f, g, h e i</i> do programa do 1º ano. e) Pontos de remate fechados e abertos; modo de franzir; franzido simples. f) Ponto russo com aplicação em peças simples de vestuário.	a) Pequenos trabalhos em barbante. b) Trabalhos em madeira com serrinha. c) Modelagem em barro de objetos, frutas, etc. Acresce para a seção feminina: d) Recapitulação da matéria dada nas letras <i>f, g, h e i</i> do programa do 1º ano. e) Pontos de remate fechados e abertos; modo de franzir; franzido simples. f) Ponto russo com aplicação em peças simples de vestuário.
3º ano	Trabalhos Manuais	a) Estudo completo do programa do 2º ano. Acresce para a seção feminina: b) Cerzaduras, bainhas e pregas. c) Remendos diversos, caseados, pregar botões, fitas e colchetes. d) Pontos de ornamento, letras e nomes. e) Outros trabalhos a juízo da professora poderão ser dados, depois de executado o presente programa.	a) Estudo completo do programa do 2º ano. Acresce para a seção feminina: b) Cerzaduras, bainhas e pregas. c) Remendos diversos, caseados, pregar botões, fitas e colchetes. d) Pontos de ornamento, letras e nomes. e) Outros trabalhos a juízo da professora poderão ser dados, depois de executado o presente programa.
4º ano	Trabalhos Manuais	a) Trabalhos de modelagem. b) Trabalhos em madeira, com serrinha. c) Confecção de mapas geográficos em relevo. d) Recapitulação das letras c e d do programa do 3º ano. e) Bordados em branco e seda. f) Trabalhos em lã, tricô e filé.	a) Trabalhos de modelagem. b) Trabalhos em madeira, com serrinha. c) Confecção de mapas geográficos em relevo. d) Recapitulação das letras c e d do programa do 3º ano. e) Bordados em branco e seda. f) Trabalhos em lã, tricô e filé.

Fonte: Regimento interno e programas para os grupos escolares. ²⁰

²⁰ PARANÁ. Decreto nº 1.874 de 29 de julho de 1932. Decreto nº 9.592, de 26 de fevereiro de 1940. Aprova o Regimento Interno dos grupos escolares do Estado e respectivos programas escolares. [S.l.: s. n.].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

PARANÁ. Legislação e Documentos Oficiais.

PARANÁ. Projeto nº 30 de 14 de janeiro de 1930. Aprova a reforma do Ensino no Estado do Paraná. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 14 jan. 1930.

_____. Decreto nº 19.402 de 14 de novembro de 1930. Cria o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 27 jan, 1931.

_____. Mensagem do Interventor Mario Tourinho a Getúlio Vargas. Curitiba, 05 out. 1931.

_____. Decreto nº 214. Estabelece o convênio entre a União e o Estado do Paraná para a uniformização das estatísticas escolares. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 28 jan. 1932.

_____. Decreto nº 528. Cria cinco inspetorias regionais de ensino e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 04 mar. 1932.

_____. Decreto nº 1.797. Altera o período de férias e matrículas dos Grupos Escolares, Escolas Normais e Complementares. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 25 jul. 1932.

_____. Decreto nº 1.874. Aprova o novo Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado do Paraná. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 17 set. 1932.

- _____. Constituição Política do Estado do Paraná. Curitiba, 1935.
- _____. Decreto nº 234. Cria a Escola de Trabalhadores Rurais e aprova o seu Regimento Interno. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 12 mar 1935.
- _____. Mensagem do Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa, 16 mai 1935.
- _____. Lei nº 34. Inclui o ensino religioso como disciplina obrigatória nos estabelecimentos de ensino oficiais de instrução primária, secundária, profissional e normal. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 05 nov. 1935.
- _____. Mensagem do Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa, 01 set. 1936.
- _____. Anteprojeto do Código de Educação do Estado do Paraná. GAZETA DO POVO, 12, 13, 14 e 16 de março de 1937.
- _____. Mensagem do Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa, 01 set. 1937.
- _____. Decreto nº 808. Cria a Comissão Nacional de Ensino Primário. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 03 de. 1938.
- _____. Decreto nº 7.782. Aprova o Regulamento das Escolas de Trabalhadores Rurais. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 06 jan. 1939.
- _____. Decreto nº 6.788. Convoca a 1ª Conferência Nacional de Educação e a 1ª Conferência Nacional de Saúde e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 18 fev. 1941.
- _____. Relatório do Interventor Manoel Ribas ao Presidente Getúlio Vargas, referente ao exercício de 1940- 1941.
- _____. Leis e Decretos-Leis do Estado do Paraná de 1930 a 1937. Curitiba, 1954.
- _____. Sinopse Estatística do Estado – nº 3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento Estadual de Estatística. Curitiba, 1939.
- BRASIL. Sinopse Estatística do Estado – nº 4. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1942.

OBRAS DE REFERÊNCIA

- ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lucia; RIBEIRO, Marcus. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.
- ASHBY, E. *On universities and the scientific revolution*. In: Halsey, Floud & Anderson, op. Cit.
- AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1963. v.4.
- _____. *A socialização da escola*. Boletim de Educação Pública. V. 1, n2, p. 167-84. Abr./jun. 1930.
- BALHANA, Altiva; MACHADO, Brasil; Westphalen, Cecília. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969. v.1.
- Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Volume 48 (XLVIII). 1993.
- Brasil 500 anos. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- CAMPOS, Francisco. *A reforma da Constituição*. A União, ano XVI, nº 43, 28 de maio de 1925. p. 1.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à história*. Brasiliense: São Paulo, 1982. Coleção Primeiros Vãos.
- CARNEIRO, David. VARGAS, Túlio. *História biográfica da República no Paraná*. Curitiba: Banestado, 1994.
- CARONE, Edgard. *A república velha*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1977. 3.ed.
- CARVALHO, Marta. Notas para a reavaliação do Movimento Educacional Brasileiro (1920 – 1930). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 66, p. 04-11, ago. 1988.
- _____. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. Coleção Tudo é história.
- COSTA, M^a José. *Lysimaco Ferreira da Costa – a dimensão de um homem*. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1987.
- Curitiba 300 anos*. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, 1993. Vol. XLVIII.

- CURY, Carlos Jamil. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. São Paulo: Cortez, 1986.
- FÁVERO, Osmar. (Org.) *A educação nas constituintes brasileiras (1823 – 1988)*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.
- FREITAS, Maria de. *O ensino primário no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos – Biblioteca de Educação. V. XXI. [s.n.]
- GADOTTI, Moacir. *História das idéias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 1996. 4. ed.
- GHIRALDELLI JR, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro, 1975.
- _____. *Estado e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Crisis in Brazil*. Nova Iorque, 1970.
- Introdução ao estudo do currículo da escola primária. MEC. INEP. Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar. CILEME. Publicação nº 7. 1955.
- LAMOUNIER, Bolívar. *Getúlio*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- LOURENÇO FILHO. *Introdução ao estudo da escola nova*. São Paulo: Melhoramentos, 1974. p. 270.
- MANACORDA, Mario. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1989.
- MARTINEZ, Maria Josefina. *Planejamento Escolar*. São Paulo: Saraiva, 1977.
- MIGUEL, M^a Elisabeth Blanck. *A formação do professor e a organização social do trabalho*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997.
- _____. *A pedagogia da escola nova na formação do professor primário paranaense: início, consolidação e expansão do movimento*. São Paulo, 1992. Doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica.

- MOREIRA, Antonio. *Currículos e programas no Brasil*. Campinas, SP: Papyrus, 1995. 2 ed.
- MOTA, Carlos. *Ideologia da cultura brasileira: 1933 – 1974: pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Ática, 1978. 4.ed.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1974.
- NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história. 1500 – 2000*. São Paulo: Melhoramento, 1989.
- O Ensino no Brasil no quinquênio 1936 – 1940. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Boletim nº 25. MEC, 1942.
- OLIVEIRA, Maria Cecília. *O ensino primário na Província do Paraná: 1853 – 1889*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná – Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1986. (Coleção Memória)
- _____. *O ensino primário na Província do Paraná: 1853 – 1889*. Curitiba, 1982. Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná.
- _____. *Ensino primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República*. São Paulo, 1994. Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo.
- PADIS, Pedro. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981.
- PEIXOTO, A. C. *Educação no Brasil: anos vinte*. São Paulo, 1983.
- PELLANDA, Nize. *Ideologia, educação e repressão no Brasil pós 64*. Porto Alegre: Novas Perspectivas, 1986.
- PILOTTO, Erasmo. *A educação no Paraná*. Rio de Janeiro: CILEM, MEC, INEP, 1954.
- _____. *Prática de escola serena*. Curitiba: João Haupt, s.d.
- _____. *A educação é direito de todos*. Curitiba: Max Roesner, 1966.
- PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 26. ed.
- RATACHESKI, Alir. *Cem anos de ensino no Paraná*. Curitiba, 1953. (Manuscrito).

- RIBEIRO, M^a Luísa. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988. 8.ed.
- ROMANELLI, Otaíza. *História da educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 18. ed.
- SANTOS, Arthur. Crise brasileira de educação. *Jornal "O Dia"*, Curitiba, 29 mar. 1933.
- SAVIANI, Demerval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Cortez, 1991.
- SITTONI, Delmar. *Escolas de Trabalhadores Rurais*. Revista Expansão, Curitiba: Câmara de Propaganda e Expansão Comercial do Paraná, 2º semestre, 1944. p. 17.
- SKIDMORE, T. E. *Politics in Brazil, 1930 – 1964: an experiment in democracy*. Nova Iorque, 1986.
- TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro, 1972.
- Universidade Federal do Paraná. Biblioteca Central. *Normas para apresentação de trabalhos*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1995.
- WERNECK, M^a da Luz. *A escola nova no Brasil e no Paraná*. In: História da educação no Paraná. Curitiba: Executive Indústria Gráfica e Projetos, 1979. 155p.